

BRUNA FILIPA DA COSTA ROSADO

**“COOPERAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA
COM OS ALUNOS DA CPLP”**

Orientador: Professor Doutor Paulo Mendes Pinto

Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2023

BRUNA FILIPA DA COSTA ROSADO

**“COOPERAÇÃO DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA
COM OS ALUNOS DA CPLP”**

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, no dia 31 de maio de 2023, perante o júri, com o Despacho de Nomeação N.º 248/2023, de 28 de março de 2023, com a seguinte composição do júri:

Presidente: Prof. Doutor Vasco Rato

Arguente: Prof. Doutor Rosana Silva Antunes

Orientador: Prof. Doutor Paulo Mendes Pinto

Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2023

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, o meu primeiro agradecimento é a Deus! Não existem palavras para expressar o seu acompanhamento durante a realização da dissertação. Toda a força, coragem e resiliência que me deu, para que conseguisse conciliar os estágios com as pesquisas para a dissertação, e muito mais, chegando ao dia de hoje, com a dissertação concluída para entrega. Gratidão Deus!

De seguida, aos meus pais e irmã, pelo apoio, consolo, paciência que tiveram durante os 15 meses. Agradeço especialmente aos meus pais, pelo apoio financeiro pois sem o pagamento de propinas nada seria possível.

Ao meu orientador, Professor Paulo Mendes Pinto, pela sua ajuda, perseverança em corrigir os capítulos e todas as chamadas de atenção. Incluindo outros nomes, como os Professores Daniel Mineiro e Sérgio Vieira da Silva; o Vice-Reitor Professor Gonçalo Calado e Dr.^a Amélia Ordonho no esclarecimento quanto ao CLAIM e Dr.^a Catarina Costa por ter dispensado do seu tempo, numa altura complexa e entregue documentos internos necessários para análise e esclarecimento de dúvidas.

Não menos importantes, e atendendo à proteção de dados, a todas as pessoas que de forma indireta participaram, auxiliando-me no esclarecimento de dúvidas, na correção literária, na questão de informática, entre muitas. Assim como, a todos os orientadores de estágios pela sua compreensão para os ajustes de horário.

RESUMO

O objetivo desta dissertação prende-se com a compreensão e análise das características e eficácia da cooperação entre a Universidade Lusófona e alunos oriundos de países CPLP.

Contextualizando a temática da cooperação, começamos por tentar compreender a génese da CPLP, a perspetiva das Relações Internacionais e as políticas da Lusófona.

De forma mais profunda, procedeu-se a um levantamento feito no período compreendido entre 2016 a 2021, sobre condições de atribuição das bolsas de estudo e respetivas percentagens de isenção; alunos inscritos nesses anos letivos; faculdades escolhidas para a frequência do 1º ciclo e números estatísticos sobre quantos diplomados ou não diplomados.

Deste modo, avaliou-se qual a eficácia e representação da cooperação entre U. Lusófona e CPLP recorrendo à realização de dois questionários.

O primeiro, destinado apenas aos alunos que frequentam a licenciatura, a fim de compreender quais as dificuldades sentidas e respetiva integração e progressão.

O segundo, destinou-se aos antigos alunos, medindo o nível e potencial da cooperação existente.

Entre as conclusões, destacamos, a percentagem de “não diplomados” de 85%. Como também, o grande investimento feito pela Universidade pelo que, a própria cooperação não é eficaz, uma vez que a maior parte dos alunos não regressa ao seu país de origem.

Palavras-Chave: Comunidade de Países de Língua Portuguesa, U. Lusófona, cooperação, bolsas de estudo, inquéritos, não diplomados.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to understand and analyse the characteristics and effectiveness of cooperation between the Universidade Lusófona (U. Lusófona) and students from the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP).

Contextualizing the theme of cooperation, we began by trying to understand the genesis of the CPLP, the perspective of International Relations and the policies of Lusophone.

In a more in-depth manner, a survey was carried out for the period between 2016 and 2021, on the conditions of attribution of scholarships and respective percentages of exemption; students enrolled in those academic years; faculties chosen to attend the 1st cycle and statistical numbers on how many graduates or nongraduates.

Thus, the effectiveness and representation of the cooperation between U. Lusófona and the CPLP was evaluated by means of two questionnaires.

The first, aimed only at students attending the degree course, in order to understand the difficulties experienced and their integration and progression.

The second was aimed at former students, measuring the level and potential of existing cooperation.

Among the conclusions, we highlight the percentage of "non graduates" of 85%. As well as the large investment made by the University, the cooperation itself is not effective, since most of the students do not return to their country of origin.

Keywords: Community of Portuguese-Speaking Countries, U. Lusófona, cooperation, scholarships, surveys, "non graduates".

ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

APA - American Psychological Association
CAFE - Centros de Aprendizagem e Formação Escolar
CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural
CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CTeSP - Curso Técnico Superior Profissional
DGES – Direção Geral do Ensino Superior
DGPA - Departamento de Gestão e Planeamento Académico
ECATI - Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
ECEO - Escola de Ciências Económicas e das Organizações
ECTS - Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde
EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida
FASE - Fundo de Apoio ao Sector da Educação
FCSEA - Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
FD - Faculdade de Direito
FDB- Faculdade de Direito de Bissau
FDUL - Faculdade de Direito de Lisboa
FE - Faculdade de Engenharia
FEFD - Faculdade de Educação Física e Desporto
FMV - Faculdade de Medicina Veterinária
G8 – Grupo dos 8 países
IDF – Instituto Diocesano de Formação João Paulo II
IES - Instituição de Ensino Superior
IILP - Instituto Internacional da Língua Portuguesa
ISHT - Instituto Superior de Humanidades e Tecnologia
ISMAG - Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas e Gestão
ISS - Instituto de Serviço Social
MED - Ministério da Educação de Angola
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte
OHADA - Organização para a Harmonização do Direito Comercial na África
ONU – Organização das Nações Unidas

PAEIGB - Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PASEG - Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau
PEC - Programa Estratégico de Cooperação
PIC - Programa Indicativo de Cooperação
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SASE - Serviço de Ação Social Escolar
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UEM - Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane
UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNTL - Universidade Nacional de Timor Lorosae
U. Lusófona - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	11
1.1 A escolha e definição do tema	11
1.2. Objetivos, metodologia e organização do trabalho.....	11
1.2.1. Breve apresentação da CPLP e da Cooperação.....	12
1.2.2. Apresentação dos Instrumentos de Recolha	14
1.3. Alinhamento da investigação e dos resultados	15
1. Recolha de elementos sobre a evolução de cooperação entre Portugal e a CPLP.....	18
1.1 Nascimento Institucional	18
1.1.1 Caracterização e Princípios	21
1.2. Caracterização da cooperação existente pós 1996.....	22
1.2.1 Acordo de Mobilidade da CPLP	41
1.2.2 Desafios enfrentados pela CPLP.....	44
1.2.3 Mais-valias da CPLP.....	47
1.3 Caracterização da Universidade Lusófona	50
1.3.1. Dados referentes aos alunos inscritos	51
1.3.1.1 Entre 2005/6 a 2020/2021.....	51
1.3.1.2 Aprofundamento dos dados 2021/2022.....	52
1.3.2. Caracterização e condições de atribuição das bolsas de estudo.....	59
1.3.3 Bolsas atribuídas e sua isenção.....	62
1.3.4. Faculdades escolhidas por nacionalidade.....	70
1.3.5. Dados sobre conclusão ou interrupção dos estudos.....	73
2. Inquérito aos alunos e antigos alunos.....	75
2.1. Análise do inquérito aos alunos oriundos dos países da CPLP.....	75
2.1.1. Caracterização de Género.....	75
2.1.2. Caracterização de Idades	76
2.1.3. Caracterização de Estado-Civil.....	78
2.1.4. Interpretação dos dados do primeiro questionário.....	79
2.1.4.1. Razões para escolher a Lusófona.....	79
2.1.4. 2. Dificuldades no percurso escolar.....	80
2.1.4. 3. Continuação dos estudos na Lusófona (para mestrado).....	81
2.1.4. 4. Acompanhamento e integração.....	83
2.1.4.5. As representações do colonialismo e as aprendizagens	85
2.1.4.6. A Universidade.....	89
2.1.4.7. Tópicos conclusivos.....	90
2.2. Análise do inquérito aos antigos alunos oriundos dos países da CPLP.....	93
2.2.1. Interpretação dos dados do segundo questionário.....	93
2.2.1.1. Razões para escolher a Lusófona.....	93
2.2.1.2. Conclusão da licenciatura.....	94

2.2.1.3. Regresso ao país de origem após término de licenciatura.....	95
2.2.1.4. Tópicos conclusivos.....	97
3.Conclusões.....	101
3.1 Principais linhas gerais	101
3.1.1. Alto índice positivo por parte dos alunos brasileiros por rejeição cultural.....	101
3.1.2. Barreira entre Alunos Estrangeiros e os Nacionais.....	102
3.1.3. Questão financeira.....	103
3.1.4. Questão burocrática.....	103
3.1.5. Recursos Humanos qualificados não regressam ao país de origem.....	103
3.2 Propostas	105
3.2.1 Criação de Gabinete de Apoio ao aluno da CPLP	105
3.2.2. Apoio a questões financeiras	106
3.2.3 Criação de atividades culturais	107
3.2.4 Formação complementar em Empreendedorismo	108
3.2.5 Licenciaturas por e-learning	108
3.2.6. Estágios nos países de origem	109
Conclusão.....	110
Referências bibliográficas.....	115
Apêndice 1. Faculdades escolhidas por nacionalidade do 1ºciclo.....	I
Anexo 1. Dados sobre conclusão ou interrupção dos estudos fornecidos por DGPA.....	VIII
Anexo 2. Primeiro Questionário.....	XVII
Anexo 3. Segundo Questionário.....	XXIV

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentagem de Isenção do AL 2021-2022.....	62
Gráfico 2 - Percentagem de Isenção do AL 2020-2021.....	63
Gráfico 3 - Percentagem de Isenção do AL 2019-2020.....	64
Gráfico 4 - Percentagem de Isenção do AL 2018-2019.....	65
Gráfico 5 - Percentagem de Isenção do AL 2017-2018.....	66
Gráfico 6 - Percentagem de Isenção do AL 2016-2017.....	67
Gráfico 7 - Bolsas Atribuídas por Nacionalidade.....	70
Gráfico 8 - Número de alunos diplomados e não diplomados.....	73
Gráfico 9 - Género por Nacionalidade.....	75
Gráfico 10 - Idade por Nacionalidade.....	76
Gráfico 11 - Estado-civil por Nacionalidade.....	78

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estudantes da CPLP (por país de origem) inscritos por ano letivo na Un. Lusófona, entre 2005/2006 e 2020/2021.....	51
Tabela 2 - Diferença dos alunos nos anos letivos.....	57
Tabela 3 - Bolsas atribuídas por ano letivo.....	68
Tabela 4 - Faculdades escolhidas para a frequência do 1º ciclo.....	71

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Hierarquização de Prioridades para cada Estado-Membro da CPLP.....	20
Quadro 2 - Principais Programas na área da Educação.....	28
Quadro 3 - Número de bolsas CPLP.....	60
Quadro 4 - Requisitos renovação da bolsa CPLP.....	61

1. INTRODUÇÃO

1.1 A escolha e definição do tema

Com esta investigação pretendeu-se analisar a “Cooperação da Universidade Lusófona com os alunos dos países CPLP”.

O mesmo foi realizado devido ao convite feito pelo Professor Paulo Mendes Pinto, visto que anteriormente as informações e estatísticas sobre alunos da CPLP e as suas expectativas/*feedback* eram muito pouco conhecidas; como também a perceção de cooperação existente entre a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (U. Lusófona) e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente o regresso ao país de origem e ingresso no mercado de trabalho.

Pretende-se compreender as implicações formativas nos países da CPLP através da cooperação e se as suas expectativas e desafios são correspondidos. Como também, se a U. Lusófona se apresenta de forma correta para se aproximar dos alunos e como é vista essa receptividade?

Trata-se de um tema de vasta importância das Relações Internacionais com a CPLP, aliás a própria “IX Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)” reiterou:

“desenvolvimento, através da Direção-Geral do Ensino Superior de Portugal, de um grupo especializado de acompanhamento dos estudantes oriundos dos países da CPLP a estudar em Portugal, incluindo a promoção e o reforço das suas ligações e condições de retorno aos países de origem” (Governo, 2022a).

Aliás, em prol de tal, houve mudanças significativas nas relações entre Portugal e a CPLP, exemplificando com a facilidade na mobilidade entre os Estados-membros (aprovado a 15 de junho de 2022).

1.2. Objetivos, metodologia e organização do trabalho

É objetivo desta investigação responder às seguintes questões de partida:

1. Como se caracteriza a cooperação da Universidade Lusófona com a CPLP, através dos alunos oriundos destes países?

2. Essa cooperação é eficaz e responde às necessidades, dos alunos da CPLP?

3. A cooperação resulta numa efetiva valorização dos recursos humanos nos países de origem?

Quanto à metodologia utilizada recorreu-se a dois métodos: indutivo e dedutivo. Recorreu-se ao dedutivo para a realização de dois questionários. E ao indutivo para a pesquisa e recolha bibliográfica, incorporadas nos subcapítulos. A mesma foi feita por base qualitativa, ou seja, através de referências eletrónicas, livros e artigos científicos, sendo estes relevantes para a investigação da dissertação, podendo o mesmo ser dividido em três capítulos. Sublinhar ainda que a norma adotada para citações e referenciação bibliográfica foi a Norma APA.

1.2.1. Breve apresentação da CPLP e da Cooperação

A literatura existente desenvolve as diversas temáticas abordadas ao longo da dissertação, portanto etapas e dinâmicas da criação da CPLP e o contributo da Universidade Lusófona para com os alunos da CPLP e suas expectativas face ao desenvolvido.

Os autores principais que contribuíram para esta investigação foram: Pinto, Ferreira e as seguintes plataformas, Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Instituto Camões, Universidade Lusófona, Diário da República Eletrónico e Governo. Não desvalorizando outros autores que colaboraram com os seus conhecimentos a nível pontual.

O estudo realizado por José Filipe Pinto (2005; 2011; 2016) contribuiu para a caracterização da CPLP, dividida nos seguintes tópicos: 1. Na caracterização institucional da CPLP, demonstrando que a queda do Império, não foi impedimento para a perda de interesses históricos e consequentemente a criação da CPLP. Embora a sua criação tenha sido acompanhada de diversas dificuldades, superados pela perspicácia de José Aparecido de Oliveira, o “Pai da CPLP”. Assim o autor colaborou igualmente com a apresentação da hierarquização de prioridades dos Estados Membros da CPLP: “concertação político-diplomática; estímulo ao desenvolvimento económico; cooperação técnico-cultural”. 2. Referente aos “desafios” e “mais-valias” associadas à CPLP, em que Pinto analisa os “3 círculos da Lusofonia” e seus efeitos na Ordem Mundial.

Leite (2020) contribui no sentido de, informar que uma das críticas aos problemas da CPLP, corresponde à sua forma. Ou seja, deveria haver cooperação e

igualdade por parte dos governantes para com a sociedade civil, sendo agravada pela instabilidade política vivido no percurso da CPLP. Já Rodrigues (2015) acrescenta que, a solução para coadjuvar a CPLP partirá pelo aproveitamento do mar.

Ainda sobre a CPLP, a plataforma do Instituto Camões serviu maioritariamente de base e pesquisa para análise da cooperação educacional portuguesa com os países da CPLP. Isto é, apresentando os programas e planos a nível bilateral sobre a educação e suas medidas estabelecidas. Resumindo, maioria dos programas corresponde a uma atualização do programa anterior, simplesmente renovado por mais anos.

Quanto às informações consultadas em Diário da República Eletrónico e Governo foram utilizadas para desenvolver o subcapítulo “Acordo de Mobilidade da CPLP”, em que as leis consultadas: Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021 e Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto, caracterizam a qualidade e aplicabilidade dos instrumentos apresentados neste Acordo.

Para concluir a primeira parte teórica alusiva à caracterização de conceitos, de forma a contribuir, Ferreira com o seu livro lançado recentemente foi um apoio valioso referente ao capítulo e subcapítulos correspondentes à Universidade Lusófona. Desde como surgiu a própria instituição ao detalhe importante, relativo a dados da Universidade. Ou melhor, a justificação para a diminuição de alunos Cabo-verdianos, desde o ano letivo 2012/2013, a possível razão de não haver alunos Macaenses desde 2006 a 2018. Como também, a fundamentação da Universidade Lusófona disponibilizar 130 bolsas para estudantes oriundos dos países Estados-Membros da CPLP.

Por sua vez, no *website* da Universidade Lusófona foi consultado a legislação necessária para caracterizar quais os critérios, para ser considerado bolseiro e a própria renovação da bolsa. Salientar que, os serviços da Universidade Lusófona contribuíram igualmente na disponibilização dos dados internos da U. Lusófona, permitindo a realização do capítulo principal desta dissertação. Ou seja, para a consulta dos dados disponibilizados e a elaboração de: gráficos sobre os anos letivos; bolsas atribuídas por ano letivo e nacionalidade; faculdades escolhidas para a frequência do 1º ciclo e número de alunos diplomados e não diplomados

Sistematizando, apesar de já se ter feito várias pesquisas sobre a caracterização da CPLP, seus “desafios” e “mais-valias” e da Universidade Lusófona e, sendo esta dissertação direcionada para a cooperação existente entre a U. Lusófona e os alunos dos países da CPLP, é necessário compreender o campo de situação. Isto é, embora haja estudos e pesquisas feitas, não há documentos que descrevam e esclareçam a

cooperação existente e em que moldes é aplicada. Assim como, quais os benefícios das vantagens disponibilizadas pela U. Lusófona e qual o rendimento dos alunos face aos mesmos. É interessante, perceber até que ponto a vasta importância das Relações Internacionais com a CPLP consegue resolver os diversos desafios e problemas dos alunos de países da CPLP.

Mediante a explanação anterior, os questionários realizados, tendo como público-alvo os alunos a frequentar uma licenciatura e antigos alunos da U. Lusófona, responderam às questões levantadas inicialmente. Ou seja, o primeiro questionário teve o enfoque nas motivações por terem escolhido Portugal e a U. Lusófona para estudar; as dificuldades sentidas no primeiro mês; durante o percurso de licenciatura; qual o seu *feedback* enquanto alunos.

E o segundo questionário com perguntas relativas à conclusão ou não dos estudos e em função da sua área de formação, se regressam ao país de origem e conseguem encontrar emprego de acordo com os seus estudos.

1.2.2. Apresentação dos Instrumentos de Recolha

Antes de mais, referir que os questionários foram aplicados isoladamente para cada nacionalidade embora tivessem a mesma estrutura. Isto é, analisamos os resultados de dois inquéritos aplicados, um a alunos, e outro a antigos alunos com nacionalidade de países da CPLP (exceto Portugal). O objetivo destes inquéritos foi aferir as representações, expectativas e resultados da permanência na U. Lusófona para estudar, compreendendo, especialmente, as dificuldades e os problemas com vista à elaboração de um grupo de propostas que visem melhorar o desempenho escolar destes alunos.

A ferramenta usada para a realização destes dois inquéritos foi o instrumento do *Google Forms* (disponíveis para consulta nos anexos), tendo a receção de respostas estado ativa por dois meses, findo os quais foi encerrada a plataforma de recolha. Especificamente, 10 de fevereiro de 2022 e 06 de julho de 2022, primeiro e segundo questionário, respetivamente. Os inquéritos foram enviados para colegas e para antigos alunos, solicitando a ajuda na difusão junto de outros antigos alunos que se enquadrassem no critério base (metodologia "bola de neve"/*snowball*), fazendo crescer a amostragem de forma aleatória.

Naturalmente, esta metodologia não fornece indicadores com um grau de representatividade muito fiável, uma vez que é a difusão não planificada que leva a um

aumento do número de respostas. Contudo, os resultados servem-nos para identificar os principais grupos de problemas e, desta forma, criar as referidas propostas.

Para cada um dos inquéritos, o número de respostas recebidas foi:

- Inquérito aos alunos (por nacionalidade):

Angolanos: 42 respostas

Brasileiros: 54 respostas

Cabo-Verdianos: 7 respostas

Guineenses: 4 respostas

Moçambicanos: 5 respostas

Santomenses: 3 respostas

- Inquérito aos antigos alunos (por nacionalidade):

Angolanos: 69 respostas

Brasileiros: 96 respostas

Cabo-Verdianos: 50 respostas

Nota: neste segundo caso, além do número de respostas ter sido muito menor que no inquérito aos alunos, verificámos que o número de inquiridos que diz ter terminado a licenciatura é percentualmente superior ao que nos foi indicado pelos valores transmitidos pelos serviços da universidade, o que nos leva a concluir que aderiram ao inquérito, enviando as suas respostas, sobretudo os antigos alunos que obtiveram mais sucesso, terminando os seus cursos.

Seguindo as exigências legais respeitantes à proteção de dados, o instrumento utilizado permite um total anonimato e nenhum dado, nem sequer o contacto de email, foi recolhido ou guardado.

1.3. Alinhamento da investigação e dos resultados

Para dar corpo a esta investigação, torna-se necessário responder a determinados tópicos, elencados como: Nascimento institucional da CPLP; Cooperação existente entre Portugal e Países Lusófonos pós 1996, incluindo as suas “mais-valias” e “desafios”; caracterização da Universidade Lusófona em diversos aspetos,

nomeadamente, condições de atribuição das bolsas e formas de apoio e integração dos alunos na comunidade educativa atuais e pensadas, mediante os resultados dos inquéritos realizados.

Assim sendo, a realização de inquéritos aos alunos e antigos alunos teve a finalidade de perceber se as medidas escolhidas para cooperar com a CPLP são vantajosas e se vão ao encontro do esperado.

Por fim, mediante os resultados obtidos, passar-se-á para as propostas.

Estes três capítulos abordam temáticas essenciais para o desenvolvimento da investigação, sendo estruturados nesta sequência, pois um tópico desencadeia outro.

No que concerne ao primeiro tópico analisou-se a génese da CPLP, dado que, pretendeu-se definir o quadro conceptual abordado, isto é, quais os antecedentes e razões para a criação da Comunidade.

De seguida, caracterizou-se a cooperação existente entre Portugal e os Países Lusófonos pós 1996. A criação deste capítulo tem como objetivo redigir o que se alterou, visto que foi um marco nesta altura, pois cria-se a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, logo há a possibilidade de se concretizar políticas comuns, sair-se de políticas isoladas que tinham lugar até então. Ou seja, passou-se de um quadro de relação bilateral para multilateral, o que significou a saída de um paradigma e a possibilidade de se otimizar e satisfazer as Relações Internacionais. Até 1996 havia acordos pontuais, bilateral. Posteriormente, com a criação da CPLP, instrumentou-se assim um novo paradigma.

No seguimento deste raciocínio seguem-se os subcapítulos referentes às “mais-valias” e “desafios” enfrentados pela CPLP. Por um lado, identificar quais os desafios, problemas e riscos, que a mesma atravessa. A propósito, até que ponto a pobreza, terrorismo, drogas, oceano/mar “moreno”, fraca sociedade civil, influenciam negativamente a evolução da comunidade. Por outro lado, quais as potencialidades e soluções, dado que, embora a CPLP venha a presenciar vários desafios, a mesma também assiste e tem potencialidades.

O segundo capítulo designado por Universidade Lusófona, visa caracterizar a própria missão e objetivos da U. Lusófona. Como também, conhecer as condições de atribuição das bolsas e quais as formas de apoio e integração dos alunos na comunidade educativa.

De seguida, o terceiro tópico enunciara os resultados obtidos pelos dois inquéritos aos alunos e antigos alunos. Quanto ao primeiro, o mesmo tende a analisar-se: 1. O apoio vai ao encontro das expectativas? 2. O que procurava quando veio para Portugal? 3. Quais as dificuldades (académicas e de integração)? O segundo prendeu-se essencialmente com: 4. Regresso ao país de origem? 5. Encontrou emprego na área de licenciatura, no país de origem?

No último capítulo designado por Conclusões, as mesmas têm de ser pensadas respondendo a várias questões: Quais as soluções, o que oferecer mais? Onde cooperar melhor ou mudar? Identificar o erro? Oferecer incentivos? A própria CPLP não pode oferecer mais condições? Ou seja, quais as medidas a exigir da parte da CPLP para melhorar a cooperação na educação? Portanto, como é que através da cultura, língua, da própria solidariedade partilhada, se consegue responder de forma afincada às circunstâncias do dia-a-dia, generalizando. Concluindo, se existe uma cooperação efetivamente conducente ao desenvolvimento dos países da CPLP.

1. RECOLHA DE ELEMENTOS SOBRE A EVOLUÇÃO DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E A CPLP

1.1. Nascimento institucional da CPLP

Neste subcapítulo vamos analisar os dois conceitos e fundamentos base estruturantes, ou seja, Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Universidade Lusófona, apresentando os primeiros passos para a concretização da ideia embrionária da CPLP. Acrescentar que, parte dos conteúdos usados nos seguintes subcapítulos foram desenvolvidos na cadeira de História da Diplomacia Portuguesa.

Após a segunda Guerra Mundial e mediante o término dos impérios coloniais, Portugal foi o último cronologicamente no processo de descolonização. Posteriormente, dá-se o 25 de abril em 1974, acompanhado desse mesmo processo. Com isto, vinte anos mais tarde, surge a possibilidade da criação da CPLP.

Assim, a seguinte expressão de Pinto afirma, não só, que depois da queda do império preparou-se as possibilidades para surgir uma comunidade, como também o fim do império não afetou a perda de interesses históricos:

“O encerramento serôdio de um Império que o Estado Novo teimou em manter, mesmo depois do disfuncionamento do Euromundo (sistema no qual esse Império se inseria e encontrava justificação), pôs termo a um relacionamento desigual entre os povos dos territórios por onde tinha passado o movimento expansionista português. No entanto, o fim desse Império não implicou o desaparecimento dos laços que a História se foi encarregando de criar entre os vários povos dominados e um povo que talvez deva ser definido como um colonizador colonizado, pois nem a descoberta da rota do Cabo nem o ouro do Brasil se revelaram suficientes para Portugal passar a integrar aquilo que é habitual designar como o centro. Por isso, numa fase em que Portugal já assumira a opção europeia e vários dos países africanos de língua oficial portuguesa experimentavam sem sucesso modelos importados do Leste (o seu ponto de apoio durante a luta pela independência), a palavra ‘Lusofonia’ começou a surgir na língua portuguesa” (Pinto, 2005: 349).

Deste modo e atendendo aos diversos problemas de cada Estado-Membro, José Aparecido de Oliveira conseguiu realizar e concretizar a então desejada Comunidade:

“Foi Aparecido que iniciou as visitas aos vários países africanos de língua oficial portuguesa, para buscar adesão para o projeto, ou melhor, para apresentar, com carta branca do Presidente Itamar Franco, as ideias que eram suas, mas bebiam inspiração em Agostinho da Silva e outros sonhadores da lusofonia, como Adriano Moreira, Gilberto Freyre, Darcy Ribeiro e Joaquim Barradas de Carvalho” (Pinto, 2005: 351)

Um importante passo concreto ocorre em novembro de 1989, na cidade de São Luís do Maranhão, com a primeira reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa, onde o Presidente José Sarney (1985-1989) anunciou a Comunidade (CPLP, 2007a). A criação da CPLP ficou assim marcada por dois antecedentes. O primeiro antecedente correspondeu ao Congresso das Comunidades da Cultura Portuguesa, tendo-se realizado duas edições deste congresso: o primeiro cumprido a 8 de dezembro de 1964, na Sociedade de Geografia e o segundo em 1967, na Ilha de Moçambique (Burity, 2018).

O segundo antecedente correspondeu ao Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP). Isto é, foi na reunião de novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, que houve a iniciativa de criar o IILP, aspirando aprofundar e desenvolver a língua comum, Português (CPLP, 2007a).

Com efeito, José Aparecido de Oliveira, sendo o fundador da CPLP, presumia-se que iria ser o primeiro secretário-executivo. Contudo, nos estatutos originais da CPLP não estavam estabelecidas as instruções para a escolha do secretário executivo. Entretanto, Angola decide acrescentar nos estatutos, um critério alfabeto. Ou seja, havia um secretário executivo e um secretário executivo adjunto. O secretário executivo era eleito por ordem alfabética “crescente”, começando pelo A-Z; o secretário executivo adjunto era eleito por ordem alfabética “decrecente”, começando pelo Z-A (Pinto, 2005: 351). Nesta lógica, Angola era a primeira a escolher o Secretário Executivo, elegendo Marcolino Moco, de 1996 a 2000 (CPLP: 2017).

Contextualizando, sendo considerado, o “Pai da CPLP”, José Aparecido de Oliveira conseguiu juntar Portugal e os restantes países que fundaram a Comunidade. Não obstante, o processo de construção da Comunidade não foi fácil, aliás, a guerra civil em Angola, e todos os desentendimentos e primeiras prioridades dos restantes países não permitiram a sua criação de forma pacífica. Mas os laços culturais e históricos foram sendo aproximados, surgindo assim a possibilidade de construção de uma Comunidade.

Portanto, Pinto elenca as primeiras prioridades para cada Estado-Membro. Visto que a CPLP nasceu de várias desordens, problemas e por isso mesmo não tinha visibilidade nenhuma. Ou seja, aquando da sua formação, o Brasil desinveste, Angola estava com problemas devido à guerra civil, porém, Portugal era importante para a Lusofonia enquanto país Europeu. Neste sentido, analisaram-se as primeiras prioridades dos países para aderirem à CPLP:

“Os objetivos contemplados no Artigo 4.º, são apenas três: concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais; cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa. Importa, no entanto, referir que nem todos os Estados membros atribuem a mesma hierarquia de prioridades a estes objetivos, como se pode constatar no quadro seguinte:” (Pinto, 2005: 355)

Quadro 1

Hierarquização de Prioridades para cada Estado Membro da CPLP			
	Concertação político-diplomática	Cooperação técnico-cultural	Estímulo ao desenvolvimento económico
Angola	3. ^a	1. ^a	2. ^a
Brasil	2. ^a	1. ^a	3. ^a
Cabo Verde	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Guiné-Bissau	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Moçambique	3. ^a	2. ^a	1. ^a
Portugal	1. ^a	2. ^a	3. ^a
S. T. e Príncipe	3. ^a	2. ^a	1. ^a

Fonte: Pinto, J., (2005). Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades. Lisboa: MNE-ID, p.355.

Sistematizando, os PALOP escolheram todos a opção 3 “estímulo ao desenvolvimento económico”. Ou seja, os países africanos com exceção de Angola, estavam na pobreza e miséria, por isso mesmo, solicitaram ajuda para se desenvolverem.

Angola e Brasil escolheram a opção 2 correspondendo à “cooperação técnico-cultural”, como primeira prioridade. Mais nenhum país escolheu a opção 1, “concertação político-diplomática” em primeiro lugar, à exceção de Portugal. Este foi o único país que entendeu a importância geoestratégica da Lusofonia, utilizando-a como

uma arma diplomática. Ou seja, demonstrar à Europa que, embora se tenha desvinculado a sua relação com os países africanos, mantinha uma ligação a estes Povos. Esta leitura reitera que, desde logo, na sua formação, a CPLP foi criada consoante os interesses de cada Estado.

1.1.1. Caracterização e Princípios

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa foi criada em 1996, como resultado de uma identidade cultural e linguística partilhada por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe. Pelo que anos mais tarde, se torna numa Comunidade constituída por nove países, com a entrada de Timor-Leste (adesão em 2002) e Guiné-Equatorial (adesão em 2014).

Neste sentido Coutinho, caracteriza a CPLP da seguinte forma:

“organização internacional que reúne Estados que adotem o português como língua oficial. Tem sede em Lisboa e integra dois Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) e três Estados observadores associados (Guiné-Equatorial, Ilhas Maurícias e Senegal), para além de várias dezenas de entidades da sociedade civil com o estatuto de observador consultivo” (Coutinho, 2014: 84).

De acordo com o 1º. Artigo dos estatutos, a CPLP é denominada como *“foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”* (CPLP, 2007b).

Isto é, todos os países mencionados anteriormente têm em comum a partilha de uma história, laços de fraternidade e a língua portuguesa, surgindo a necessidade de desenvolver uma cooperação multidisciplinar, associada à *“concertação político-diplomática em matéria de Relações Internacionais, à oportunidade de desenvolvimento de programas sustentáveis de promoção e difusão da língua portuguesa e à cooperação em todos os domínios, com especial destaque na Saúde, Educação, Cultura, Agricultura, Energia entre outros”* (CPLP: 2008), sendo estes os objetivos que constam no artigo 4º dos Estatutos da CPLP.

Ora, de acordo com o artigo 5º dos estatutos, a CPLP é regida pelos seguintes princípios:

“igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, da Boa Governação, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; respeito pela integridade territorial; promoção do Desenvolvimento Sustentável; promoção da cooperação mutuamente vantajosa”.

Presume-se que, desde cedo, seria necessário haver uma compatibilidade entre os objetivos e os princípios da CPLP, constatando que ainda alguns dos Estados-Membros procuram alcançar a sua própria estabilidade interna.

Será por toda esta génese que as relações lusófonas foram estruturadas assim, ou desencadearam e contribuíram para a atualidade da CPLP, como também para o seu futuro incerto? Colocando a questão de outra forma, a cooperação entre a CPLP e a Universidade Lusófona tem reflexos destes detalhes iniciais?

1.2. Caracterização da cooperação educacional existente pós-1996

A caracterização da cooperação educacional existente pós-1996 será feita no decorrer deste trabalho, elencando-se os programas que caracterizam esta cooperação com os países da CPLP. Será realizado parte de uma aproximação a uma análise swot, sendo que a mesma será feita através da bibliografia consultada, nomeadamente a plataforma do Instituto Camões. Procura-se compreender os “desafios” e “mais-valias” da existência da CPLP.

A palavra cooperação tem como definição o ato e a atividade de colaborar com o outro em torno de um objetivo comum.

Assim, *“cooperation means multiple nations on economic, social, cultural, humanitarian, technological issues and differences. Political efforts for world peace”* (ALCB, 2013).

Neste sentido, para Vieira o significado de cooperação começa:

“quando existem interesses em comum entre as partes, sendo que pode ser realizada bilateralmente ou multilateralmente, podendo a sua natureza ser política, judicial, militar, económica, para o desenvolvimento, ambiental, educacional, entre outras. A cooperação é um instrumento de política externa dos organismos que a realizam, podendo esta ser institucionalizada ou informal. Como exemplos de vários tipos de cooperação, consideramos a OTAN (militar e

securitária), o Protocolo de Quito (ambiental); MERCOSUL (política e económica), G8 (económica), UNCTAD (para o desenvolvimento), entre outros, sendo a Organização das Nações Unidas o maior exemplo de organização internacional, assenta em cooperação internacional de natureza diversificada” (Vieira, 2014: 116/117).

Já Xinyuan Dai, Duncan Snidal e Michael Sampson caracterizam a cooperação como *“Cooperation occurs not only among individuals but also among collective entities, including firms, political parties, ethnic organizations, terrorist groups, and nation-states. (...) international cooperation in terms of states, it can also involve other actors, especially intergovernmental organizations and nongovernmental organizations”* (Dai; Snidal & Sampson, 2017).

Desta forma, a cooperação educacional exercida entre a Universidade Lusófona e a CPLP prende-se com o tipo de valores e princípios trocados e a disponibilidade/capacidade de cooperação existente entre as partes envolvidas:

“cooperation occurs when 'actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others'. (...) Therefore, (international) cooperation describes interactions to achieve common objectives when actors' preferences are neither identical (harmony) nor irreconcilable (conflict). (...) interactions between different types of actors (i.e. not only intergovernmental, but also transnational) and on various scales (bi- and multilateral, regional, global, etc.)” (Paulo, 2014).

Contudo, há que ressaltar que existe diferenças entre cooperação e cooperação para o desenvolvimento. Ou seja, a Cooperação para o Desenvolvimento consiste:

“no esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais dos últimos de forma sustentável e duradoura. A cooperação significa envolver as populações na definição, planificação e criação do seu próprio futuro, capacitando as pessoas e comunidades para intervirem e liderarem o seu próprio processo de desenvolvimento” (IPAD, 2005).

Isto é, a necessidade de cooperar, mas mais que isso, de apoiar os países subdesenvolvidos a progredirem. Por isso, surge a necessidade, o desejo de cooperação, especificamente cooperação para o desenvolvimento que permite aos países

subdesenvolvidos, neste caso, os países lusófonos/africanos, capacitarem-se para conseguirem ser autónomos. Dado que quando os mesmos se desenvolverem, a cooperação começará a surtir efeitos, como investimentos, crescimentos e desenvolvimentos, produzindo riqueza.

Resumindo, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa pratica uma cooperação para o desenvolvimento, permitindo assim aos países industriais contribuírem com as suas riquezas no desenvolvimento e nas respostas às necessidades existentes.

A propósito, a Lei n.º 6/79 de 9 de fevereiro, Acordo Geral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, nos termos do 2º artigo, estabelece que as *“Partes Contratantes propõem-se celebrar um acordo cultural que, com respeito mútuo das culturas portuguesas e angolana, visará o reforço do intercâmbio cultural e científico entre os dois povos, bem como a valorização da língua portuguesa no âmbito das relações internacionais”*.

Assim sendo, a cooperação exercida pela Universidade face à CPLP permite aos alunos investirem na sua formação com as ferramentas disponibilizadas pela U. Lusófona. Como também regressarem posteriormente ao seu país de origem, de forma a conseguirem colocar em prática as capacidades adquiridas na área de formação. Isto é, reiterando com as palavras de Olívia de Carvalho:

“a educação é a melhor maneira de, coletivamente, transformar sonhos em realidades e converter utopias em compromissos éticos, na esperança de virmos a ter sociedades mais justas e um mundo melhor. A educação inclusiva envolve um repensar profundo da cultura, da política e das práticas pedagógicas de uma escola, tendo como missão a ética, a justiça e os direitos humanos” (Carvalho, 2021).

Segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005, denominada de *“Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa”* visa:

“apoiar a lusofonia, enquanto instrumento de escolaridade e formação” sendo direcionado a estratégia para os seguintes tópicos: Educação – Direito Humano Fundamental; Eliminar as disparidades de género; reforçar as parcerias no combate à pobreza; Efeitos noutros sectores; Situação nos Países em Desenvolvimento; Medidas tendentes a minorar as dificuldades”.

Posto isto, como mencionado abordar-se-á a atual cooperação, a nível da educação, existente entre Portugal e os países lusófonos, com a finalidade de conhecer os projetos educacionais acordados e as suas finalidades.

Assim sendo, o ano de 1996 ficou marcado pela criação da CPLP, visto que se anteriormente havia apenas cooperação a nível bilateral, posteriormente concretizou-se a existência de políticas multilaterais, designando-se assim na passagem para um novo paradigma e outro “olhar” sobre as Relações Internacionais.

COOPERAÇÃO PORTUGUESA COM ANGOLA

Começando por analisar a cooperação educacional portuguesa com Angola, diversas foram as alterações ao longo dos projetos executados. De seguida, serão descritos os variados programas de cooperação para obter essas melhorias, portanto, projetos implementados existentes entre Portugal e Angola foram Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal – Angola 2007-2010, Programa Estratégico de Cooperação Portugal-Angola 2018-2022, prorrogando-se pelo Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário em Angola – Saber Mais.

Segundo a plataforma Instituto Camões, o Programa Indicativo de Cooperação (PIC) Portugal – Angola 2007-2010 – prorrogado até 2014 teve como objetivos:

“melhorar a qualidade de ensino a todos os níveis, nomeadamente através da formação de professores; contribuir para o reforço institucional, através de ações de apoio à gestão e inspeção escolar e de assistência à reformulação dos currícula; apoiar a formação de estudantes angolanos em diversas áreas, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo e de investigação e inserção profissional; promover a língua portuguesa enquanto veículo privilegiado de educação e formação (ensino em português); reforçar o papel de níveis de ensino especializados – como o ensino superior e o ensino técnico-profissional – enquanto suporte para um desenvolvimento económico e social sustentado” (IPAD, 2008).

Segue-se o “Programa Estratégico de Cooperação (PEC) Portugal-Angola 2018-2022” consiste em:

“Apoio às áreas da formação de técnicos, agentes educativos e professores, desenvolvimento curricular, avaliação do sistema educativo, inspeção escolar, ciência e tecnologia; Apoio na área do reconhecimento e acreditação mútua de cursos do ensino superior; Programa de Bolsas de Ensino e/ou Formação em Portugal (licenciatura, mestrado e doutoramento); Programa de Bolsas de Estudo Internas (Ensino Superior, Secundário e Profissional); Colaboração no domínio do Ensino Superior e da Formação de Quadros, em áreas relativas à promoção da mobilidade de docentes e investigadores em instituições de ensino superior e centros de investigação científica, realçando-se as áreas da medicina e engenharia; Disponibilização de vagas a estudantes angolanos ao abrigo do Regime Especial de Acesso a Universidades Públicas Portuguesas; Formação de professores recorrendo às novas tecnologias como o Ensino a Distância para formação de professores; Apoio técnico em áreas ligadas ao património histórico e a revitalização da cultura nacional; Colaboração na divulgação da obra de criadores e agentes culturais” (Instituto Camões, 2018).

A continuação do plano anterior é feita pelo “Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário em Angola – Saber Mais”, com duração de 48 meses. Este programa é especializado no sentido de formar professores e dotá-los de capacidades técnicas para lecionarem:

“o projeto promove a qualidade pedagógica no ensino e valoriza os recursos humanos, através da formação de professores e dos quadros técnicos do Ministério da Educação de Angola (MED), com o apoio de formadores portugueses, colocados em estabelecimentos de formação, junto das Direções Provinciais ou dos serviços centrais do MED” (Instituto Camões, 2016a).

Sistematizando, as principais diferenças entre os mesmos são: o PIC tem como objetivo contribuir para a formação de professores, desenvolver e aprofundar os currículos, a nível de auxílio aos alunos, o foco é específico para a entrega de bolsas de estudo e de investigação, o que pressupõe apoio a nível da licenciatura e a nível profissional. A nível geral, o ensino da língua portuguesa é fundamental e privilegiado.

O PEC, finalizando este ano, determina também contribuir para a formação de professores, ou seja, todos os agentes educativos. À semelhança do programa anterior objetiva-se o desenvolvimento curricular, não obstante, aprofundando a *“avaliação do sistema educativo, inspeção escolar, ciência e tecnologia”*. Continua ainda a colaborar com diversas bolsas de ensino em Portugal.

Ainda sobre o PEC, este acrescenta à cooperação portuguesa com Angola diferentes situações: primeiro no que diz respeito à verificação e acreditação dos diversos cursos existentes. A disponibilização de vagas aos estudantes angolanos é outra alteração. A formação de professores, como ferramentas que permitam desenvolver e aprofundar esta cooperação, cooperando para a criação de melhorias e crescimento educacional angolano.

A iniciativa cultural foi outra evolução, isto é, todo o auxílio técnico exercido em função de temáticas relacionadas como *“património histórico e a revitalização da cultura nacional e obra de criadores e agentes culturais”*.

O PEC será substituído pelo “Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário em Angola – Saber Mais”, específico para complementar a lacuna existente que se faz sentir no Ensino Secundário e, por isso, são necessárias ferramentas que coadjuvem no progresso. Para esse progresso, formam-se os responsáveis pelo ensino, dotando-os de instrumentos que os ensinem como lecionar, ou seja, como transpor para os alunos os seus pensamentos e a matéria que querem transmitir, conseguido através de seminários, cursos, formações, apoios técnicos. Desta forma, a ajuda prestada por Portugal a Angola resulta essencialmente no apoio à formação de professores e os seus quadros, de maneira a haver pessoas aptas a lecionarem, formando recursos humanos disponíveis. E posteriormente, beneficiar dos recursos humanos habilitados regressados, neste caso de Portugal, contribuindo para o crescimento e consequentemente desenvolvimento do seu país de origem.

Outro aspeto a notar e de extrema importância, corresponde à vantagem destas cooperações bilaterais, pois as entidades portuguesas, mais que indicam, aconselham, neste caso os próprios docentes, à criação ou atualização de programas, currículos ou à sua gestão, por exemplo. Essencialmente, esta cooperação tem como objetivo capacitar professores aptos para lecionarem qualquer tipo de grau de ensino e desenvolver os recursos disponíveis que têm à disposição, ou seja, ensiná-los a lidar com as ferramentas que têm no momento.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM CABO VERDE

A cooperação e respetiva evolução do Sistema Educativo em Cabo Verde têm sido marcadas por resultados positivos.

Segundo o Relatório de Atividade, de 2016, houve um Reforço Técnico e Capacitação Institucional junto da Direção Nacional de Educação:

“Coordenação e monitoria da implementação do processo de revisão e desenvolvimento curricular do pré-escolar ao 12º ano de escolaridade e consequente conceção da estratégia de formação de docentes cabo-verdianos. Este projeto visou capacitar o Ministério da Educação de Cabo Verde, nomeadamente a Direção Nacional de Educação e os agentes do sistema educativo cabo-verdiano, beneficiando diretamente as crianças e jovens estudantes” (Instituto Camões, 2016b).

Quadro 2

Principais Programas na área da Educação

Programas	Objetivos
• Apoio ao Ensino Secundário →	Alinhada com o Programa cabo-verdiano “Mundu Novu”, apoiará a melhoria do ensino nomeadamente, através do apoio à revisão curricular, apoio à formação de professores e modernização do processo de ensino através da utilização das tecnologias de informação e comunicação.
• Apoio ao Ensino Superior →	Apoio ao desenvolvimento do Ensino Superior, incluindo a regulamentação do sector, a avaliação das instituições....
• Rede de docência (IC) →	Melhorar a formação contínua de professores de Língua Portuguesa
• Ensino Superior/Bolsas de Estudo →	Melhorar a qualidade, através da consolidação das reformas iniciadas e o desenvolvimento institucional
• Centros Culturais Portugueses →	Promover o ensino e a difusão da língua + programação cultural em parceria com organizações locais

Fonte: Instituto Camões, (2012a). *Programa Indicativo de Cooperação 2012-2015* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_portugal_caboverde_2012_2015.pdf

Através do quadro 2, constata-se que, a Cooperação Portuguesa tem apoiado nos últimos anos o desenvolvimento de todos os níveis do Ensino Educativo:

“Ensino Secundário, com a participação de numerosos professores na lecionação de disciplinas deste nível de ensino nas diversas ilhas do arquipélago e no apoio ao processo de revisão curricular. Tem igualmente apoiado o ensino superior através da estruturação e consolidação da Universidade de Cabo Verde (mobilidade de docentes, desenho curricular de cursos oferecidos, apoio no desenvolvimento de mestrados) e assistência técnica ao Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura (planeamento, desenvolvimento, legislação e avaliação do Ensino Superior). Bem como, a oferta de numerosas bolsas de estudo para a frequência de cursos de licenciatura, de pós-graduações, mestrados e doutoramentos, em instituições portuguesas. Por seu lado tem sido apoiado o IIEP de Cabo Verde na criação e gestão de Centros de Formação Profissional e de Centros de Emprego” (Instituto Camões, 2011).

O atual Programa Estratégico Cooperação (PEC), 2022-2026, vem reforçar medidas anteriores:

“uma melhoria de qualidade do ensino e da formação, bem como da reforma e consolidação dos sistemas e subsistemas do setor da educação e da sua gestão. O apoio prestado por Portugal será direcionado para as reformas curriculares, formação inicial e contínua de professores e ensino superior. Mais uma vez, “reconhecendo-se o papel do desporto na realização de ODS e em especial na inclusão formativa e produtiva dos jovens, o apoio procurará aprofundar a cooperação institucional, dando continuidade à promoção do Desporto” (Instituto Camões, 2022a).

Em 2016, a intenção prendia-se também com o Reforço Técnico e Capacitação Institucional junto da Direção Nacional de Educação, portanto, atualização dos programas curriculares; além da formação de professores, capacitação e dotá-los de planos e estruturas educativas para lecionarem.

O quadro 2 apresentado expôs os principais programas realizados, em que no seguimento da estratégia de cooperação com os restantes países comparados, o apoio principal é direcionado sempre para o ensino superior, secundário, formação de professores, cedência de bolsas, dinamizar a aprendizagem da língua portuguesa.

Na sequência dos programas e propósitos anteriores, o programa em vigor, PEC, tem como objetivo aperfeiçoar a qualidade do ensino, ou seja, evoluindo no tipo de formação aos professores, atualizando os currículos e programas educativos, respondendo às necessidades das escolas, seja a nível material ou de infraestruturas. Uma iniciativa dos restantes programas elencados corresponde à valorização do desporto enquanto vetor inclusivo da educação juvenil. Acima de tudo, a cooperação portuguesa tem reforçado o entrave que se coloca quanto à especificidade linguística.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM A GUINÉ EQUATORIAL

A cooperação educacional portuguesa com a Guiné Equatorial ainda é recente, tendo surgido em 2018 com o Projeto “Rede de Ensino de Português do Camões I.P”.

Percebe-se, assim, que ainda é muito tímida, sendo o único protocolo existente de Cooperação com a Universidade Nacional da Guiné Equatorial, a qual tem como objetivo a promoção da Língua Portuguesa. Para estabelecer esta cooperação, foram criados vários instrumentos:

“Leitorado de Português e de um Centro de Língua Portuguesa / Camões, I.P., na UNGE, tendo já sido selecionada a docente que irá assegurar o desenvolvimento de um major e de um minor em Estudos Portugueses, bem como de projetos no domínio da formação de Docentes de Português como Língua Estrangeira” (Portal Diplomático, 2018).

Segundo o próprio nome do Projeto “Rede de Ensino de Português do Camões I.P”, acredita-se que a língua portuguesa é um elemento deliberativo, tanto na evolução deste Estado-membro, a nível interno como externo, portanto, no seu desenvolvimento como país e integração absoluta na CPLP. Para isso, o ensino da língua portuguesa começa por ser criado e adaptado nos programas e currículos da educação. Acrescentando a iniciativa de transmissão de programas em português. Ou seja, segundo informa o Observador, “o programa ‘Hora de Agir’, cujo conteúdo são debates sobre as questões climáticas e o ambiente, vai começar a ser transmitido em português na televisão da Guiné Equatorial” (Observador, 2021).

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM MOÇAMBIQUE

A cooperação portuguesa com Moçambique, na área da Educação, tem vindo a evoluir. Ou seja, a nível bilateral, a cooperação desenvolveu-se sobretudo a nível do ensino técnico-profissional, dando ênfase à língua e ao ensino, destacando diversas alterações:

Segundo o relatório de atividades, do Instituto Camões, em 2016, as atividades realizadas com Moçambique foram as seguintes:

“Na área da Educação e do Ensino Superior destaca-se a Cooperação Interuniversitária que contribuiu-se para o reforço do corpo docente e para a melhoria do ensino ao nível dos Mestrados e Doutoramentos em diversas áreas. Na área do Direito, resultante da cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade do Zambeze, frequentaram cursos de Pós-graduação e de Mestrado 80 alunos. Foram apresentadas e aprovadas 12 teses de Mestrado e orientadas 16 teses de Doutoramento. Na área da Economia e da Gestão para o Desenvolvimento, com a parceria entre o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Economia da UEM, conclui-se a fase ao nível da cooperação no grau de Mestrado, tendo sido aprovados 62 alunos. Deu-se início à fase de lançamento dos doutoramentos em Economia e Gestão, projeto para o biénio 2016/2017” (Instituto Camões, 2016b).

Atualmente o Programa em vigor corresponde ao PEC (2022-2026) antevê as seguintes tarefas de cooperação:

“Apoio à formação superior e avançada através de concessão de bolsas de estudo ao nível de licenciatura, mestrado e doutoramento em Portugal; Programa de bolsas de estudo internas (ensino secundário, profissional); Disponibilização de vagas a estudantes moçambicanos ao abrigo do Regime Especial de Acesso ao Ensino Superior em universidades públicas e Institutos Politécnicos portugueses; Apoio à educação pré-escolar e aos ensinos primário e secundário, através do desenvolvimento de políticas inclusivas e equitativas para todos os alunos, promovendo também o sucesso escolar e o combate ao abandono escolar, incluindo as crianças com deficiência; Apoio ao Ensino

Técnico-Profissional; Prossecução da implementação do Projeto Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique nas suas diferentes vertentes; Colaboração e apoio à cooperação na implementação de programas de alfabetização e de educação de adultos; Apoio ao orçamento sectorial através do Fundo de Apoio ao Sector da Educação (FASE); Apoio na formação contínua de formadores, professores e educadores de infância; Colaboração e apoio técnico na capacitação profissional dos docentes nas áreas da leitura e das bibliotecas; Colaboração no apoio em ações de capacitação com vista ao desenvolvimento educativo, profissional e pessoal de dirigentes e quadros técnicos, no âmbito da liderança escolar e gestão de carreiras, e do pessoal não docente assegurando-se conhecimentos especializados; Reforço da cooperação para apoiar a geminação de escolas, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino da língua portuguesa e desenvolver atividades nos domínios da educação e da formação entre docentes, crianças e jovens de Portugal e Moçambique; Colaboração na área da capacitação digital para o desenvolvimento profissional dos docentes em competências digitais necessárias ao ensino e à aprendizagem” (Instituto Camões, 2022b).

Como vimos, até aos anos 2016/2017 o enfoque deu-se no Ensino Superior. Além do reforço dos professores, houve sinais claros de que a cooperação tinha sido frutífera para Moçambique, isto é, licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento, nas suas diversas áreas: Direito, Economia e da Gestão para o Desenvolvimento. Ou seja, desde a frequência aos diversos graus, a aprovação de dissertações de mestrado e orientações de teses para doutoramento.

Por sua vez, os programas e projetos do PEC atual vão no sentido das restantes já apresentadas sobre os outros países: desde formação de professores, formadores, cedência de bolsas para o ensino superior, secundário e profissional, apoio para as necessidades das escolas.

Este programa inova no apoio à educação pré-escolar e primária, proporcionando condições iguais para todos os alunos (frisando acesso para as crianças com deficiência), impulsionando para o sucesso escolar, consequentemente a diminuição do insucesso escolar. Como também apoio na tecnologia, portanto, formação e apoio aos professores, saberem utilizar estas ferramentas.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM O BRASIL

A questão da cooperação portuguesa com o Brasil faz-se ao nível de “interlocutor nas questões da língua”, em atividades como: *“relações bilaterais, pelo que nas áreas da educação avultam temas como o reconhecimento de habilitações, graus e títulos académicos e acesso ao exercício de profissões, bem como a cooperação tecnológica”* (Instituto Camões, 2016c).

Mais especificamente, a nível bilateral, Portugal através do Camões, I.P. apoia estritamente algumas cátedras, sendo elas:

“com as universidades de Brasília, S. Paulo, Bahia, Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e PUC de Minas Gerais”, estabelecendo a “articulação de atividades e o intercâmbio de docentes e investigadores entre as várias cátedras brasileiras (e entre estas e centros de investigação de universidades de outros países, incluindo Portugal)” (Instituto Camões, 2016c).

É importante notar que comparando com os outros países analisados, com o Brasil existem poucos acordos com o nosso país. Questiona-se qual a razão? Talvez por ser um país independente há vários anos? O Brasil dentro da CPLP é um país totalmente diferente dos Africanos, tanto a cultura, política, geografia, independência.

Por tudo isto, qual a razão para não haver mais acordos políticos, protocolos de cooperação, as próprias geoestratégias entre Portugal e Brasil? Como aponta Menezes:

“(...) em primeiro lugar, situações de colonização dão inevitavelmente lugar a sentimentos fortes – às “fobias” e ao seu contrários, as “filias”. Assim, e em segundo lugar, as relações guardam, também inevitavelmente, uma vertente emocional que provoca mitos e tende a ofuscar a realidade” (Menezes, 1997).

Justificando esta citação e exemplificando com as informações retiradas ao longo da investigação, corroborando com a primeira parte da citação mencionada por Menezes, os alunos Brasileiros são os que se destacam como alto índice positivo de rejeição cultural. Relativamente à segunda parte, é de afirmar que a maioria dos alunos que a U. Lusófona recebe são Brasileiros, porém os que destacam o seu descontentamento.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM TIMOR-LESTE

A cooperação portuguesa com Timor Leste, na área da Educação, resulta em diversos Projetos.

O projeto “Formar Mais” (2016/2018) teve como objetivo consolidar o setor da educação no país. Assim, caracterizou-se com *“início de funções de 27 agentes de cooperação do Projeto Formar Mais – Formação Contínua de Professores, um projeto que visa apoiar o setor da formação académica e profissional do pessoal docente e de profissionais do sistema educativo de Timor Leste”* (Instituto Camões, 2016b).

Outro resulta no Projeto de Capacitação da Universidade Nacional de Timor Lorosae:

“Em 2016, o projeto caracterizou-se por um crescente envolvimento e apropriação por parte dos parceiros timorenses, a UNTL, em particular através do seu Centro de Língua Portuguesa, pretendendo-se que este se transforme na entidade de referência para a formação dos funcionários públicos timorenses, adstritos às diferentes áreas de política pública ou de outros órgãos de soberania do Estado, bem como para entidades de organizações internacionais, entre outras, com presença no território timorense” (Instituto Camões, 2016b).

Por fim, de acordo com o Programa Estratégico de Cooperação entre Portugal e Timor Leste, 2019-2023, o mesmo tem como objetivos:

“Programa de Bolsas de ESTUDO E/O Formação (licenciatura, mestrado e doutoramento); Programa de Bolsas de estudo internas (ensino superior, secundário e profissional); Disponibilização de vagas a estudantes timorenses ao abrigo do Regime Especial de Acesso em Universidades Públicas e Institutos Politécnicos Portugueses; Reforço das estruturas de Ensino Superior em Timor-Leste, através de ações de cooperação institucional; Apoio à formação avançada (áreas científicas e tecnológicas), nomeadamente, direcionadas à capacitação da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL); Apoio ao desenvolvimento do sistema educativo de Timor-Leste designadamente ao nível da educação pré-escolar, básica e secundária, através do Projeto Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE); Promoção do ensino em português, difusão da língua e cultura portuguesas e apoio e reforço à formação contínua de professores em português, nomeadamente: - através da formação contínua, presencial e descentralizada, em Timor-Leste ou em Portugal, para apoio no desenvolvimento da proficiência em Língua Portuguesa e na formação científica

pedagógica no âmbito dos conteúdos programáticos e metodológicos do ensino, com o objetivo de melhorar o desempenho profissional dos professores timorenses” (Instituto Camões, 2019).

Depois de elencados os respetivos programas, as principais diferenças serão descritas seguidamente.

O Projeto “Formar Mais” foi mais um dos programas que teve como objetivo desenvolver o ensino educativo e, como o próprio nome indica, formar mais, isto é dar formação a professores e todos os envolvidos no sistema educativo.

O próximo projeto, Projeto de Capacitação da Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL), uma inovação de todos os programas apresentados, centraliza-se apenas na “formação de funcionários públicos”, portanto, uma instituição educativa que disponibiliza aos funcionários públicos desenvolverem as suas capacidades e vocação, no que respeita a temáticas como *“áreas de política pública ou de outros órgãos de soberania do Estado, entidades de organizações internacionais”*.

Por sua vez, o atual PEC segue as mesmas linhas de atuação com os restantes países, desde a formação de formadores, professores, concessão de bolsas, crescimento da educação pré-escolar, básica e secundária, apoio na área da tecnologia.

Quanto a Timor Leste, Portugal mobilizou-se de forma espantosa em torno da independência de Timor e quando o país passou a ser independente, houve um esforço reforçado. Daí a justificação de tantos protocolos de cooperação educacional, essencialmente para apoiar na qualidade do ensino através da formação de novos quadros, financiamento de bolsas, entre outros mencionados, todavia, programas cada um com o seu objetivo específico, não sendo uma atualização do anterior.

Contudo, um objetivo ainda pouco desenvolvido e apresentado neste PEC corresponde à *“promoção do ensino em português, difusão da língua e cultura portuguesas”*, ou seja, hoje em dia o tétum é falado na sua maioria com palavras em português. No entanto, embora se perceba a língua portuguesa, a grande dificuldade surge na escrita, desenvolver a oralidade e escrita.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL PORTUGUESA COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A cooperação Portuguesa com São Tomé e Príncipe tem vindo a ser construída ao longo dos anos.

Desde logo, durante os anos 2009 a 2012 surgiu o Projeto “Escola +”. Segundo o relatório de atividades do Instituto Camões, o projeto fomenta diversos aspetos:

“promover a melhoria do ensino secundário em São Tomé e Príncipe, focando-se em duas vertentes: reforço das competências dos professores (acompanhamento em exercício e formações gerais e específicas) e o reforço da capacidade de gestão e acompanhamento dos serviços centrais do Ministério da Educação e das escolas” (Instituto Camões, 2016b).

Por sua vez, outro projeto, nomeadamente em 2009, pertenceu ao “Apoio ao IDF – Instituto Diocesano de Formação João Paulo II”. Este Projeto “*permitiu colmatar as dificuldades ao nível do corpo docente, insuficiente para as necessidades da escola, e contribuiu igualmente para a conversão deste estabelecimento de ensino em Escola Portuguesa*” (Instituto Camões, 2016b).

O projeto atual corresponde ao Programa Estratégico de Cooperação, durante o período de 2021-2025 com os seguintes objetivos:

“apoio à formação superior e avançada de concessão de bolsas de estudo (licenciatura, mestrado e doutoramento); Programa de Bolsas de Estudo Internas (ensino superior, secundário e profissional); disponibilização de vagas a estudantes Santomenses ao abrigo do Regime Especial de Acesso a todas as instituições do ensino superior” (Instituto Camões, 2021a).

É de referir que os 2 projetos iniciais elencados são específicos e desenvolvidos para capacitar os professores e a sua gestão burocrática. Ou seja, o primeiro projeto foca-se essencialmente no desenvolvimento do ensino superior, portanto, complementaridade no desempenho e capacidades dos professores, como também, acompanhamento das situações burocráticas e administrativas que envolvem as escolas. Seguindo-se o segundo que pretende responder às lacunas e complicações existentes, isto é, falta de professores, necessidades da escola, sejam financeiras, administrativas, nível material ou condições adequadas para lecionar. Outro aspeto que se destaca dos

restantes, é que através desta cooperação foi possível tornar o Instituto Diocesano de Formação João Paulo II numa Escola Portuguesa. Por fim, o atual projeto em vigor, cessando em 2025, foca-se essencialmente na entrega de bolsas, seja para o ensino superior (seja qual o nível), para o secundário ou profissional.

COOPERAÇÃO PORTUGUESA COM A GUINÉ-BISSAU

A cooperação educacional portuguesa com Guineenses tem sido marcada por resultados positivos através dos seguintes projetos implementados, sendo eles: Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB), Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG), Cooperação entre a Faculdade Direito de Lisboa e a Faculdade Direito de Bissau, Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau (2012/2016) e Programa Estratégico de Cooperação Portugal – Guiné-Bissau 2021-2025.

Ora, o Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau (PAEIGB) foi dividido por duas fases: a primeira desde o ano letivo 2000/2001 a 2008/2009, já a segunda fase do ano letivo 2009/2010 ao 2011/2012, perfazendo 12 anos.

Oliveira e Silva caracterizam o Projeto de Apoio à Educação no Interior da Guiné-Bissau como um programa com a finalidade de colmatar a ausência de recursos humanos qualificados Guineenses:

“Áreas de conhecimento envolvidas na primeira fase foram a língua portuguesa, a matemática, a física, a química, a biologia e a filosofia, com predomínio da lecionação de aulas nas escolas do 3.º ciclo do ensino básico e secundário. O Programa também trabalhou a educação de adultos. (...) Na segunda fase do PASEG foi abandonada a lecionação direta aos alunos e as áreas de conhecimento envolvidas foram as seguintes: língua portuguesa, matemática, física, química, biologia e educação para a cidadania” (Silva & Oliveira, 2020).

O Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG) tem como objetivo global a contribuição para o crescimento da língua portuguesa:

“(...) desenvolvimento do sistema educativo da Guiné-Bissau, através da divulgação e promoção do ensino em língua portuguesa. Para tal, foram

colocados no terreno um contingente de docentes portugueses, com a missão não apenas de ensinar língua portuguesa nos liceus, mas, também, de apoiar na formação dos professores guineenses, nomeadamente do ensino básico. A pedido das autoridades guineenses, foi considerado prioritário o subsector do ensino secundário, estabelecendo-se, desde então, a promoção da língua portuguesa como vetor estruturante e grande prioridade na intervenção da Cooperação Portuguesa na área da educação na Guiné— Bissau” (Instituto Camões, 2008).

Um terceiro programa corresponde à Cooperação entre a Faculdade Direito de Lisboa e a Faculdade Direito de Bissau, financiado pelo Instituto Camões, da Cooperação e da Língua, I.P, destinando-se a:

“(…) formar os vários operadores jurídicos no Direito da OHADA (Organisation pour l’Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires), dotando-os de conhecimentos aprofundados sobre o Direito emanado desta organização através da difusão das mais recentes tendências doutrinárias e jurisprudenciais. Para o efeito, contou com a lecionação dos vários módulos por Professores da Faculdade de Direito de Lisboa (FDUL), bem como da FDB” (Instituto Camões, 2021b).

O Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau (2012/2016) visou:

“melhorar a qualidade e a equidade da educação na Guiné-Bissau através do reforço da oferta de Educação de Infância e de Ensino Básico nas comunidades, nos níveis de ensino onde é estabelecido o primeiro contacto com a Língua Portuguesa; da promoção do desenvolvimento de capacidades, da autonomia e da responsabilização da escola como lugar privilegiado de formação; do incentivo à responsabilidade das famílias e das comunidades pelo desempenho escolar e da integração dos valores relacionados com direitos individuais e coletivos em todas as atividades de formação” (Instituto Camões, 2012b).

O Programa Estratégico Cooperação (PEC), 2015-2020, reforçou medidas anteriores:

“Programa de Bolsas de Ensino e/ou Formação (licenciatura, mestrado e doutoramento); Programa de Bolsas de Estudo Internas (ensino superior e secundário); Disponibilização de vagas a estudantes guineenses ao abrigo do Regime Especial de Acesso em Universidades Públicas e Institutos Politécnicos

Portugueses; Reforço das estruturas de Ensino Superior na Guiné-Bissau, através de ações de cooperação institucional, nomeadamente com a Universidade Amílcar Cabral, a Faculdade de Direito de Bissau, a Escola Superior de Saúde ou com a Escola Normal Superior Tchico Té; Consolidar um Sistema de Ensino Superior Politécnico; Desenvolvimento do trabalho conjunto preparatório da instalação de uma Escola Portuguesa, em Bissau, com tutela do Ministério da Educação de Portugal, com vista a assegurar um ensino de qualidade do curriculum português; Promoção do ensino em português, difusão da língua e cultura portuguesas assim como apoio e reforço à formação inicial e contínua de professores em Língua Portuguesa e conteúdos técnicos em português, entre outras” (Instituto Camões, 2021c).

Atualmente, o plano em vigor (2017-2025) é “Plano Estratégico Guiné-Bissau 2025 “Terra Ranka” que tem como objetivos prioritários a nível da educação, os seguintes:

“promover: (i) a expansão e a melhoria do acesso à educação com vista à universalização do ensino básico nos ciclos 1 e 2; (ii) a melhoria da eficácia interna do sistema; (iii) a redução das disparidades no ensino básico e no secundário e; (iv) a adequação das formações técnicas e profissionais e do ensino superior, com as necessidades de desenvolvimento económico e social do país”. A nível do “pré-escolar, o objectivo definido é o de atingir 20% de pré-escolarização em 2025 e reduzir as disparidades entre o mundo rural e o urbano; O objectivo é que, a longo prazo, as crianças da Guiné-Bissau tenham uma escolaridade de 9 anos. Este objectivo ambicioso não poderá ser alcançado até 2025, e é por esta razão que ficou definido que 100% das crianças de uma faixa etária entre no 1º ciclo do ensino básico, continue a sua escolaridade no 2º ciclo do ensino básico e o concluam em 2025, e que se lancem as bases para permitir a continuação dos estudos a um número crescente num 3º ciclo do ensino básico reformado” (Ministério da Educação e Ensino Superior, 2017).

Depois de elencados os respetivos programas, seguem as seguintes ilações.

O PAEIGB foi desenvolvido especificamente para corrigir a inexistência de recursos humanos qualificados no interior da Guiné, tendo em ambas as fases apostado nestas áreas de conhecimento, “*língua portuguesa, matemática, física, química, biologia*”.

O PASEG difere do anterior por particularizar o ensino da língua portuguesa, formando-se assim professores guineenses, e introduzindo e aprofundando o português, sobretudo no ensino secundário.

A formação é direcionada para operadores jurídicos de Direito da Organização para a Harmonização do Direito Comercial em África.

O Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau destacou-se por reconhecer e implementar medidas direcionadas para o desenvolvimento da igualdade e qualidade do ensino para todos.

No seguimento dos outros PEC's com os restantes países, mais uma vez, as linhas mestras que caracterizam a ação portuguesa com a Guiné-Bissau são a concessão de bolsas, difusão da língua portuguesa, formação de professores, entrega de conteúdos educativos técnicos na língua portuguesa.

O Plano Estratégico Guiné-Bissau, “Terra Ranka até 2025 estabelece como objetivos prioritários: o acesso universal nomeadamente no ensino básico, o desenvolvimento do sistema educativo, colmatar as desigualdades existentes no básico e secundário, atualização das formações próprias do ensino superior e contribuição económica para o desenvolvimento.

Quanto ao pré-escolar, calcula-se que até 2025 haja redução de 20% na pré-escolarização. Como também as crianças tenham acesso à educação que perfaça 9 anos, tendo traçado uma estratégia para o cumprir.

Num olhar transversal às políticas de cooperação exercida por Portugal com os países da CPLP, há muito que assume o mesmo padrão, ou seja, prolongando o mesmo projeto/plano. Portanto, disponibilizando as mesmas atividades e iniciativas: bolsas para licenciaturas, mestrados ou doutoramentos, formação de professores e técnicos, disponibilização de materiais necessários para responder às necessidades existentes de professores e da escola. Ou seja, Portugal ajuda a formar quem carece de técnica, sendo o ativo mais importante para o alcance da eficiência e eficácia de uma cooperação bilateral, objetivando, através destes programas de cooperação, desenvolver a educação, tornando-a atual. Exemplificando com um assunto que consequentemente influenciará na atualização de currículos e programas. As alterações climáticas têm sido motivo de preocupação extrema global, assim sendo, a educação ambiental será uma temática de extrema importância.

Concluindo, percebe-se que o papel da educação é indispensável para uma nova realidade nos países de Língua Portuguesa. Ou seja, segundo um documento sobre a CPLP:

“é fundamental para o progresso dos nossos Povos, e para a consolidação da paz e da democracia. Simultaneamente, a educação e a cultura científica podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos da CPLP, designadamente no combate à pobreza e na construção de uma cidadania consciente e ativa” (CPLP, 2007a).

Ora, para que haja o progresso dos Povos a essência da solução é desenvolver, investir nos mais carenciados, dando-lhes ferramentas que permitam responder de forma autónoma às próprias necessidades. Ou melhor, a questão é saber aproveitar esse apoio, saber direcioná-lo para as necessidades existentes, utilizá-lo na criação de projetos, material escolar, seminários/webinares, formação e financiamento para as atividades dos professores e alunos. Contudo, há que fiscalizar se todo o investimento, orçamento dispensado para os devidos efeitos, se foram direcionados para os mesmos, ou se ficará comprometido e guiado para outras políticas, afetando a capacidade de investimento nesta área, espelhando-se nas restantes. Todavia, nos próximos capítulos será analisado qual a capacidade de resposta da U. Lusófona face ao assunto abordado.

1.2.1. Acordo de Mobilidade da CPLP¹

Um assunto na ordem do dia na agenda da CPLP corresponde aos avanços do Acordo de Mobilidade. A mobilidade entre Estados-membros foi um aspeto já por diversas vezes equacionado, tendo-se assinado o Acordo de Mobilidade em 2021 e aprovado a legislação dos Estados-Parte, com entrada em vigor em 2022.

A nova alteração à Lei dos Estrangeiros estabelece um novo regime jurídico, decretado pela Assembleia da República, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a alteração à Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto, é a 10ª modificação à Lei

¹ Esta pesquisa foi realizada no âmbito do estágio extracurricular frequentado na Assembleia da República, Direção de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo, nomeadamente na Divisão de Relações Internacionais e Comunicação. Ou seja, nos termos dos objetivos estipulados houve o cruzamento entre os capítulos a redigir para a dissertação e o plano estipulado para estágio, portanto, “Qualidade e aplicabilidade dos instrumentos segundo o Acordo de Mobilidade da CPLP”.

n.º 23/2007, de 04 de julho, que aprova o “*regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional*”.

Assim segundo a Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021, o Acordo de Mobilidade é caracterizado pelos:

“principais meios de fortalecimento dos vínculos entre pessoas que integram uma comunidade, e que, por isso, a mobilidade dos cidadãos nos territórios que a compõem deve ser tão livre quanto possível, exceto quando razões de interesse público imponham restrições razoáveis”. Ainda segundo a mesma Resolução, destaca-se que a mobilidade se destina “não apenas algumas categorias profissionais, mas todos os cidadãos dos Estados -Membros da CPLP, concorrendo assim para o fortalecimento da identidade comum da CPLP (...)”.

Ou seja, o Acordo tem como objetivo contribuir e facilitar a livre-circulação e bens no espaço da CPLP. Fundamentalmente serve de agente decisivo para o crescimento e desenvolvimento, abrangendo toda a população dos países da CPLP, tirando-se proveito no sentido de beneficiar de novas oportunidades e contribuir para o progresso do país.

As alterações aprovadas pela Assembleia da República quanto à Lei dos Estrangeiros, benéficas para os alunos da CPLP, são referentes aos “*vistos para cidadãos da CPLP; visto de residência e autorização de residência para frequência de estudos no Ensino Superior*” (Governo, 2022b)

Detenhamos agora o nosso olhar sobre a Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021 e, conseqüentemente, a Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto. Começamos pelo artigo 17º, nº 2, que caracteriza o processo de vistos e autorização de residência como:

“Autorização administrativa referida no número antecedente é emitida, numa primeira fase, por meio de visto de residência, o qual permite a entrada no território de outra Parte para fins de obtenção de autorização de residência CPLP, título que confere ao requerente o direito a residir no território dessa Parte”.

Contudo, existem requisitos a reunir cumulativamente de acordo com o artigo 19º, sendo eles:

“a) Inexistência de medidas de interdição de entrada do requerente na Parte de acolhimento, tal como determinado pelo direito interno deste; e b) Inexistência

de indícios de ameaça por parte do requerente à ordem, segurança ou saúde pública da Parte de acolhimento, tal como determinado pelo direito interno deste”.

Todavia, no N° 2 do artigo anterior, deixa-se ao critério das Partes, o método para efetuar a avaliação deste processo. Assim para Portugal, de acordo com a Lei dos Estrangeiros, o artigo 62.º apresenta as condições necessárias para obtenção de visto de residência:

“(…) é concedido visto de residência para obtenção de autorização de residência para, em território nacional, exercer atividades de investigação científica, para frequentar um programa de estudos de ensino superior, um programa de intercâmbio de estudantes de ensino secundário ou um estágio, desde que: a) Preencha as condições gerais do artigo 52.º; b) Disponha de seguro de saúde, ou equivalente, que cubra a duração prevista da estada; c) Preencha as condições especiais estabelecidas no presente artigo”.

Complementando com o artigo 52º, as condições gerais mencionadas anteriormente só serão reconhecidas a quem preencha os seguintes critérios:

“(…) só são concedidos vistos de residência, de estada temporária, de curta duração ou para procura de trabalho a nacional de Estado terceiro que preencha as seguintes condições: a) Não tenha sido sujeito a medida de afastamento e se encontre no período subsequente de interdição de entrada e de permanência em território nacional; b) Não esteja indicado, para efeitos de regresso, acompanhado de uma proibição de entrada e de permanência, no SIS por qualquer Estado membro da União Europeia ou onde vigore a Convenção de Aplicação; c) Não esteja indicado, para efeitos de recusa de entrada e de permanência, nos termos do artigo 33.º no Sistema Integrado de Informação do SEF, ou para efeitos de regresso; d) Disponham de meios de subsistência, tal como definidos por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna e do Trabalho e da Solidariedade Social; e) Disponham de um documento de viagem válido; f) Disponham de um seguro de viagem”.

Por sua vez, o Artigo 91.º remete para a autorização de residência emitida a estudantes do ensino superior, mediante apresentação de documentos como:

“1 - a) Apresente prova de matrícula e do pagamento das propinas exigidas pelo estabelecimento; b) Disponha de meios de subsistência, tal como definidos pela portaria a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 52.º; c) Esteja abrangido pelo Serviço Nacional de Saúde ou disponha de seguro de saúde. 2 - A autorização de residência concedida ao abrigo do presente artigo a estudantes do ensino superior é válida por três anos, renovável por iguais períodos e, nos casos em que a duração do programa de estudos seja inferior a três anos, é emitida pelo prazo da sua duração”.

Assim, foi caracterizado e analisado a qualidade e aplicabilidade dos instrumentos apresentados no Acordo de Mobilidade, isto é, a desburocratização e simplificação no processo de pedido de visto e autorização da residência. Em virtude disto, foi facilitado deveras a entrada dos alunos da CPLP no país, começando pela dispensa da apresentação dos seguintes documentos: *“apresentação de seguro de viagem válido; comprovativo de meios de subsistência; cópia do título de transporte de regresso; apresentação presencial para requerer visto”*. (Governo, 2022c). Seguindo-se outra alteração quanto à atribuição automática de número de *“identificação de segurança social, do número de identificação fiscal e do número nacional de utente”* provisórios no âmbito do visto de residência, conforme artigo 215º nº1 da Lei dos Estrangeiros. Como também, a *“concessão de visto de residência para frequência de programa de estudos de ensino superior, não carece de parecer prévio do SEF, desde que o requerente se encontre admitido em instituição de ensino superior em território nacional”*, significando que o comprovativo de matrícula da faculdade é suficiente para aprovação do pedido de visto de estudante, conforme artigo 53, nº 8. Resumindo, o tempo estimado burocrático, entre a entrega dos documentos e a emissão dos mesmos tende a ser reduzido.

1.2.2. Desafios enfrentados CPLP

Neste subcapítulo foram abordados os desafios, problemas e riscos que a CPLP ultrapassou e tem vindo a ultrapassar.

Em primeiro lugar, existe a questão da Comunidade não representar um espaço contíguo, o que significa que não estão ligados territorialmente, por isso, tanto o seu crescimento, desenvolvimento e cooperação ficam facilmente comprometidos. Como também são heterogêneos, visto que os Estados têm características diferentes quanto à

“estabilidade interna, desenvolvimento económico, social, tornando o seu potencial e as suas necessidades essenciais difíceis de conseguir a cooperação” (Redondo, 2008).

A “forma” da CPLP corresponde a outro desafio. A Comunidade é composta por nove Estados Membros, ou seja, deveria ser uma comunidade de povos de Língua Portuguesa, realçando a importância da sociedade civil para o êxito desta. De acordo com Isabel Leite, os vários desafios que a comunidade enfrenta tiveram origem aquando da sua criação, portanto, a Comunidade devia direccionar os seus esforços para a proatividade da sociedade civil, nunca descurando da independência face aos governos:

“A instabilidade política que caracteriza o percurso da maioria dos países lusófonos, desde a sua descolonização, tem facultado diferentes momentos de retrocesso relativamente às boas práticas de governação e participação democrática. Neste sentido, o esforço da CPLP dirige-se à sensibilização dos responsáveis políticos, assim como da sociedade civil em geral” (Leite, 2020).

Portanto, o caminho a seguir pela comunidade, reforçando a questão apontado por Isabel Leite, segundo Manuel Lapão, parte pela CPLP de *“fortalecer-se numa perspetiva ascendente, ao nível da sociedade civil, promovendo o sentido de uma cidadania comum lusófona e reforçando a cooperação para a sustentabilidade e o desenvolvimento humano”* (Lapão, 2016).

Um dos grandes problemas globais também à CPLP, mas que continua sem obter resposta eficaz, corresponde à pobreza. Esta devia ser um tema imperativo, tendo estratégias e estatutos próprios e específicos para erradicar a pobreza. Segundo dados atuais, Moçambique é o sétimo, Guiné-Bissau em vigésimo terceiro, Timor-Leste em trigésimo oitavo, São Tomé e Príncipe em quadragésimo quarto, Angola em sexagésimo terceiro, Cabo Verde em sexagésimo quarto, Brasil em centésimo quarto, Guiné Equatorial em centésimo décimo segundo e Portugal em centésimo quadragésimo oitavo lugar do *ranking* dos países mais pobres do mundo em 2022 (Pereira, 2022).

Neste sentido, as Nações Unidas definem pobreza com a seguinte caracterização:

“Pobreza envolve mais do que a falta de recursos e de rendimento que garantam meios de subsistência sustentáveis. A pobreza manifesta-se através da fome e da malnutrição, do acesso limitado à educação e a outros serviços básicos, à discriminação e à exclusão social, bem como à falta de participação na tomada de decisões” (Nações Unidas, 2019).

Por outro lado, o conceito de “Oceano Moreno” apelidado por Adriano Moreira, é outro aspeto a reter, é a segurança global dos países da CPLP. Visto ser necessário responder aos desafios e obstáculos ao desenvolvimento da CPLP quanto ao crime organizado transnacional, isto é, terrorismo, droga, digitais. Ou seja, Luís Manuel Brás Bernardino e Francisco Duarte Azevedo apelam à nova identidade da CPLP no domínio da defesa:

“Os complexos desafios securitários globais, que se refletem, entre outros, no crime organizado, na pirataria, o tráfico de droga, de pessoas ou armas, os conflitos regionais e as migrações desreguladas merecem a atenção e a preocupação dos países da CPLP, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades conjuntas de proteção, vigilância e de segurança marítima, mas também pelo facto de ser inegável e imprescindível que os instrumentos securitários devam ser objeto de uma incontornável cooperação multilateral, que materializa a interdependência da circunstância global e a aposta numa colaboração que deve ser aprofundada entre países, mas cada vez mais inserida nos contextos regionais conjunturais onde estão localizados”
(Azevedo & Bernardino, 2016).

Seguindo a linha de raciocínio anterior, foram criadas redes temáticas, ou seja, Redes de Procuradores Antidrogas e de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Segundo os Ministérios Públicos da CPLP, as redes criadas tem as suas vantagens:

“intercâmbio de informações entre os Ministérios Públicos sobre legislações e iniciativas nacionais, com o objetivo de buscar a estruturação de um arcabouço normativo e institucional para o combate a esses crimes nos países do bloco. Também vai facilitar a formação de equipas conjuntas de investigação em matéria penal e a transferência de tecnologias e de ferramentas de investigação”
(CPLP, 2018).

De forma a caracterizar os riscos, foram definidos os três círculos da Lusofonia. Fernando Cristóvão foi quem criou os “3 círculos da Lusofonia” visando assim, a possibilidade de existência de uma Comunidade Lusófona:

“O primeiro círculo, o de raio menor, engloba as nações lusófonas independentes, mas também as regiões que, embora pertencendo a outros Estados e sem colocarem em causa essa fidelidade política, assumem uma

ligação estreita à cultura lusófona, como são os casos da Galiza, de Goa e de outros pequenos territórios da Índia, de Macau e de Casamansa. Quanto ao segundo círculo, concêntrico, mas de raio superior ao inicial, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países lusófonos. É neste círculo que se situa o relacionamento útil com as diversidades linguísticas e culturais da Lusosfera, uma vez que a língua e a cultura portuguesa não se devem assumir como glotofágicas, mas, pelo contrário, como suporte para a valorização das línguas e culturas nacionais e regionais. Finalmente, o terceiro círculo, também concêntrico e de raio ainda mais amplo, é formado pelas instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm com a língua e com as culturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia e de interesses vários. Professores e alunos do ensino universitário, familiares e conviventes de emigrantes, empresários, religiosos e eruditos constituem o público-alvo deste círculo” (Pinto, 2016).

Segundo Pinto, a CPLP começou por ser uma comunidade assente na língua, depois assente na cultura. Ou seja, o 1º círculo era caracterizado pela língua e cultura, no segundo não é comum a língua, mas a cultura ainda é referente aos países lusófonos, no terceiro círculo pode não ser comum, nem a língua, nem a cultura. Portanto, para Pinto, esta situação pode ser considerada como um risco, pode perder a sua identidade. Como também começar a aceitar todos os países, sendo democráticos ou não, embora no artigo 5º dos estatutos se defenda apenas a democracia:

“a CPLP é regida pelos seguintes princípios: (...) e) Primado da Paz, da Democracia (...)”. A propósito, a entrada da Guiné Equatorial na CPLP pode tornar-se num “problema para a CPLP, uma vez que o relatório de 2010 da Fundação Mo Ibrahim, relativo à boa governação (um índice que resulta do estudo de 88 variáveis) coloca a Guiné Equatorial na 46ª posição entre os 53 países africanos, com um índice de apenas 34,7” (Pinto, 2011).

1.2.3. Mais-valias da CPLP

Neste subcapítulo serão analisados diversos aspetos positivos da CPLP correspondendo às estratégias, potencialidades e soluções que podem potencializar o seu futuro.

Segundo Ireneu Vaz, várias soluções podem permitir à comunidade evoluir, em primeiro lugar, a criação de uma Companhia Aérea Comum, conforme descreve:

“Uma companhia comum que explorasse as rotas entre os países da CPLP, numa lógica de ligação das cidades capitais dos países membros. Seria uma forma de ligar efetivamente estes países e os respetivos povos, minimizando assim a questão da dispersão geográfica e a contínua perda da identidade comum” (Vaz, 2016).

Outra sugestão corresponde à lusofonia digital, contribuindo para o crescimento económico e o desenvolvimento social nos Estados membros da CPLP através da inovação, proporcionando uma transformação social e digital dos mesmos.

Assim, segundo discriminado no Plano de Ação de Cooperação Multilateral (2014-2020), as vantagens deste IV eixo estratégico são as seguintes:

“impulsionar a aproximação das comunidades científica, educativa, tecnológica e empresarial nos Estados membros da CPLP; viabilizar potencialidades das TIC ao serviço da criação de redes para o trabalho cooperativo; potenciar informação ao sector privado sobre os avanços tecnológicos e científicos conduzidos pelas instituições de ensino superior e unidades de investigação (...)” (CPLP, 2014).

Não podendo esquecer da sugestão de Adriano Moreira relativamente à primazia estratégica do oceano e mar:

“mar e os oceanos podem ser novamente o farol que orienta o caminho para pensar os grandes objetivos nacionais e fortalecer o pensamento estratégico lusófono, tal como foi, nos chamados séculos de ouro, entre 1415, com a aventura de Ceuta e o início do século XVII” (Rodrigues, 2015).

Acrescentando que torna-se benéfica esta sugestão, uma vez que todos os Estados membros são marítimos, contribuindo e desenvolvendo a economia global, isto é, em vários níveis, na questão do turismo, na área da formação e investigação, como também a nível da segurança.

Com efeito, como caracterizado no capítulo anterior, os três círculos da Lusofonia, nomeadamente o terceiro, pode também ser uma potencialidade, dado que há

países que não têm a língua portuguesa como a língua oficial, contudo, mantêm interesse na comunidade. A Lusofonia pode beneficiar com este aspeto, dado que com a integração do terceiro círculo, a lusofonia podia ter um papel na definição da Nova Ordem Mundial. Segundo a linha de raciocínio de Pinto, o terceiro círculo é que fará com que esta seja ecuménica, no sentido de aproximar os povos, não se fechar apenas a nível interior. O importante e estratégico na lusofonia é a unidade, a possibilidade de se perceber que há unidade, contudo, também existem especificidades e diferenças, mas é na diversidade que existe a unidade (Pinto, 2016).

Portanto, num primeiro momento é necessário compreender quais as dificuldades que cada Estado membro passa, perceber quais as soluções individuais para cada um deles e, depois, só num segundo momento optar por objetivos mais gerais, depois de se ter tentado enfrentar e resolver a heterogeneidade existente, caminhando para a homogeneidade dos Estados membros. Uma vez que a grande falha existente da Comunidade é a falta de um pensamento estratégico comum, isto porque cada Estado pensa como resolver as suas dificuldades individuais e esquecem-se que estão numa comunidade, em que esta não serve para resolver os problemas individuais, mas sim em união, resolver os de todos, sem que haja prioridades ao escolher os países, por ordem de riqueza ou população, por exemplo.

Por fim, as estratégias da CPLP podem começar pelo crescente interesse da sociedade civil. Embora exista um tímido aumento do interesse por parte da sociedade civil, cabe ao IILP promover palestras, sessões de esclarecimento e incentivos para captar a atenção da sociedade civil, como também suscitar-lhe interesse e curiosidade pela realidade. Coutinho sublinha o contributo que o IILP tem tido na difusão da língua portuguesa:

“a comunidade tem contribuído para a difusão da língua portuguesa, em particular através do Instituto Internacional para a Língua Portuguesa (IILP), e tem maximizado a cooperação multilateral entre os seus Estados-membros, por via da implementação de projetos de ajuda ao desenvolvimento e de parcerias - vertebradas muitas vezes através de conversações internacionais - em áreas como cultura, a justiça, a saúde ou a segurança e defesa” (Coutinho, 2014: 86).

Não descurando da própria cooperação bilateral entre Estados-Membros, aliás, a nível educacional Portugal tem contribuindo e participado em diversos investimentos

para os PALOP. A propósito, a própria cooperação existente entre a Universidade Lusófona e a CPLP, que será analisada pormenorizadamente nos seguintes capítulos.

1.3. Caracterização da Universidade Lusófona

A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (U. Lusófona) é a maior universidade privada e está sediada em Lisboa. A U. Lusófona foi criada em 1998 (Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de abril) resultando da união do “ISMAG - *Instituto Superior de Matemáticas Aplicadas e Gestão, um instituto universitário, e o ISHT - Instituto Superior de Humanidades e Tecnologia, um instituto de vocação politécnica, ambos fundados em 1989 pela mesma entidade instituidora da Universidade Lusófona, a COFAC*” (Universidade Lusófona, s.d). A COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, C. R. L, é caracterizada como “*uma entidade educacional sem fins lucrativos com instalações em Lisboa, Portugal, que é atualmente a maior organização educativa em Portugal sem fins lucrativos e não financiada pelo Estado no país*” (Universidade Lusófona, s.d).

Posto isto, a Universidade Lusófona surge inovando dois projetos num:

“a Un. Lusófona centrava a sua atenção, desde o seu início, no trabalho de investigação e de desenvolvimento em torno das humanidades e tecnologias, procurando que o seu corpo docente fosse reconhecido não apenas pela qualidade académica e científica, mas também por constituir uma classe democrática e plural nas suas convicções e preferências. O projeto científico-pedagógico da Un. Lusófona, plasmado inequivocamente na sua designação institucional – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – fundava-se então numa dupla inovação, a científico-técnica e tecnológica e a científico-social e humana, consideradas ‘dois co-motores, em diálogo necessariamente dialético, de qualquer desenvolvimento e de qualquer modernização que valham minimamente a pena’. Este era o caminho a seguir, o de trilhar um ensino superior contemporâneo que adestrasse as novas gerações na aprendizagem e reflexão em torno das ciências humanas e sociais e das ciências naturais e técnicas. Para tal, urgia provocar uma rutura ou “revolução epistemológica [...] [e] em que o próprio conceito de ciência é despido de todos os monismos e totalitarismos humanistas de ontem ou tecnicistas de hoje e se abre a todas as exigências e potencialidades da interdisciplinaridade científica e pedagógica” (Ferreira, 2022: 150).

Relativamente aos valores e indicadores que a Universidade deve promover, no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de abril consta “*o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspetiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de língua portuguesa*”.

1.3.1. Dados referentes aos alunos da CPLP inscritos

1.3.1.1 Entre 2005/6 a 2020/2021

Neste subcapítulo, será analisado o número de estudantes inscritos por ano letivo na Universidade Lusófona, período entre 2005/2006 a 2020-21.

Tabela 1 - Número de estudantes da CPLP (por país de origem) inscritos por ano letivo na Un. Lusófona, entre 2005/2006 e 2020/2021

Anos letivos	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Guiné-Equatorial	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
2005/2006	344	65	497	100	3	42	82	-
2006/2007	587	91	608	88	4	60	155	1
2007/2008	674	180	560	82	10	86	143	1
2008/2009	650	332	445	57	9	90	109	1
2009/2010	667	388	412	61	5	75	116	-
2010/2011	629	417	360	64	2	62	130	-
2011/2012	568	494	322	54	1	47	94	1
2012/2013	521	449	214	47	-	31	54	-
2013/2014	467	518	169	46	-	25	36	-
2014/2015	557	551	161	42	2	33	35	-
2015/2016	560	518	121	40	3	33	33	-
2016/2017	483	752	122	42	3	33	41	1
2017/2018	533	529	87	44	8	28	29	2
2018/2019	409	480	80	54	8	28	25	1

2019/2020	469	331	71	65	11	24	13	2
2020/2021	419	135	67	37	6	30	16	1
Total por país	8537	6230	4296	923	75	727	1111	11

“Nota: Inclui inscrição em CET, licenciaturas, mestrados e doutoramentos”

Fonte: Ferreira, N. M., (2022). *Universidade Lusófona | Os primeiros 25 anos ao serviço do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Universidade Lusófona.

A tabela 1 descreve o número de alunos que se inscreveram entre 2005 a 2020, por nacionalidades. As nacionalidades Angolana e Brasileira, 419 e 135, respetivamente, são as que se destacam com maior número de alunos inscritos.

Segundo Ferreira, a razão para haver este aumento dos alunos brasileiros resulta da oportunidade de existirem vagas específicas para alunos Estrangeiros se candidatarem. A definição de Ferreira quanto ao Concurso para Estudantes Internacionais é a seguinte:

“ (...) aplicado a não residentes da União Europeia que ainda não tenham curso superior, e que pretendam frequentar um curso de graduação ou mestrado integrado. Os estudantes podem ingressar com o Exame Nacional do Ensino Médio ou com a realização de uma prova de ingresso interna, feita na Un. Lusófona, destinada aos estudantes que não sejam portugueses e que não tenham realizado uma Prova de Ingresso ao Ensino Superior português” (Ferreira, 2022: 150).

Já as razões apontadas por Ferreira para o número dos alunos angolanos, derivam da evolução a nível da educação em Angola: “(...) ter havido um importante aumento de estudantes formados pelo Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias – Ekuikui II e, conseqüentemente, de diplomados, contribuiu para uma diminuição da chegada de jovens angolanos a Lisboa para frequentarem a Un. Lusófona” (Ferreira, 2022: 150).

1.3.1.2 Aprofundamento dos dados 2021/2022

De seguida, analisar-se-á mais detalhadamente os dados correspondentes ao ano letivo 2021-2022.

Constata-se que a Universidade Lusófona recebeu nesse ano letivo 12080 alunos de diversas nacionalidades. Não obstante as analisadas serão Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Macau, perfazendo um total de 2041 alunos da CPLP inscritos, portanto, 17% do total da Universidade. Ou seja, o total das nacionalidades está dividido por 887 inscritos de nacionalidade Angolana, 878 de nacionalidade Brasileira, 95 cabo-verdianos, 94 alunos guineenses, 1 de origem Macaense, 62 de origem moçambicana e 24 são-tomenses.

Deduz-se que as nacionalidades mais presentes são a angolana com 43,46% e a brasileira com 43,01%, tendo assim menor percentagem a nacionalidade cabo-verdiana com 4,65%, guineense com 4,61%, macaense com 0,05%, moçambicana com 3,04%, por fim são-tomense com 1,18%.

É de constatar que os **alunos angolanos** são mais nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Empresas, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria e Direito. As áreas de Ciências Sociais e Humanas, Economia e Gestão e Direito, têm no mínimo 20 alunos inscritos.

E menos nos cursos de Informática de Gestão, Sociologia, Design de Comunicação, Biologia, Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia, Ciências Farmacêuticas, Medicina Veterinária, Educação Física e Desporto, Animação Digital, Fotografia, Artes Visuais, Estudos de Segurança, Videojogos, Engenharia Biomédica e Engenharia Informática, Redes e Telecomunicações.

Logo, áreas como artes e Design, cinema e artes dos média, comunicação, desporto, engenharia e ciências naturais e informática e sistemas de informação, registam apenas 2 alunos por turma, em média.

De referir que em licenciaturas como Ciências da Educação - Educação Social, Comunicação e Jornalismo e Criminologia não existem alunos inscritos de nacionalidade angolana. Ou seja, conclui-se que a presença é mais significativa nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais com 11%, Gestão de Recursos Humanos com 10,75%, Gestão de Empresas com 5,2%, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria com 17,29% e Direito com 6,07% de alunos angolanos.

No caso dos **alunos brasileiros**, são mais nos cursos de Psicologia, Arquitetura, Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia e Direito. Portanto, áreas de Psicologia, Arquitetura e Urbanismo e Direito têm no mínimo 18 alunos inscritos.

E menos nos cursos de Informática de Gestão, Engenharia do Ambiente, Sociologia, Engenharia Eletrónica, Serviço Social, Criminologia, Engenharia

Informática, Redes e Telecomunicações e Turismo. Portanto, áreas como engenharia e ciências naturais, serviço social, direito e informática e sistemas de informação, não ultrapassam os 2 alunos por turma.

De referir que em licenciaturas como Ciências da Educação - Educação Social, Ciências da Comunicação, Engenharia e Gestão Industrial e Estudos de Segurança não existem alunos inscritos de nacionalidade brasileira. Ou seja, conclui-se que a presença é mais significativa no curso de Psicologia com 5,55%, Arquitetura com 10,11%, Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia com 7,38% e Direito com 5,33% de alunos Brasileiros.

Quanto aos **alunos cabo-verdianos**, estão em grande massa na licenciatura de direito, sendo o máximo de 5 inscritos.

Já em cursos como Ciência Política e Relações Internacionais, Psicologia, Serviço Social, Comunicação Aplicada, Marketing, Publicidade e Relações-Públicas e Comunicação e Jornalismo, não excede os 3 alunos inscritos.

Ressaltando que grande é a ausência nos restantes cursos de licenciatura em Informática de Gestão, Engenharia Civil, Economia, Engenharia do Ambiente, Engenharia e Gestão Industrial, Sociologia, Engenharia Eletrónica, Ciências da Educação - Educação Social, Design de Comunicação, Biologia, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria Informática, Turismo, Engenharia Informática, Ciências Farmacêuticas, Medicina Veterinária, Animação Digital, Fotografia, Artes Visuais, Estudos de Segurança, Ciência e Tecnologias do Som, Videojogos, Ciências da Nutrição, Gestão Aeronáutica, Engenharia Biomédica, Engenharia Informática, Redes e Telecomunicações e Turismo.

Portanto, áreas como artes e Design, ciências sociais e humanas, cinema e artes dos média, comunicação, economia e gestão, educação, engenharia e ciências naturais, saúde e ciências da vida não são escolhidas por alunos de nacionalidade cabo-verdiana. Ou seja, conclui-se que a presença é mais significativa na licenciatura de Direito com 0,74% e por exemplo, Psicologia com 0,54% e em Serviço Social com 1,67% dos alunos cabo-verdianos.

O mesmo acontece com os **alunos guineenses**, em que a sua maioria está em licenciaturas como Ciência Política e Relações Internacionais, Engenharia Civil, Psicologia, Gestão de Empresas, Serviço Social, Ciências da Educação - Educação Social, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria, Turismo, Engenharia Informática,

Comunicação e Jornalismo e Ciências da Nutrição, tendo no máximo 3 alunos por turma de nacionalidade guineense.

Correspondendo assim estas licenciaturas às áreas de Ciências Sociais e Humanas, Engenharia e Ciências Naturais, Psicologia, Serviço Social, Educação, Turismo, Economia e Gestão, Informática e Sistemas de Informação, Comunicação, Saúde e Ciências da Vida. Ou seja, conclui-se que a presença é mais significativa nos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais com 1,67%, Engenharia Civil com 2,04%, Psicologia com 0,36%, Gestão de Empresas com 0,2%, Serviço Social com 0,56%, Ciências da Educação - Educação Social com 1,56%, Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria com 0,93%, Turismo com 1,27%, Engenharia Informática com 0,38%, Comunicação e Jornalismo com 0,72% e Ciências da Nutrição com 0,54%.

Para a nacionalidade **macaense**, apenas houve uma inscrição para a licenciatura de Direito, correspondendo a 0,15%. Neste sentido, a única área escolhida foi direito.

Ora, quanto aos **alunos moçambicanos**, os cursos onde houve inscrições foram Ciência Política e Relações Internacionais com 1,11%, Ciências da Comunicação com 0,72%, Gestão de Recursos Humanos com 0,33%, Engenharia do Ambiente com 8,33%, Gestão de Empresas com 0,4%, Medicina Veterinária com 0,16%, Direito com 0,59%, Artes Visuais com 1,67%, Videojogos com 0,86%, sendo o máximo 4 alunos inscritos.

Assim sendo, de todas as áreas já enunciadas, as escolhidas foram ciências sociais e humanas, comunicação, economia e gestão, engenharia e ciências naturais, veterinária, direito e artes e Design.

Finalmente, cursos como Engenharia Civil, Gestão de Recursos Humanos, Gestão de Empresas, Serviço Social, Comunicação Aplicada, Marketing, Publicidade e Relações-Públicas e Estudos de Segurança foram os únicos escolhidos por **alunos são-tomenses**, tendo no máximo 2 alunos inscritos por turma. Ou seja, conclui-se que a presença é mais significativa nos cursos de Engenharia Civil com 4,08%, Gestão de Recursos Humanos com 0,33%, Gestão de Empresas com 0,4%, Serviço Social com 1,11%, Comunicação Aplicada, Marketing, Publicidade e Relações-Públicas com 0,19% e Estudos de Segurança com 1,33% dos alunos são-tomenses.

Portanto, áreas como engenharia e ciências naturais, economia e gestão, serviço social, segurança e comunicação foram escolhidas por alunos são-tomenses.

Sendo as restantes áreas não seleccionadas por eles, como aeronáutica, arquitetura e urbanismo, artes e Design, ciências sociais e humanas, cinema e artes dos média,

desporto, direito, educação, engenharias e tecnologias, informática e sistemas de informação, psicologia, saúde e ciências da vida, turismo e veterinária.

Das 19 áreas de formação disponíveis na Universidade Lusófona com diversas licenciaturas, os alunos angolanos priorizam as áreas de Ciências Sociais e Humanas, Economia e Gestão e Direito.

Os alunos brasileiros preferem as áreas de Psicologia, Arquitetura e Urbanismo e Direito.

Os alunos guineenses optam pelas áreas de Ciências Sociais e Humanas, Engenharia e Ciências Naturais, Psicologia, Serviço Social, Educação, Turismo, Economia e Gestão, Informática e Sistemas de Informação, Comunicação, Saúde e Ciências da Vida.

Os alunos moçambicanos escolhem as áreas de ciências sociais e humanas, comunicação, economia e gestão, engenharia e ciências naturais, veterinária, direito, artes e Design.

Os alunos são-tomenses optam por áreas de engenharia e ciências naturais; economia e gestão; serviço social; segurança; comunicação.

Por fim, os alunos macaenses e cabo-verdianos selecionam apenas a área de direito.

Desta forma, percebe-se que os cursos com mais alunos não representam 50% dos alunos inscritos na Universidade Lusófona, apenas 16,90%.

Ora, os alunos são menos considerados em relação aos alunos portugueses. Na maioria, à exceção dos alunos angolanos e brasileiros, as outras nacionalidades nunca ultrapassam os 7 alunos por turma. Desta forma, os alunos angolanos e brasileiros são os que se destacam enquanto PALOP.

Concluindo, as áreas com mais nacionalidades são Ciências Sociais e Humanas, Comunicação, Direito e Economia e Gestão:

- ✓ A área de Ciências Sociais e Humanas foi escolhida por 3 nacionalidades Angolana, Guineense e Moçambicana.
- ✓ A área de Comunicação foi selecionada por alunos de 3 nacionalidades Guineense, Moçambicana e São-Tomense.
- ✓ A área de Direito foi escolhida por 5 nacionalidades Angolana, Brasileira, Cabo-verdiana, Macaense, Moçambicana.
- ✓ A área de Economia e Gestão foi eleita por 4 nacionalidades Angolana, Guineense, Moçambicana e São-Tomense.

- ✓ Por fim, Engenharia e Ciências Naturais foi opção para 3 nacionalidades Guineense, Moçambicana e São-Tomense.

As áreas com apenas uma ou duas nacionalidades da CPLP são educação com a nacionalidade guineense, arquitetura e Urbanismo tendo sido escolhido por alunos brasileiros, artes e Design escolhida apenas por moçambicanos, Informática e Sistemas de Informação escolhido por alunos guineenses, psicologia por alunos brasileiros e guineenses, saúde e Ciências da Vida apenas por guineenses, Segurança somente por alunos são-tomenses, Serviço Social por alunos são-tomenses e guineenses, Turismo por guineenses e veterinária por moçambicanos.

Finalmente, áreas como Aeronáutica, Cinema e Artes dos Media, Desporto, Engenharias e Tecnologias não houve registo de alunos de nacionalidade CPLP.

Tabela 2 - Diferença dos alunos nos anos letivos

Anos letivos	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Guiné-Equatorial	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste
2005/2006	344	65	497	100	3	42	82	-
2006/2007	587	91	608	88	4	60	155	1
Diferença	243	26	111	- 12	1	18	73	1
2007/2008	674	180	560	82	10	86	143	1
Diferença	87	89	-48	-6	6	26	-12	0
2008/2009	650	332	445	57	9	90	109	1
Diferença	-24	152	-115	-25	-1	4	-34	0
2009/2010	667	388	412	61	5	75	116	-
Diferença	17	56	-33	4	-4	-15	7	-1
2010/2011	629	417	360	64	2	62	130	-
Diferença	-38	29	-52	3	-3	-13	14	0
2011/2012	568	494	322	54	1	47	94	1
Diferença	-61	77	-38	-10	-1	-15	-36	1
2012/2013	521	449	214	47	-	31	54	-
Diferença	-47	-45	-108	-7	-1	-16	-40	-1
2013/2014	467	518	169	46	-	25	36	-

Diferença	-54	69	-45	-1	0	-6	-18	0
2014/2015	557	551	161	42	2	33	35	-
Diferença	90	33	-8	-4	2	8	-1	0
2015/2016	560	518	121	40	3	33	33	-
Diferença	3	-33	-40	-2	1	0	-2	0
2016/2017	483	752	122	42	3	33	41	1
Diferença	-77	234	1	2	0	0	8	1
2017/2018	533	529	87	44	8	28	29	2
Diferença	50	-223	-35	2	5	-5	-12	1
2018/2019	409	480	80	54	8	28	25	1
Diferença	-124	-49	-7	10	0	0	-4	-1
2019/2020	469	331	71	65	11	24	13	2
Diferença	60	-149	-9	11	3	-4	-12	1
2020/2021	419	135	67	37	6	30	16	1
Diferença	-50	-196	-4	-28	-5	6	2	-1
2021/2022	887	878	95	94	0	62	24	0
Diferença	468	743	28	57	-6	32	8	-1

Fonte: Elaborado com base no livro de Nuno Ferreira e segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

Concluindo, segundo os números dos anos letivos apresentados, constata-se que não houve aumento significativo das nacionalidades. Conforme a tabela 2 e como registado anteriormente, as razões mantêm um destaque significativo nos números de Angola e Brasil. E o mesmo acontece com os restantes Estados-Membros, em que não houve nenhuma variação indicativa de aumento ou diminuição.

Analisando as causas dos restantes Estados Membros, para Ferreira, a diminuição de alunos Cabo-verdianos foi “desde o ano letivo de 2012/2013, ao que o pleno funcionamento da Universidade Lusófona Cabo Verde, sobretudo com a abertura do polo da Cidade da Praia nesse mesmo ano letivo, não é alheio” (Ferreira, 2022: 150).

Já a sua visão relativamente a Moçambique e São Tomé e Príncipe segue no sentido decrescente:

“os números relativos a Moçambique e a São Tomé e Príncipe têm vindo a diminuir, apesar de os primeiros se manterem mais constantes, de uma forma geral, desde 2005/2006. A lenta diminuição da chegada de estudantes moçambicanos poderá estar relacionada com a atividade do projeto educativo mantido pelo Ensino Lusófona naquele país – o Instituto Superior de Gestão, Administração e Educação – projeto esse que tem conhecido o sucesso junto das populações locais” (Ferreira, 2022: 150).

Antes de terminar, constata-se que a Universidade Lusófona desde 2006 até 2018 nunca recebeu alunos Macaenses. Apenas no ano letivo anterior teve 1 aluno inscrito.

Neste sentido, levanta-se a hipótese possível de:

“A Un. Lusófona, com o objetivo de potenciar o reconhecimento dado pela CPLP, decidiu, em 2018² que, para além das bolsas de estudo (isenção de propinas) a divulgar nos vários estabelecimentos de ensino do Ensino Lusófona, passava a disponibilizar nos seus estabelecimentos sediados em Portugal, um conjunto de bolsas de estudo, destinado a estudantes candidatos provenientes dos Estados-Membros e Estados-Associados³ da CPLP, e Macau” (Ferreira, 2022: 156).

Por fim, os números apresentados de Guiné-Bissau; Guiné-Equatorial e Timor-Leste não destacam um expressivo aumento, pelo contrário, existe uma estagnação na variação de 2 a 3 alunos inscritos.

1.3.2. Caracterização e condições de atribuição das bolsas de estudo

Na sequência da “caracterização da Lusófona”, a raiz da palavra Lusófona resulta da expressão “Lusofonia”, evocando os países de Língua Portuguesa que constituem a comunidade CPLP. Neste sentido, a Universidade Lusófona de modo a

² Carta enviada pela Administração do Ensino Lusófona e pela reitoria da Un. Lusófona à Secretária Executiva da CPLP, de 13 de março de 2018 (documento interno).

³ Os Estados-Membros abrangidos eram os seguintes: Geórgia, Hungria, Japão, República Checa, Eslováquia, Maurícia, Namíbia, Senegal, Turquia e Uruguai.

contribuir para a evolução educacional da CPLP, disponibiliza 130 bolsas para estudantes oriundos dos países Estados-Membros da CPLP.

Esta iniciativa foi vista como um passo estratégico para beneficiar a mútua cooperação:

“(…) um programa de apoio a uma escala nunca conhecido no panorama do ensino superior português. Numa carta dirigida à Secretária Executiva da CPLP, pelo Conselho de Administração do Ensino Lusófono e pelo Reitor da Un. Lusófona, com data de 11 de julho de 2017, propunha-se que as bolsas de estudo concedidas pelos diversos estabelecimentos se passassem a designar Bolsas de Estudo CPLP – Ensino Lusófono. Quer o Ensino Lusófono quer a reitoria da Un. Lusófona salientava o protocolo de cooperação assinado com a CPLP em 2005 e a adenda a ele feita, para além do Estatuto de Observador Consultivo, granjeado em 2006. A política de apoio a estudantes através da concessão de bolsas era tomada como estratégica pela Un. Lusófona, que lembrava o significativo número de isenções de propina concedidas todos os anos a estudantes que frequentavam os estabelecimentos da Ensino Lusófono, sediados nos países membros da CPLP. A própria Un. Lusófona garantia 130 bolsas de estudo anuais, disponibilizadas por via dos Estados-Membros da Comunidade” (Ferreira, 2022: 156).

As 130 bolsas disponíveis anualmente resultam na isenção de propinas, sendo discriminado a quantidade de bolsas que a cada Estado-Membro se disponibiliza, conforme consta no quadro 3.

Quadro 3 – Bolsas atribuídas por Estados-Membros da CPLP e Macau

ESTADOS-MEMBROS DA CPLP E MACAU	
Angola	25
Brasil	25
Cabo Verde	20
Guiné-Bissau	15
Guiné-Equatorial	10
Macau	5
Moçambique	10
Portugal	Regulamento próprio
São Tomé e Príncipe	15
Timor	5

Fonte: Universidade Lusófona (2021a) Despacho Conjunto Nº10/2021 (on line). Recuperado de <https://www.ulusofona.pt/acao-social-escolar>

Contudo, para obter esta bolsa é necessário responder a diversos critérios presentes no artigo 11º do Regulamento de Ação Social:

“a) Estar inscrito num curso técnico superior profissional (CTeSP), 1º Ciclo (Licenciatura), Mestrado Integrado ou 2º ciclo (Mestrado); b) Ter nacionalidade de um dos países que integram a CPLP; c) Ter autorização de residência temporária em Portugal; d) Possuir todos os requisitos legais e formais para poder frequentar um estabelecimento de ensino superior em Portugal; e) Demonstrar carência financeira, a avaliar pelo Serviço de Ação Social Escolar (SASE), através de documentação comprovativa adequada e entrevista (sempre que se revele necessário), conforme consta das normas de atribuição de redução de propinas aos estudantes oriundos dos países que integram a CPLP, em anexo II ao presente regulamento”.

Resta registar que no que toca às percentagens de isenção sobre as bolsas, existe um mecanismo de rigor que permite atribuir diferentes percentagens aos alunos. Ou seja, as bolsas são analisadas com base nos rendimentos do agregado familiar, logo, a função da situação económica/financeira difere de estudante para estudante, existindo as tais desigualdades de percentagem.

Acrescentando que para o caso de renovação do pedido de bolsa, é necessário ter aproveitamento escolar conforme descrito no artigo 6º:

Quadro 4 - Requisitos renovação da bolsa CPLP

Aproveitamento Mínimo/Nº de ECT'S						
Número de Inscrições	CTeSP	1º Ciclo	Mestrados Integrados	2º Ciclo	3º Ciclo	Alunos Externos
1ª para a 2ª inscrição	30 ECTS	30 ECTS	30 ECTS	30 ECTS	30 ECTS	15 ECTS
2ª para a 3ª inscrição	90 ECTS	90 ECTS	90 ECTS	90 ECTS	90 ECTS	Não se aplica
3ª para a 4ª inscrição	Não se aplica	150 ECTS	150 ECTS	Não se aplica	150 ECTS	Não se aplica
4ª para a 5ª inscrição	Não se aplica	Não se aplica	210 ECTS	Não se aplica	210 ECTS	Não se aplica
5ª para a 6ª inscrição	Não se aplica	Não se aplica	270 ECTS	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Universidade Lusófona (2021b) Regulamento de Ação Social (on line). Recuperado de https://www.ulusofona.pt/media/regulamento_acao_social.pdf

Por fim, sublinhar ainda que de acordo com o artigo 10º do mesmo Regulamento vários são os cursos que são excluídos dos benefícios educacionais:

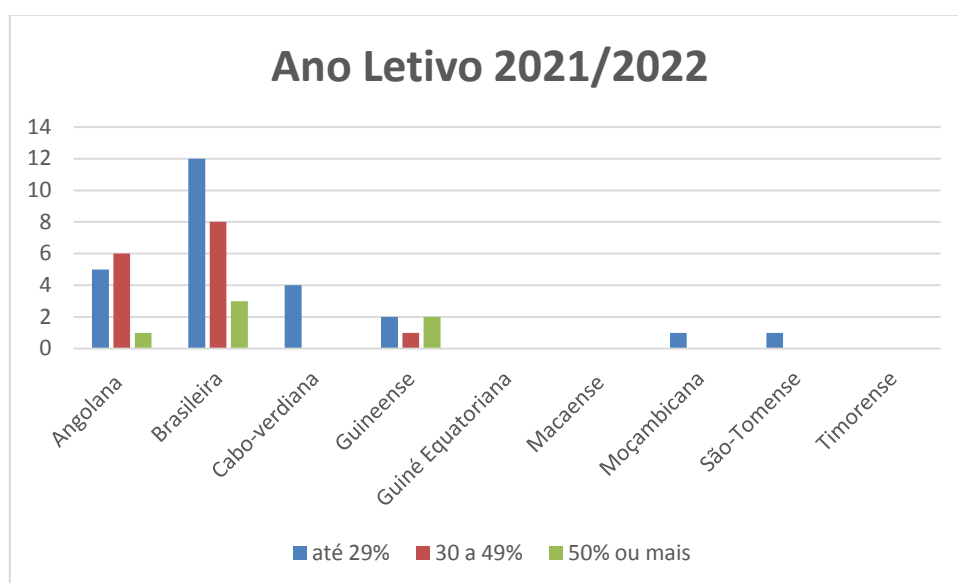
“Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde, da Faculdade de Educação Física e Desporto, da Faculdade de Medicina, Veterinária e da Escola de Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação, os cursos de Licenciatura em Animação Digital, Ciência e Tecnologia do Som, Cinema Vídeo e Comunicação Multimédia, Videojogos e o Mestrado em Estudos Cinematográficos”.

Visto que, são cursos caros que a Universidade não suporta os custos para todos os alunos.

1.3.3. Bolsas atribuídas e sua isenção

A terceira parte deste subcapítulo deve-se assim à isenção de percentagem que cada aluno PALOP tem direito mediante apresentação dos respetivos documentos (artigo 11º). Logo, serão analisadas o número de bolsas e as respetivas percentagens por nacionalidade dos 5 anos letivos.

Gráfico 1 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 1 para o ano letivo atual, 21-22, houve no geral 46 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, dos 23 alunos foram distribuídas 12 bolsas até 29%, 8 bolsas 30-49% e 3 bolsas no valor 50% ou mais.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 12 bolsas são divididas da seguinte forma: 5 bolsas até 29%, 6 bolsas até 30-49% e 1 bolsa 50% ou mais.

Das 5 bolsas Guineenses, 2 são até 29%, 1 bolsa entre 30-49 e 2 bolsas de 50% ou mais.

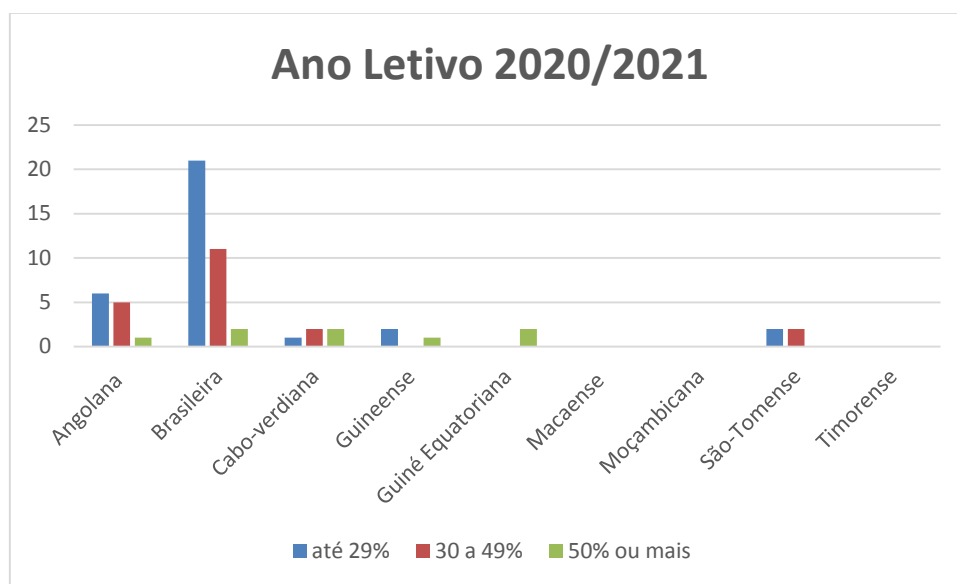
Para Cabo verde foram distribuídas apenas 4 bolsas até 29%.

Para a nacionalidade Moçambicana e São-Tomense houve apenas uma bolsa, ambas de 29%.

Por fim, constata-se que nacionalidades como da Guiné Equatorial, Macau e Timor-Leste não tiveram registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano letivo houve 4 alunos externos de Estados Membros como Brasil, Angola e Cabo Verde.

Gráfico 2 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 2 para o ano letivo 2020-2021, houve no total 60 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, das 34 bolsas foram distribuídas 21 bolsas até 29%, 11 bolsas 30-49% e 2 bolsas no valor 50% ou mais.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 12 bolsas são divididas da seguinte forma: 6 bolsas até 29%, 5 bolsas até 30-49% e 1 bolsa 50% ou mais.

Das 3 bolsas Guineenses, 2 bolsas correspondem até 29% e outra a 50% ou mais.

Para Cabo verde foram distribuídas 5 bolsas: 1 bolsa até 29%, 2 bolsas de 30-49% e 2 bolsas de 50 ou mais.

Das 4 bolsas para São Tomé, 2 são até 29% e outras 2 bolsas de 30-49%.

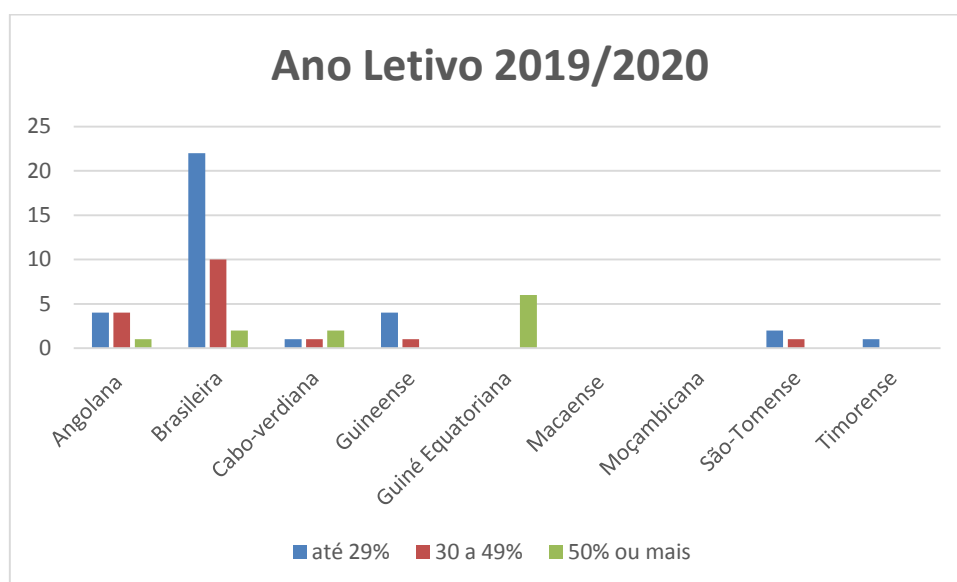
Quanto aos nacionais da Guiné-Equatorial, foram distribuídas apenas 2 bolsas de 50% ou mais.

Por fim, constata-se que nacionalidades como a Moçambicana e a Timorense não tiveram registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano-letivo houve 6 alunos externos de Estados Membros como o Brasil, Angola e Guiné-Bissau.

Como também para a nacionalidade Macaense houve a renovação do desconto anual de 7%, uma vez pagas as propinas do ano inteiro. Este desconto é disponível para todos os alunos inscritos na U. Lusófona.

Gráfico 3 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 3 para o ano letivo 2019/2020, houve no total 62 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, das 34 bolsas foram distribuídas 22 bolsas até 29%, 10 bolsas 30-49% e 2 bolsas no valor 50% ou mais.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 9 bolsas são divididas da seguinte forma: 4 bolsas até 29%, 4 bolsas até 30-49% e 1 bolsa 50% ou mais.

Das 5 bolsas Guineenses, 4 correspondem até 29% e 1 bolsa de 30 a 49%.

Para Cabo Verde foram distribuídas 4 bolsas: 1 bolsa até 29%, 1 bolsa de 30-49% e 2 bolsas de 50 ou mais.

Das 3 bolsas para São Tomé, 2 são até 29% e 1 bolsa de 30-49%.

Quanto aos naturais da Guiné-Equatorial, foram distribuídas 6 bolsas de 50% ou mais.

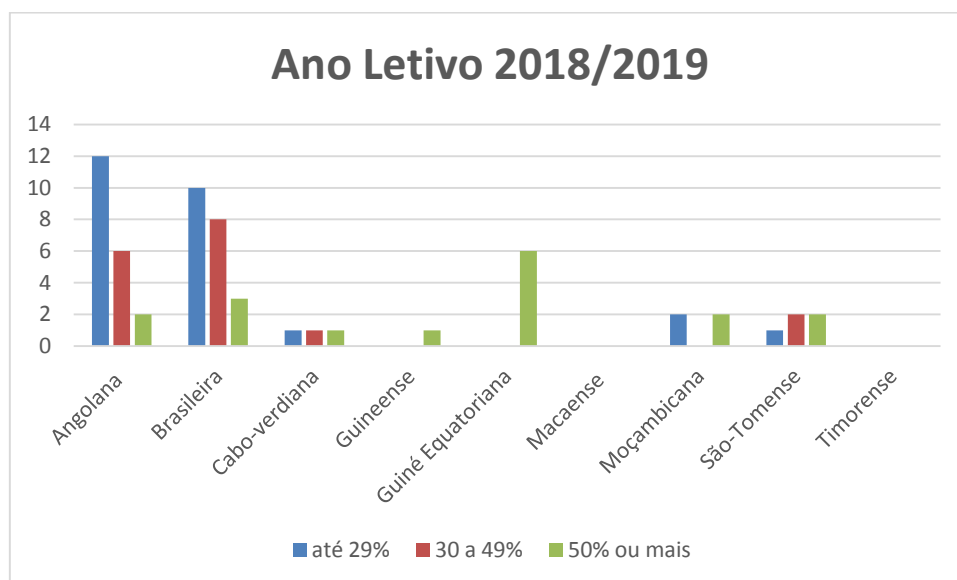
Para Timor-Leste houve registo apenas de uma bolsa no valor de até 29%.

Por fim, constata-se que a nacionalidade Moçambicana não teve registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano letivo houve 6 alunos externos de Estados Membros como o Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Guiné- Equatorial e São-Tomé.

Como também, para a nacionalidade Macaense não houve desconto bolsas CPLP, mas registou-se um desconto anual de 7%, sempre que forem pagas as propinas do ano inteiro. Este desconto vale para todos os alunos inscritos na U. Lusófona.

Gráfico 4 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 4 para o ano letivo 2018/2019, houve no total 60 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, das 21 bolsas foram distribuídas 10 bolsas até 29%, 8 bolsas 30-49% e 3 bolsas no valor 50% ou mais.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 20 bolsas são divididas da seguinte forma: 12 bolsas até 29%, 6 bolsas até 30-49% e 2 bolsa 50% ou mais.

Das 4 bolsas Moçambicanas, 2 correspondem até 29% e outra a 50% ou mais.

Para Cabo Verde foram distribuídas 3 bolsas: 1 bolsa até 29%, 1 bolsa de 30-49% e 1 bolsa de 50 ou mais.

Das 5 bolsas para São Tomé, 1 bolsa até 29%, 2 bolsas de 30-49% e 2 bolsas de 50% ou mais.

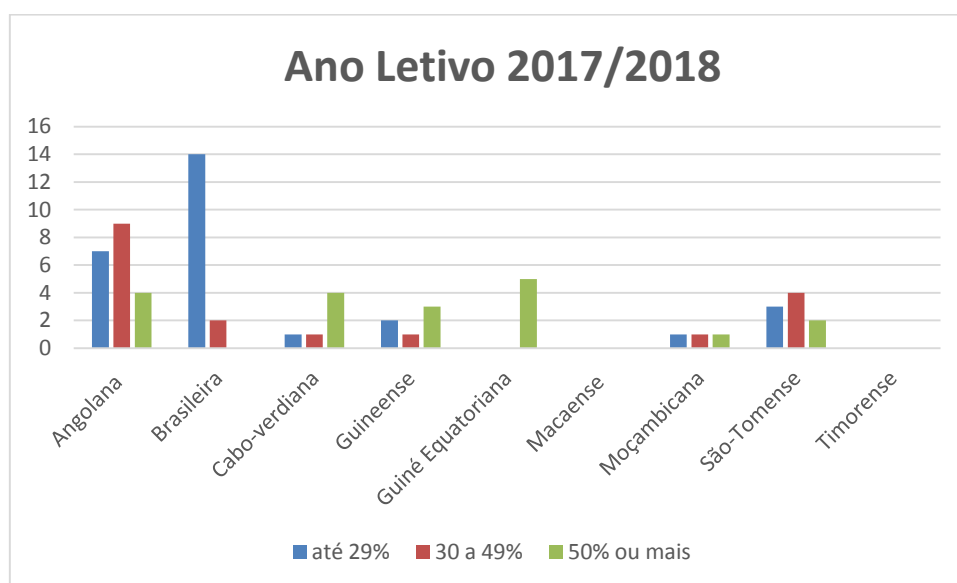
Quanto aos provenientes da Guiné-Equatorial, foram distribuídas 6 bolsas de 50% ou mais.

Para os da Guiné-Bissau houve registo apenas de uma bolsa no valor de 50% ou mais.

Por fim, constata-se que as nacionalidades Timorense e Macaense não tiveram registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano letivo houve 9 alunos externos de Estados Membros como o Brasil, Angola, Guiné-Bissau e Guiné- Equatorial.

Gráfico 5 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 5 para o ano letivo 2017/2018 houve no total 65 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, das 16 bolsas foram distribuídas 14 bolsas até 29% e 2 bolsas de 30-49%.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 20 bolsas são divididas da seguinte forma: 7 bolsas até 29%, 9 bolsas até 30-49% e 4 bolsas 50% ou mais.

Das 3 bolsas para cidadãos moçambicanos, 1 bolsa corresponde até 29% 1 outra até 30 a 49 e 1 bolsa 50% ou mais.

Para Cabo Verde foram distribuídas 6 bolsas: 1 bolsa até 29%, 1 bolsa de 30-49% e 4 bolsas de 50 ou mais.

Das 9 bolsas para São Tomé, 3 até 29%, 4 bolsas de 30-49% e 2 bolsas de 50% ou mais.

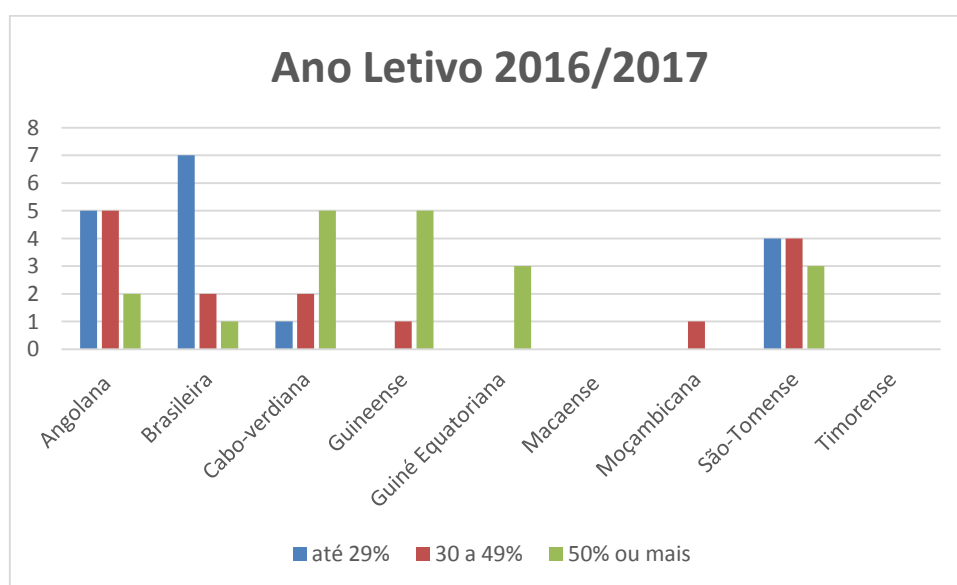
Quanto aos cidadãos da Guiné-Equatorial, foram distribuídas 5 bolsas de 50% ou mais.

Para a Guiné-Bissau houve registo de 6 bolsas: 2 até 29% 1 bolsa até 30 a 49 e 3 bolsas 50% ou mais.

Por fim, constata-se que as nacionalidades Timorense e Macaense não tiveram registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano-letivo houve 14 alunos externos de Estados Membros como o Brasil, Angola, Guiné-Bissau, Guiné- Equatorial e Moçambique.

Gráfico 6 - Percentagem de Isenção



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

De acordo com os dados do gráfico 6 para o ano letivo 2016/2017, houve no total 50 alunos inscritos PALOP que usufruíram das Bolsas CPLP.

Para o Brasil, das 10 bolsas foram distribuídas 7 bolsas até 29%, 2 bolsas de 30-49% e 1 bolsa 50% ou mais.

Quanto à nacionalidade Angolana, as 12 bolsas são divididas da seguinte forma: 5 bolsas até 29%, 5 bolsas até 30-49% e 2 bolsas 50% ou mais.

Das 6 bolsas Guineense, 1 corresponde até 30 a 49 e 5 bolsas 50% ou mais.

Para Cabo Verde foram distribuídas 8 bolsas: 1 bolsa até 29%, 2 bolsas de 30-49% e 5 bolsas de 50% ou mais.

Das 11 bolsas para São Tomé, 4 até 29%, 4 bolsas de 30-49% e 3 bolsas de 50% ou mais.

Quanto aos nacionais da Guiné-Equatorial, foram distribuídas 3 bolsas de 50% ou mais.

Para Moçambique houve apenas uma de 30 a 49%.

Por fim, constata-se que as nacionalidades Timorense e Macaense não tiveram registo de bolsas CPLP.

Acrescentando que neste ano letivo houve 11 alunos externos de Estados Membros como o Brasil, Angola, Guiné- Equatorial e São Tomé.

A tabela 3 faz alusão à quantidade de bolsas nos 5 anos letivos analisados, podendo-se constatar diversas situações, destacando a quantidade de bolsas a serem entregues nos termos do *Despacho Conjunto N°10/2021*.

Tabela 3 - Bolsas atribuídas por ano letivo

Ano letivo	Angola	Brasil	Guiné Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Cabo Verde	Timor Leste	Macaau	Total
2016/2017	12	10	6	3	1	11	8	0	0	51 alunos
2017/2018	20	16	6	5	3	9	6	0	0	65
2018/2019	20	21	1	6	4	5	3	0	0	60
2019/2020	9	34	5	6	0	3	4	1	0	62
2020/2021	12	34	3	2	0	4	5	0	0	60
2021/2022	12	23	5	0	1	1	4	0	0	46

Vagas por ano (Despacho Conjunto Nº10/2021)	25	25	15	10	10	15	20	5	5	130 De bolsa
--	----	----	----	----	----	----	----	---	---	-----------------

Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

Ressalta-se, logo de imediato, que existe uma maioria de alunos angolanos e brasileiros que recebem bolsas CPLP. Seguindo-se alunos guineenses e cabo-verdianos. Já para a Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Macau existe pouca procura por parte destes alunos. Sendo algumas razões devido à dificuldade de obter o visto e toda a burocracia implicada, como também a própria manutenção e sobrevivência no país de acolhimento, por exemplo custo de alojamento e alimentação.

De seguida, importa destacar um dado importante, no que diz respeito ao número total de bolsas oferecidas num ano letivo. As mesmas são distribuídas em função dos pedidos/procura em cada ano letivo. Portanto, é determinado um número de bolsas de maneira a que todos os alunos que pediram e preencheram os requisitos sejam bolseiros CPLP. Ou seja, se houver mais alunos do que o número de bolsas para oferecer é feita uma proposta ao Professor Damásio de maneira a incluir os alunos que querem usufruir dessa bolsa e nunca os deixar para trás, pelo motivo de ausência de vaga. Exemplo disto, corresponde aos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021 em que, o número estipulado para a atribuição de bolsas seria 25 para a nacionalidade brasileira, contudo foram distribuídas 34 e as suas respetivas renovações, o que implica sempre um pedido de reapreciação da realidade do aluno.

Outro dado a analisar corresponde à quantidade de bolsas CPLP entregues aos alunos. Ou seja, mediante os resultados da tabela 2, exemplificando com números de alunos angolanos, no AL 20-21, inscreveram-se 419 alunos angolanos. De seguida, analisando a tabela 3, apenas 12 alunos angolanos receberam bolsas CPLP. Percebe-se assim que, o número de alunos por nacionalidade é superior ao número de alunos bolseiros. Neste sentido, levantam-se uma questão: Como é que os restantes 407 alunos pagam as propinas? São alunos regulares ou existem outras situações, como a atribuição de benefícios educacionais, exemplo familiar de estudante, de professor, etc.

Gráfico 7



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

Posto isto, a justificação anterior inclui tanto a 1ª fase, como a 2ª fase (bolsas sobranes) em que se faz um pedido excecional, pelo que não há limite para bolsas. Não obstante, de acordo com a tabela 3, percebe-se que existe sempre o mesmo número de bolsas estipuladas pelo regulamento e distribuídas por anos letivos, visto que se tem mantido o ritmo de procura pelos alunos da CPLP. Como também os alunos que usufruem da bolsa CPLP são em maioria das nacionalidades Angolanas e Brasileiras, de acordo com o gráfico 7.

Neste sentido, importa frisar igualmente que estas bolsas são um incentivo à formação, com o objetivo do aluno se formar e regressar ao país de origem, logo, fomentar a cooperação.

1.3.4. Faculdades escolhidas para a frequência do 1º ciclo

A tabela 4 refere pormenorizadamente as faculdades escolhidas por nacionalidade, nos 5 anos letivos descritos do primeiro ciclo.

Tabela 4 - Faculdades escolhidas para a frequência do 1º ciclo

Anos letivos	2022/ 2021	2021/ 2020	2020/ 2019	2019/ 2018	2018/ 2017	2017/ 2016
Angola	FCSEA ECATI ECEO EPCV ISS FE FD	ECATI FCSEA FD ECEO FE EPCV ISS	ECATI FCSEA FD ECEO EPCV ISS	ECATI ECEO FD FE EPCV	ECATI ECEO EPCV FD FE	ECATI ECEO FD FE
Brasil	EPCV FCSEA ECEO FD	EPCV FCSEA ECATI ECEO FD FE	ECATI EPCV FCSEA ECEO FD FE	ECATI FCSEA ECEO FD FE EPCV	ECATI FCSEA ECEO EPCV FD	EPCV FCSEA ECEO ECATI FD
Guiné Bissau	ECATI FE ISS ECEO	FCSEA FE	FCSEA ECATI FE	—	FCSEA ECEO	FD ECEO EPCV
Guiné Equatorial	—	FD	FCSEA FD ECEO	FCSEA ECEO	FCSEA	FCSEA
Moçambique	FD	—	—	ECATI ECEO	ECATI	ECEO
São Tomé e Príncipe	ECEO	ECEO FCSEA ISS	FCSEA	FCSEA ECATI ECEO ISS	FCSEA ECATI ECEO ISS FE	ECEO ISS FE
Cabo Verde	FD ECEO	ECEO FD FE FCSEA	ECATI FD FE ECEO	ECEO ECATI	ECEO EPCV FD FE	FD ECEO EPCV FE
Timor Leste	—	—	ECEO	—	—	—

Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

Os dados analisados da Tabela 4 e Apêndice 1 foram fornecidos pelo SASE (Serviço de Ação Social Escolar) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Segundo os mesmos, começando pela Nacionalidade Angolana, tanto a Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) como a Faculdade de Direito (FD) tiveram alunos da CPLP nos 6 anos letivos apresentados.

Seguindo-se a Faculdade de Engenharia (FE) e Escola de Psicologia e Ciências da Vida (EPCV) presente em 5 anos letivos dos 6.

Já a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) e o Instituto de Serviço Social (ISS) tiveram apenas 50%, isto é, 3 em 6 anos letivos.

Analisando a nacionalidade Brasileira, tanto a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA), a Escola de Psicologia e Ciências da Vida

(EPCV), Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) como a Faculdade de Direito (FD) tiveram presentes nos 6 anos letivos.

Seguindo-se a Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e TI (ECATI) presente em 5 anos letivos dos 6. Já a Faculdade de Engenharia (FE) apenas foi escolhida em 3 anos letivos.

Relativamente à nacionalidade Guineense, tanto a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA), Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) como a Faculdade de Engenharia (FE) tiveram presentes em 3 dos 6 anos letivos.

Seguindo-se a Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e TI (ECATI) presente em 2 anos letivos dos 6. Já a Faculdade de Direito (FD), a Escola de Psicologia e Ciências da Vida (EPCV) e o Instituto do Serviço Social (ISS) apenas foi escolhida num ano letivo.

Analisando a nacionalidade da Guiné Equatorial, apenas foram escolhidas 3, das quais a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) esteve presente em 4 dos 6 anos letivos. Já a Faculdade de Direito (FD) e Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) estiveram presentes em 3 dos 6 anos letivos.

Quanto à nacionalidade Moçambicana, apenas foram escolhidas 3, das quais a Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) e Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e TI (ECATI) presentes em 2 dos 6 anos letivos. Já a Faculdade de Direito (FD) foi escolhida apenas uma vez.

A nacionalidade São-Tomense, em que a Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) foi escolhida em 5 anos letivos dos 6. Seguindo-se a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) e o Instituto de Serviço Social (ISS) escolhida em 4 anos letivos dos 6. Já a Faculdade de Engenharia (FE) foi escolhida apenas duas vezes.

Analisando a nacionalidade Cabo-Verdiana, em que a Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO) foi escolhida nos 6 anos letivos. Seguindo-se a Faculdade de Direito (FD) em 5 anos letivos e Faculdade de Engenharia (FE) em 4 anos letivos. A Escola de Psicologia e Ciências da Vida (EPCV) escolhida em dois anos letivos dos 6.

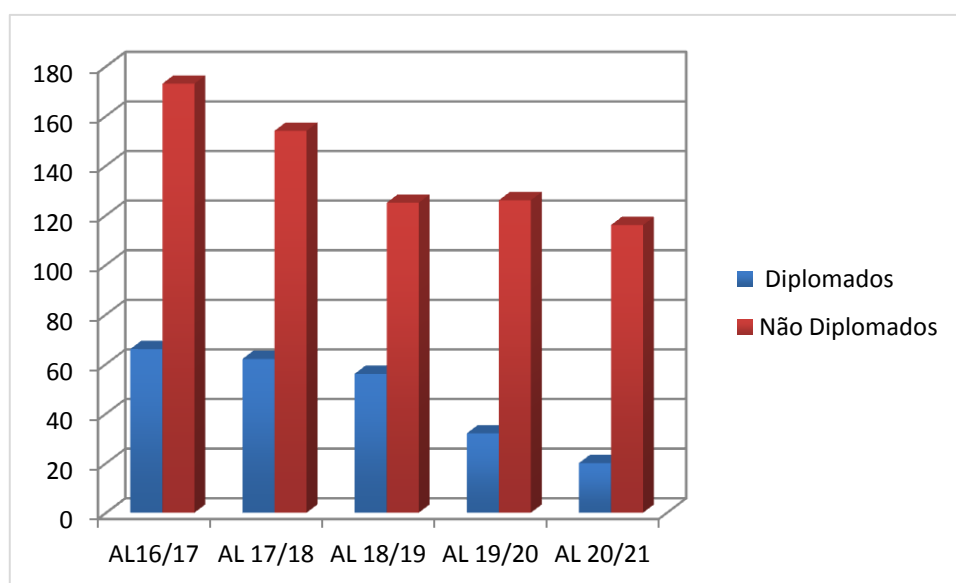
Já a Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração (FCSEA) e Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e TI (ECATI) escolhida apenas num ano letivo.

Por fim, os alunos Timorenses escolheram apenas a Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO), num ano letivo dos 6.

Concluindo, a faculdade presente em todas as nacionalidades corresponde à Escola Ciências Económicas e Organizações (ECEO). As restantes estão divididas por todas as nacionalidades de uma forma equilibrada.

1.3.5. Dados sobre conclusão ou interrupção dos estudos

Gráfico 8 - Número de alunos diplomados e não diplomados



Fonte: Elaborado segundo os dados fornecidos pelos serviços da Universidade

Os dados analisados no gráfico anterior e Anexo 1 foram fornecidos pelo Departamento de Gestão e Planeamento Académico (DGPA) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Segundo os mesmos, no Ano Letivo (AL) 2016-2017, 173 alunos inscritos não foram diplomados, ao contrário de 66, número de alunos diplomados.

No AL 2017-2018 houve 154 alunos não diplomados, pelo que 62 diplomaram-se.

No AL 2018-2019 foram 125 alunos não diplomados e 56 alunos diplomados.

No AL 2019-2020, 126 foi o número de alunos não diplomados e 32 alunos diplomados.

Por fim, no AL letivo anterior, 2020-2021 houve 116 não diplomados e 20 diplomados.

Concluindo, percebe-se que a evolução dos diplomados não foi positiva, pelo que há uma ilusão dos alunos relativamente à eficácia formativa. Visto que a maioria dos alunos nunca se chegaram a diplomar.

2. INQUÉRITO AOS ALUNOS E ANTIGOS ALUNOS

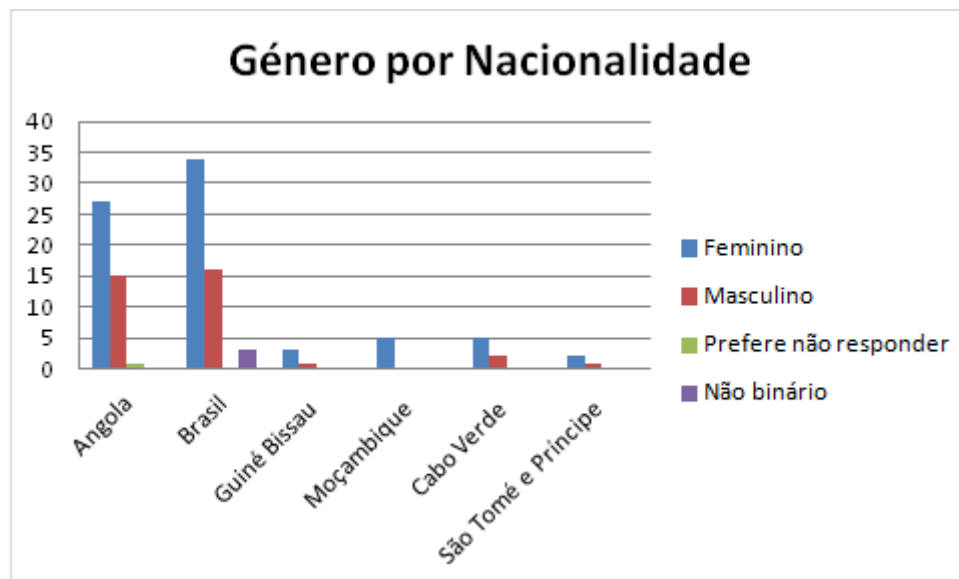
2.1. Análise do inquérito aos alunos oriundos dos países da CPLP

Iniciando a análise do primeiro questionário, apenas para alunos que frequentam a licenciatura, a pesquisa requer sobretudo: nas motivações por terem escolhido Portugal e a U. Lusófona para estudar, as dificuldades sentidas no primeiro mês durante o percurso de licenciatura, qual o seu feedback enquanto alunos. Portanto, se concluem a licenciatura e dão continuidade aos estudos para mestrado ou procuram outra universidade. Ou, em alternativa, não concluem a licenciatura, tentando perceber as implicações disso. A percepção do passado colonial nos resultados letivos.

Assim sendo, de seguida apresentam-se os resultados do primeiro inquérito, iniciando com o levantamento das questões de género, idade e estado-civil. E, posteriormente, prosseguindo para as questões indicadas anteriormente.

2.1.1 Caracterização de Género

Gráfico 9



Fonte: Elaborado com base nos dados do 1º inquérito

De acordo com o gráfico 9, que faz referência ao género, houve 43 alunos que responderam do total de inscritos Angolanos, dos quais 27 são do sexo feminino e 15 do

sexo masculino, sobrando apenas um número correspondente a “Prefere não responder”. Isto é, a maioria dos alunos que responderam eram do sexo feminino.

Para a nacionalidade Brasileira, 54 foi o número de alunos inscritos que responderam, sendo do sexo feminino 35 pessoas, do sexo masculino 16 pessoas e 3 “não binário”. Ou seja, à semelhança dos alunos Angolanos, a maioria das respostas foram dadas por alunas.

Para a Guiné Bissau, houve 4 alunos inscritos, sendo 3 femininas e 1 masculino.

No caso de Moçambique apenas 5 alunas inscritas, portanto do sexo feminino.

Para Cabo Verde, dos 7 inscritos, 5 inscritos são do sexo feminino e 2 do sexo masculino, em maioria respostas feitas pelo sexo feminino.

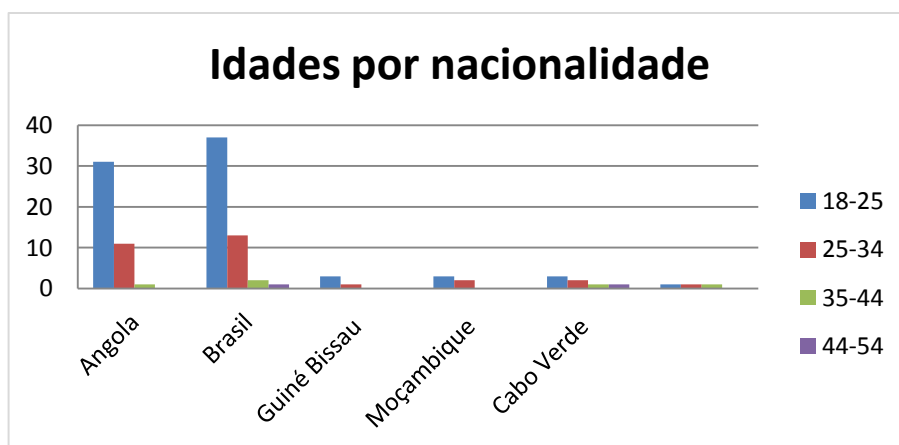
Por fim, para São Tomé e Príncipe apenas 3 inscritos, dos quais 2 são do sexo feminino e 1 do sexo masculino.

Verifica-se assim que nas nacionalidades analisadas a maioria das respostas são dadas por alunas, portanto do sexo feminino.

Constata-se que da amostra levantada pelo 1 questionário, 116 alunos responderam ao inquérito, 77 femininos, 35 masculinos e 4 pessoas (sem significado estatístico) que responderam nas restantes opções. Acrescentando que na nacionalidade Moçambicana não há registo de respostas masculinas. Ou seja, a maioria das respostas foram feitas por alunas, 66,37%, seguindo-se 30,17% das respostas masculinas, restando 3,46% referentes a “prefere não responder” e “não binário”.

2.1.2 Caracterização de Idades

Gráfico 10



Fonte: Elaborado com base nos dados do 1º inquérito

Como esta representado no gráfico 10, 31 alunos Angolanos correspondem ao intervalo de idade 18-25, 11 alunos de 25-34, 1 aluno de 34-44 anos, 1 de 44 a 54. Para a nacionalidade Angolana, a maioria das respostas dadas foram por alunos pertencentes ao intervalo de idade 18-25 anos.

Para a nacionalidade Brasileira, 38 alunos pertencem ao intervalo de idade 18-25, 14 alunos de 25-34, 2 alunos de 34-44, 1 de 44 a 54. Semelhante à nacionalidade anterior, a maioria das respostas dadas foi por alunos pertencentes ao intervalo de idade 18-25 anos.

Para a Guiné Bissau, 3 alunos são do intervalo de idade 18-25, 1 aluno de 25-34, as restantes categorias não tiveram registos.

Em conformidade com a Guiné Bissau, 3 alunos Moçambicanos correspondem ao intervalo de idade 18-25, 2 alunos de 25-34, as restantes categorias não tiveram registos.

Para Cabo Verde, 3 alunos cabem no intervalo de idade 18-25, 2 alunos de 25-34, 1 aluno de 34-44 e 1 de 44 a 54.

Por fim, São Tomé e Príncipe tem 1 aluno no intervalo de 18-25, 1 aluno no intervalo de 25 a 34, 1 aluno no intervalo de 34 a 44, não havendo registo na última categoria 44 a 54. Ou seja, dos intervalos de idade analisados, a maioria das respostas são dadas por alunos com idades entre os 18-25 anos.

Verifica-se que a maioria dos alunos, 68-70%, tem idade entre 18-25, de nacionalidade, especialmente Brasileira e Angolana.

A segunda categoria com mais registos corresponde ao intervalo 25-34, tendo ainda 31 alunos inscritos, 26, 72% do total.

O intervalo seguinte 34-44 apenas com 5 pessoas, corresponde a 4,31% das escolhas. Acrescentando que não houve registo de nacionalidades Guineenses e Moçambicanas.

Por fim, sem alterar o ritmo do intervalo anterior, apenas 3 pessoas responderam no intervalo 44-54, nomeadamente de nacionalidade Angolana, Brasileira e Cabo-Verdiana, portanto 2,59%.

2.1.3 Caracterização de Estado-Civil

Gráfico 11



Fonte: Elaborado com base nos dados do 1º inquérito

Quanto ao Estado Civil, o gráfico 11 aponta que para a nacionalidade Angolana registaram-se 38 pessoas solteiras e 5 casadas, significando que a maioria dos alunos angolanos são solteiros.

Na nacionalidade Brasileira, apresentaram-se 42 solteiros, 6 casados, 1 divorciado, 2 em união de facto e 3 vivem junto. À semelhança de Angola, a maioria dos alunos Brasileiros também são solteiros.

Para a Guiné Bissau e Cabo Verde houve respetivamente 3 e 6 solteiros, e na categoria de casados apenas 1 pessoa.

Por fim, tanto para Moçambique como para São Tomé e Príncipe registaram-se apenas 5 solteiras (todos do sexo feminino) e 3 solteiros, respetivamente.

Concluindo, de todos os estados civis analisados, a maioria das respostas são dadas por alunos solteiros.

De acordo com os resultados dos questionários, verifica-se que da amostra levantada pelo primeiro questionário há mais alunas, portanto sexo feminino, do que alunos da CPLP, com idade entre 18-25 e 25-34, solteiras.

2.1.4. Interpretação dos dados do primeiro Questionário⁴

2.1.4.1. RAZÕES PARA ESCOLHER A LUSÓFONA

Questionados os alunos sobre a razão para escolher Portugal para os seus estudos superiores, para **angolanos**⁵ e para **moçambicanos**⁶ a qualidade do ensino é a questão fundamental. Os alunos **angolanos** afirmaram esta importância em 61% das suas respostas, os alunos **moçambicanos** afirmaram-no em 60% (ter em conta que os alunos **angolanos** são em quantidade muitíssimo superior aos **moçambicanos**).

Já para **brasileiros**⁷, a questão da qualidade é afirmada apenas por 37% dos alunos, sendo que a opção mais respondida, com 52%, é a que valoriza o facto de terem familiares já a residir em Portugal. Da mesma forma este é o quadro que encontramos para os estudantes **guineenses**⁸: 100% dos inquiridos referem a questão familiar e 75% referem a questão da qualidade do ensino.

De forma diversa, para **cabo-verdianos**⁹ a resposta que se distancia das demais, com 29%, é a que afirma essa opção através da “Afinidade com Portugal”.

Se nos centramos nas razões que especificamente nos levaram à opção pela Lusófona, se os alunos **angolanos** escolhem Portugal pela qualidade do ensino (61%), essa opção baixa para 26% quando a pergunta é focada na escolha da Lusófona. A opção mais escolhida pelos alunos **angolanos** é a “Indicação de familiares”, com 35%. A qualidade do ensino da Lusófona surge com 26% e a próxima, encontra-se ambos com 16%, “Indicação de amigos” e “Reconhecimento do grau”.

Para **brasileiros**, encontramos uma relação semelhante entre a “Indicação de amigos e Reconhecimento do grau académico no país de origem” com 22%, e a qualidade de ensino com 19%. Contudo, a escolha menos forte é a relativa à indicação dos familiares ficando-se nos 7%, sendo que 9% referem a possibilidade de terem uma bolsa.

⁴ Este subcapítulo aprofunda a primeira leitura deste questionário apresentada pela autora e por Paulo Mendes Pinto e Daniel Mineiro em “Cooperação Entre a Universidade Lusófona e os Países da CPLP”, publicado no *website* da Universidade Lusófona em janeiro de 2022 – documento entretanto retirado.

⁵ O questionário pode ser consultado no anexo 2, 1º questionário para a Nacionalidade Angolana.

⁶ O questionário pode ser consultado no anexo 2, 1º questionário para a Nacionalidade Moçambicana.

⁷ O questionário pode ser consultado no anexo 2, 1º questionário para a Nacionalidade Brasileira.

⁸ O questionário pode ser consultado no anexo 2, 1º questionário para a Nacionalidade Guineense.

⁹ O questionário pode ser consultado no anexo 2, 1º questionário para a Nacionalidade Cabo-Verdiana.

Os alunos **cabo-verdianos** divergem nas posições na escolha da Lusófona, ou seja, “Indicação de amigos” com 29%, e o “Reconhecimento do grau académico” com 43%. Com um peso potencialmente significativo, nenhum aluno cabo-verdiano indicou que escolheu a Lusófona pela “Qualidade do ensino”.

Para os **guineenses** a principal razão da escolha da Lusófona encontra-se na possibilidade de ter uma bolsa, com 75% das respostas. A “Qualidade do ensino” e a “Indicação de familiares” tiveram, cada uma, 50% das escolhas.

Para os alunos **moçambicanos**, ao invés de todos os outros até agora abordados, a principal razão para a escolha da Lusófona está em linha com a principal razão para a escolha de Portugal. Em ambos os casos, a razão é a “Qualidade de Ensino” com 60% em ambas as questões.

2.1.4.2. DIFICULDADES NO PERCURSO ESCOLAR

Para os alunos **angolanos**, a grande dificuldade sentida no primeiro mês foi a “Dificuldade em ambientar-se” com 44% das respostas, imediatamente seguida da “Dificuldade em acompanhar o ensino português” com 37%. Também com valor idêntico (33%) encontram-se as “condições financeiras e falta de bases/conhecimentos”. Apenas 9% disseram ter dificuldade em obter a documentação legal exigida, 14% a residência e 14% o visto.

Deixado o quadro do primeiro mês, e olhando para o percurso escolar, aquele que era antes apenas o terceiro fator, o económico, surge agora em primeiro com 49% das respostas. As questões relativas às dificuldades nas aprendizagens descem: encontramos a “Exigência dos professores e das matérias” com 32% e a “Dificuldade em acompanhar o ensino português” com 16% das respostas. Surgem com valor expressivo a “Dificuldade em ambientar e relacionar com alunos portugueses” com 30% e as “Dificuldades em adotar as dinâmicas existentes” com 35% das respostas.

Quadro significativamente diferente apresenta os alunos **brasileiros**. Para estes, desde o primeiro mês que a principal dificuldade reside na “Falta de condições financeiras” com 39%, que se agravam no percurso para 46% dos inquiridos.

As respostas que remetem as dificuldades para o campo das aprendizagens são também significativas, mas merecem um olhar cuidado: 28% indicam a falta de “Bases/conhecimento” como razão pertinente, valor reforçado com os 26% que referem a “Dificuldade em acompanhar o ensino português”.

Estas dificuldades do primeiro mês transformam-se, ao longo do percurso, em apenas 13% que têm dificuldade em acompanhar o ensino português, mas em 43% que apontam a exigência dos professores e das matérias – o ónus da responsabilidade pelas dificuldades é colocado do lado dos docentes, não das dificuldades pessoais.

Paralelamente, no primeiro mês, 35% dos inquiridos refere a dificuldade em ambientar-se, e 26% a dificuldade de acompanhamento e integração. No percurso mais longo, 35% referem a dificuldade em ambientar-se e relacionar-se com alunos portugueses.

Os alunos **cabo-verdianos** colocam como principal dificuldade, seja no primeiro mês seja na continuidade dos estudos a falta de condições financeiras (29% e 57%, respetivamente). O aluno **cabo-verdiano** sente claramente uma grande dificuldade em ambientar-se (29%), valor que no seu percurso desce para pouco acima dos 14%, demonstrando uma integração progressiva.

No que respeita às aprendizagens, os alunos **cabo-verdianos** referiram dificuldade em acompanhar o ensino português com 14% e não houve registo de quem tenha referido a falta de bases/conhecimento (0%). Na mesma linha, e para o percurso escolar, nenhum aluno referiu o surgimento de dificuldade em acompanhar o ensino português, nem nenhum aluno referiu como problema a exigência dos professores e das matérias.

2.1.4.3. CONTINUAÇÃO DOS ESTUDOS NA LUSÓFONA (PARA MESTRADO)

Questionados os alunos sobre o desejo de prosseguir, a nível de Mestrado, os estudos na Lusófona, as respostas merecem alguma atenção e cuidado. Os alunos **angolanos** são os que encaram a continuação dos estudos na Lusófona de forma mais positiva: 23% pretendem continuar na Lusófona, 42% estão indecisos e apenas 35% dizem perentoriamente que não pretendem continuar.

Dos que não pretendem continuar na Lusófona, a principal razão invocada é a falta de recursos financeiros com 37% das respostas, surge em segundo lugar a inexistência da área que querem prosseguir, com 32% das respostas e a ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP surge com 11% em terceiro lugar.

Dos que responderam positivamente ao desejo de continuar na Lusófona, 63% colocam em primeiro lugar a possibilidade de estudar na área que querem desenvolver. Conjugada esta resposta com a semelhante dada a quem não pretende continuar na

Lusófona, percebemos que para os alunos **angolanos** o quadro de decisão encontra-se fundamentalmente na existência ou não da área científica que querem estudar. Dos que pretendem continuar na Lusófona, 33% referem a competência do corpo docente e 33% a qualidade do ensino, ambos como fator que justifica a escolha.

A situação modifica-se radicalmente quando os inquiridos são os alunos com nacionalidade **brasileira**. Dos alunos desta nacionalidade que frequentam uma Licenciatura na Lusófona, apenas 6% afirmam que pretendem ficar na instituição para Mestrado. São 35% os indecisos e, acima de tudo, são 59% os que dizem que não pretendem ficar na Lusófona para Mestrado.

Deste claramente maioritário número, dos que não pretendem ficar na Lusófona, 56% invoca a falta de competência do corpo docente e 50% a falta de qualidade do ensino. Apenas 32% referem como determinante a inexistência da área que querem prosseguir e 18% a falta de recursos financeiros.

Em linha com a questão anterior, que representa de forma muito negativa a qualidade dos docentes e do ensino, para os alunos **brasileiros** que disseram pretender continuar na Lusófona para Mestrado, a principal razão apontada é estudar a área científica que pretendem com 54% das respostas. A competência do corpo docente e a qualidade do ensino apenas são ambos determinantes para 23%.

Os alunos **cabo-verdianos** têm francamente uma posição bastante mais positiva face ao ensino da Lusófona. Basicamente metade, 43%, diz pretender continuar para Mestrado na instituição. Apenas 29% afirmam o não e igualmente 29% estão indecisos. Dado importante: os alunos **cabo-verdianos** que referem não continuar, invocam como razões a falta de recursos financeiros e ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP.

Contudo, apesar da qualidade do ensino e do corpo docente não serem razão negativa, a razão mais invocada para continuar na Lusófona é a possibilidade de estudar na área que querem desenvolver, com 67%, sendo que a qualidade do ensino e do corpo do docente recolhem 33% e 17% respetivamente das respostas.

Quadro mais positivo face à Lusófona têm ainda os alunos **guineenses**. Dos inquiridos, nenhum disse não pretender continuar na Lusófona, sendo que 75% afirmaram o sim e 25% mostram-se indecisos. A única razão apontada pelos alunos **guineenses** é a falta de recursos financeiros.

Com uma valorização bastante diferente das outras duas nacionalidades atrás analisadas, a totalidade dos alunos **guineenses** que pretendem continuar para Mestrado na Lusófona

afirma, como primeira justificação, a qualidade do ensino com 100% dos inquiridos a afirmar esta realidade. Contudo, apesar deste otimismo geral face ao ensino, apenas 33% aponta, especificamente, a competência do corpo docente. A possibilidade de estudar na área pretendida recolhe, todavia, 67% das respostas.

2.1.4. 4. ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO

Nas questões anteriores já se tinha percebido a centralidade da família na escolha, quer de Portugal, quer da Lusófona. **Brasileiros** indicam ter familiares em Portugal como fator determinante (52%), e **guineenses** afirmam-no em 100%, por exemplo.

Complementarmente às questões atrás referidas sobre a continuidade dos estudos para Mestrado na Lusófona, essas questões mostram-nos algumas fragilidades que, não sendo das mais importantes estatisticamente, merecem algum cuidado.

Dos alunos **cabo-verdianos**, metade não pretende permanecer na Lusófona, por duas razões: falta de recursos financeiros (50%) e “Ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP” com os restantes 50%. Por sua vez, os alunos **angolanos** que dizem não pretender continuar na Lusófona, 11% dizem não o fazer por “Ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP”, este valor sobe para 18% no caso dos alunos **brasileiros**. Significativamente, esta questão é totalmente ausente no caso dos alunos **guineenses** em que estes, mais que não referirem esse acompanhamento como problema, referem como dado positivo haver esta vantagem, ao invés, afirmam “haver um acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP” com 33%.

No que respeita às respostas específicas que deveriam ser dadas aos alunos oriundos dos países da CPLP, a necessidade mais identificada é a inexistência de “Um guia com a finalidade de esclarecer as dúvidas iniciais, etc”. **Angolanos** indicam-no em 77%, **brasileiros** em 72%, no caso dos **cabo-verdianos** este valor desce para 45%, sendo 50% referente aos **guineenses**.

O “Apoio escolar de língua portuguesa” surge para **guineenses** com uma indicação de 50% naquilo que deveria ser alterado, ao passo que para os **cabo-verdianos** este valor desce para 29%, sendo quase residual nos alunos **brasileiros** (11%) e nos **angolanos** (12%).

Em proporção exatamente inversa, a inexistência de maior e melhor “Acompanhamento no funcionamento da instituição” é altamente significativo para

angolanos e **brasileiros** (37% e 39% respetivamente), ao passo que para **cabo-verdianos** e para **guineenses** o valor desce para 14% e 25% respetivamente.

Para os alunos **brasileiros**, uma das formas que mais poderia ser desenvolvida para a integração passaria pela “Integração com atividades culturais” (46%). Para os **angolanos**, este valor fica-se pelos 26%, sendo apenas de 29% para **cabo-verdianos**, mas apresentando uns robustos 50% para **guineenses**.

Quando questionados especificamente sobre as alterações que fariam para melhorar o relacionamento dos alunos oriundos dos países da CPLP com a Universidade, a “Existência de um serviço para a área CPLP” surge como a grande sugestão. Ela é a mais respondida por **angolanos** e **cabo-verdianos** (com 58% e 71% respetivamente) e com 59% para os alunos **brasileiros**, apesar de ser a segunda opção para estes.

Quando passamos para a análise das questões que nos revelam mais diretamente a dinâmica das aprendizagens, para **guineenses** a necessidade de “Apoio para a compreensão do português e melhorar a escrita” surge como a principal necessidade com 75%. Esta questão recolhe 33% das respostas dos **angolanos**, 26% dos **brasileiros** e apenas 14% dos **cabo-verdianos**.

Para **angolanos**, a segunda necessidade mais premente é o “Apoio a investigação, metodologia e redação de trabalhos”, com 42% das respostas. Apesar de aparecer em terceiro lugar, esta questão é para **brasileiros** importante para 54% dos inscritos. Para **cabo-verdianos** e **guineenses** o peso é mais baixo com 29% e 25%, respetivamente das respostas.

Para alunos **brasileiros**, a necessidade mais referida é claramente a de ter “Professores mais predispostos a apoiar os alunos da CPLP”: 67% dos alunos **brasileiros** referem-no, valor mais alto em todas as nacionalidades, contudo é o segundo aspeto mais votado por **angolanos** (40%) e por **guineenses** (50%).

Apesar de não se destacarem com valores estatisticamente tão significativos quanto às questões anteriores, a “Adoção de matérias aplicadas à realidade da CPLP” e a “Renovação dos métodos de avaliação tendo em conta os elementos de ensino que os alunos da CPLP tiveram nos seus países” surgem também sempre com valores na casa dos 30% nas várias nacionalidades.

2.1.4.5. AS REPRESENTAÇÕES DO COLONIALISMO E AS APRENDIZAGENS

O último grupo de questões deste estudo remete-nos para o universo das representações em torno do colonialismo e de que forma elas condicionam e têm implicações na integração e na aprendizagem dos alunos oriundos dos países da CPLP. Foram colocadas oito questões de resposta simples e direta (sim, não, talvez) complementadas com a possibilidade de descrição de situações que achassem pertinentes.

As questões foram:

- O colonialismo português interferiu ou interfere com os seus estudos?
- O facto dos portugueses terem colonizado África é motivo para mudar a sua relação com os portugueses?
- O facto dos portugueses terem colonizado África é motivo para se sentirem desmotivados para estudar em Portugal?
- Atualmente sente-se humilhado pelo passado colonial português?
- Consegue separar o que foi vivido pelos seus familiares, terceiros, e a sua ligação atual com Portugal?
- Considera as atitudes dos portugueses como uma ameaça aos cidadãos da CPLP?
- Considera que ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial?
- Acha que existe algum ressentimento dos cidadãos oriundos da CPLP para com os portugueses?

A PERCEÇÃO DOS ALUNOS BRASILEIROS

Para os alunos **brasileiros**, 48% afirmam que o colonialismo português não interfere com os seus estudos, sendo que 26% referem que sim. A resposta negativa sobe para 65% quando se pergunta se essa pretérita colonização ainda interfere com a sua relação com os alunos portugueses; nesta questão apenas 13% afirmam que sim, crescendo a margem dos indecisos para 22%.

O valor do não, sobe ainda mais para 78% quando é questionado se essa colonização é motivo para desmotivação de estudar em Portugal; apenas 6% dizem ser desmotivador e a margem dos indecisos fica-se nos 17%.

Contudo, apesar de 72% dos **brasileiros** dizerem que não se sentem humilhados pelo passado colonial português, são ainda 17% os que respondem afirmativamente dizendo sentirem-se humilhados. Quando questionados sobre a capacidade que têm para separar o que foi vivido por familiares e terceiros e a sua atual ligação a Portugal, 82% dizem conseguir fazê-lo e apenas 7% dizem que não o conseguem.

Do lado da percepção que têm da relação de Portugal e dos portugueses com esse passado colonial, o quadro é menos benevolente. Só 54% dos alunos **brasileiros** considera que as atitudes dos portugueses não são uma ameaça para os países da CPLP, sendo que 28% afirmam positivamente a existência dessa ameaça. Talvez justificando esta leitura, 67% dos alunos **brasileiros** afirma que ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial (só 19% não o afirmam). Corroborando as afirmações anteriores, 62% dos alunos **brasileiros** acham que ainda existe ressentimento dos cidadãos oriundos dos países da CPLP para com os portugueses, só 20% diz que não.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS CABO-VERDIANOS

Os alunos **cabo-verdianos** apresentam uma percepção radicalmente oposta à anteriormente vista para os **brasileiros**. Para as cinco primeiras questões desta parte do inquérito, nenhum aluno cabo-verdiano respondeu uma única vez com alguma afirmação no sentido do colonialismo ser ainda significativo para si. À questão “Se o colonialismo interfere com os seus estudos?”, 67% dizem que não, e o sim teve 0% de respostas. Da mesma forma, à questão “Se o colonialismo interfere com a sua relação com os alunos portugueses?”, também 71% disse que não, e nenhum aluno respondeu que sim.

Os valores são ainda mais animadores quando questionados sobre a relação entre esse passado colonial e a desmotivação para estudar em Portugal: 86% disseram não ter qualquer peso e nenhum aluno referiu essa marca negativa. O valor é ainda mais significativo na resposta à questão mais direta: “Atualmente sente-se humilhado pelo passado colonial português?": a esta questão 100% responderam não.

Contudo quando o grupo das questões se direciona para a percepção que os alunos têm da atitude e da ação dos portugueses, a atitude torna-se menos “idílica”. Se só 43% afirmam que a atitude dos portugueses não é uma ameaça para os países da CPLP, 14% acham que o é e, acima de tudo, 43% não consegue sair do “talvez”.

Reforçando a leitura anterior, se questionados sobre “Ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial?”, 57% dizem que não, mas 29% dizem que sim e 14% mantêm-se indecisos.

Significativamente, na derradeira questão sobre se “Existe algum ressentimento dos cidadãos oriundos da CPLP para com os portugueses?” não há uma única resposta negativa sendo o sim e o talvez, 43% e 57% respetivamente.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS ANGOLANOS

Com caraterísticas muito específicas, nem semelhantes aos alunos **brasileiros**, nem aos alunos **cabo-verdianos**, os alunos **angolanos** posicionam-se face à representação do colonialismo quase que num ponto intermédio entre essas duas realidades.

Na primeira questão, “O colonialismo português interfere com os seus estudos?”, 74% afirmaram que não, e o sim obteve apenas a concordância de 5% dos alunos **angolanos**.

A questão seguinte relativa à relação entre a colonização portuguesa e a interferência com a sua relação com os alunos portugueses, a negação da interferência sobe para 81%, tendo o sim uma resposta de apenas de 2%.

Os valores são ainda mais interessantes na questão seguinte, onde se pergunta se “O facto dos portugueses terem colonizado África é motivo para se sentirem desmotivados para estudar em português?”. Nesta questão, 88% afirmam não haver relação direta, e mais uma vez apenas 2% demonstraram estar cativos dessa relação.

Corroborando o quadro desenhado pelas três questões anteriores, quando questionados “Atualmente sente-se humilhado pelo passado colonial português?”, apenas 7% responderam afirmativamente, 16% mantiveram-se na indecisão e uns robustos 77% afirmaram a inexistência dessa humilhação.

Contudo, quando as questões passam para a representação das atitudes e das ações dos portugueses, os valores não são tão otimistas. Sobre a ameaça da atitude dos

portugueses, apenas 63% afirmam a sua existência, 9% afirmam-na positivamente e 28% ficam indecisos.

Na questão seguinte, em que se pergunta se ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial, apenas 26% diz que não, havendo igual número de indecisos, ao passo que 47% afirmam que sim, que ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento desse passado.

Este quadro é reforçado com a última questão onde se pergunta se existe algum ressentimento dos cidadãos oriundos dos países da CPLP para com os portugueses. Apenas 47% afirmaram não existir, ao passo que 23% afirmam-no positivamente.

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS GUINEENSES

Os alunos **guineenses** denotam um quadro de representação bastante interessante e bastante diferente das nacionalidades anteriores.

Nenhum **guineense** afirmou que o colonialismo português interfere com os seus estudos; afirmaram-no de forma negativa 75%, até.

Exatamente os mesmos valores se repetem quando se pergunta se a colonização interfere na sua relação com os alunos portugueses (nenhum o afirma positivamente e 3/4 afirmam perentoriamente o não).

Estes valores são reforçados quando se pergunta se a colonização é motivo para se sentir desmotivado para estudar em Portugal: 100% dos alunos **guineenses** negam a possibilidade dessa relação.

Da mesma forma, a totalidade dos alunos **angolanos** que responderam ao inquérito afirmam não se sentirem humilhados pelo passado colonial português. Estes valores são ainda reforçados quando 100% dos alunos respondem que conseguem separar o que foi vivido pelos seus familiares da sua atual ligação a Portugal.

Contudo, tal como já foi apontado para outras nacionalidades, quando questionados sobre a representação que têm da atitude e das ações dos portugueses, as respostas saem dum campo tão positivo no campo da integração. Apenas 50% dos alunos **guineenses** considera que as atitudes dos portugueses não são uma ameaça (“25% considera ameaça e outros 25% encontram-se indecisos”).

Reforçando e sustentando esta leitura, 75% dos alunos **guineenses** consideram que ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial. Estes resultados desaguam no facto de metade dos alunos **guineenses** afirmarem que existe

ressentimento dos cidadãos da CPLP para com os portugueses (apenas 25% afirmam o contrário).

2.1.4.6. A UNIVERSIDADE

Questionados os alunos, de forma direta, sobre a discriminação pela Universidade (“Alguma vez se sentiu (a) discriminado (a) pela Universidade?”) os alunos **brasileiros** são francamente aqueles que mais se sentem discriminados: 50% afirmam-no contra apenas 33% que o negam.

Este valor contrasta com o obtido nas respostas dos alunos **guineenses** em que 100% negaram alguma vez se terem sentido discriminados. Os **Cabo-verdianos** afirmam já se terem sentido discriminados em 14% e os **angolanos** em 28% (isto é, 71% dos **cabo-verdianos** afirmam nunca se terem sentido discriminados, o mesmo acontecendo com 56% dos **angolanos**).

Finalizando esta análise e em forma de resumo, denota-se que existem vários problemas para serem respondidos. Desde as dificuldades sentidas: condições financeiras, acompanhamento da matéria/dinâmicas, dificuldades em ambientar-se e a questão dos documentos exigidos.

Outro tópico a tratar corresponde à falta de empenho que muitos afirmam e, por conseguinte, não terminando a licenciatura, não prosseguem para o mestrado.

Por outro lado, os que concluem a licenciatura muitas vezes procuram outras universidades. Ou seja, é necessário repensar nesta questão, pois pode ser uma das “chaves” para que a Lusófona possa ter alunos em mais mestrados ou a terminarem o 1ºciclo e, conseqüentemente, regressarem ao seu país formados, portanto, aptos para contribuírem para o crescimento e desenvolvimento do país.

Os dois últimos aspetos a refletir correspondem ao desconhecimento das vantagens que a U. Lusófona tem para alunos PALOP e a questão da discriminação.

Assim sendo, estas questões anotadas serão analisadas com as respetivas propostas de resolução no capítulo seguinte.

2.2.4.7. TÓPICOS CONCLUSIVOS

RAZÕES PARA ESCOLHER A LUSÓFONA

- Angolanos optam por “Indicação de familiares”, em primeiro lugar;
- Brasileiros escolhem também por “Indicação de familiares” a que acresce a “Indicação de amigos,” de forma significativa;
- Para brasileiros, tem peso a credibilidade da certificação.
- Cabo-verdianos colocam em igual posição a “Indicação de amigos” e o “Reconhecimento do grau académico” com o mesmo valor;
- Nenhum aluno cabo-verdiano escolheu a Lusófona pela “Qualidade do ensino”;
- Guineenses escolhem a Lusófona pela possibilidade de ter uma bolsa, a que acresce a “Qualidade do ensino” e a “Indicação de familiares”;
- Moçambicanos escolhem a Lusófona pela “Qualidade de Ensino”.

DIFICULDADES NO PERCURSOS ESCOLAR

Angolanos:

- Dificuldades económicas no longo prazo;
- Dificuldade nas aprendizagens iniciais, que se reduzem ao longo do percurso escolar;
- No primeiro mês, “Dificuldade em ambientar-se”, seguida da “Dificuldade em acompanhar o ensino português”;
- Aumento da percepção do isolamento ao longo do percurso escolar.

Brasileiros:

- Falta de condições financeiras, quer na chegada, quer no percurso escolar (agravam-se aqui);
- Dificuldade nas aprendizagens iniciais, que se reduzem ao longo do percurso escolar;
- Ao longo do percurso escolar, construção da imagem da grande exigência dos professores;
- Aumento da percepção do isolamento ao longo do percurso escolar.

Cabo-verdianos:

- Falta de condições financeiras, quer na chegada, quer no percurso escolar;
- Inexistência de perceção de dificuldade em acompanhar o ensino português;
- Redução da perceção do isolamento ao longo do percurso escolar (enquadramento inicial difícil, que se esvanece).

CONTINUAÇÃO DOS ESTUDOS NA LUSÓFONA (PARA MESTRADO)**Angolanos:**

- 23% pretendem continuar na Lusófona, 42% estão indecisos, 35% não;
- Razões para continuar na Lusófona:
 - Possibilidade de estudar na área que querem desenvolver;
 - Competência do corpo docente;
 - Qualidade do ensino.
- Razões para não continuar na Lusófona:
 - Inexistência da área que querem prosseguir;
 - Falta de recursos financeiros;
 - Ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP.

Brasileiros:

- Apenas 6% pretendem continuar na Lusófona, 35% estão indecisos, 59% não;
- Razões para continuar na Lusófona:
 - Estudar a área científica que pretendem.
- Razões para não continuar na Lusófona:
 - Falta de competência do corpo docente;
 - Falta de qualidade do ensino.

Cabo-verdianos:

- 43% pretendem continuar na Lusófona, 29% estão indecisos, 29% não;
- Razões para continuar na Lusófona:

- Estudar a área científica que pretendem.
- Qualidade do ensino.
- Razões para não continuar na Lusófona:
 - Apenas as financeiras.

Guineenses:

- 75% pretendem continuar na Lusófona, 25% mostram-se indecisos, 0% não;
- Razões para continuar na Lusófona:
 - Qualidade do ensino, com 100%;
 - Estudar a área científica que pretendem.
- Razões para não continuar na Lusófona:
 - Apenas as financeiras.

ACOMPANHAMENTO E INTEGRAÇÃO

- Angolanos e brasileiros apontam a “Ausência de acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP” como parte importante para não continuarem para Mestrado na Lusófona;
- Cabo-verdianos e guineenses afirmam “haver um acompanhamento e atenção aos alunos da CPLP”;
- Angolanos, cabo-verdianos e brasileiros desejam um “Existência de um serviço para a área CPLP”;
- Angolanos e brasileiros afirmam de forma muito enfática a necessidade de “Um guia com a finalidade de esclarecer as dúvidas iniciais, etc”;
- Cabo-verdianos e guineenses afirmam a necessidade antes indicada na casa dos 50%;
- Guineenses afirmam largamente a necessidade do “Apoio escolar de língua portuguesa”, ao passo que cabo-verdianos apresentam um valor médio, e brasileiros e angolanos residual.
- Angolanos e brasileiros pedem “Apoio a investigação, metodologia e redação de trabalhos”;

- Brasileiros e guineenses desejam uma “Integração com atividades culturais” (46% e 50% respetivamente);
- Brasileiros e angolanos valorizariam “Professores mais predispostos a apoiar os alunos da CPLP”.

2.2. Análise do inquérito aos antigos alunos oriundos dos países da CPLP

O segundo é designado apenas para antigos alunos que frequentaram a licenciatura na U. Lusófona, tentando perceber qual o seu percurso pós-licenciatura: se regressaram ao país de origem e em que condições laborais se encontram ou, pelo contrário, se não houve motivação para ir e ficaram por Portugal.

Como já apresentado nos objetivos integrados na introdução¹⁰ desta dissertação, tudo isto será analisado através das seguintes questões: Quais as razões para escolher Portugal e a Lusófona para os seus estudos e, essencialmente, aquando da conclusão da licenciatura regressaram ao país de origem ou ficaram pela Europa? Se regressaram, encontraram emprego na área de licenciatura e conseguiram permanecer nesse trabalho? Mudaram de ramo, ou voltaram para Portugal?

É importante salientar, os resultados analisados são referentes apenas a três nacionalidades: Angolana, Brasileira e Cabo-verdiana.

2.2.1 Interpretação dos dados do segundo questionário

2.2.1.1 RAZÕES PARA ESCOLHER A LUSÓFONA

Questionados os alunos sobre a razão para escolher Portugal para os seus estudos superiores, para **brasileiros**¹¹ e para **cabo-verdianos**¹² o facto de terem familiares já a residir em Portugal é a questão fundamental. Os alunos **brasileiros** afirmaram esta importância em 30% das suas respostas, os alunos **cabo-verdianos** afirmaram-no em 42%.

¹⁰ Veja-se página 15 do trabalho referente à Introdução, no ponto 1.3

¹¹ O questionário pode ser consultado no anexo 3, 2º questionário para a Nacionalidade Brasileira.

¹² O questionário pode ser consultado no anexo 3, 2º questionário para a Nacionalidade Cabo-verdiana.

Já para **angolanos**¹³, a questão de terem familiares em Portugal é afirmada apenas por 29% dos alunos, sendo que a opção mais respondida, com 51%, é a que valoriza o ensino de qualidade.

Outras opções que se destacam das nacionalidades são o ensino de qualidade, aconselhamento dos amigos, a imigração ser tradicional para Portugal. Percebe-se que a principal preocupação de alunos da CPLP ao saírem do seu país é serem acolhidos ou terem *feedback* positivo dos seus familiares, como também terem atenção à qualidade do ensino.

Se nos centramos nas razões que especificamente nos levaram à opção pela Lusófona, se os alunos **angolanos** escolhem Portugal pela qualidade do ensino (51%) essa opção baixa para 30% quando a pergunta é focada na escolha da Lusófona. A opção mais escolhida pelos alunos **angolanos** é o “Reconhecimento do grau”, com 38%.

Para **brasileiros**, encontramos uma relação semelhante entre a “Qualidade do ensino” com 25%, e o “Reconhecimento do grau académico no país de origem” com 23%. A possibilidade de ter uma bolsa fica-se nos 13%.

Os alunos **cabo-verdianos** colocam em posição semelhante a escolha da Lusófona pela “possibilidade de ter uma bolsa” com 30%, e a “qualidade do ensino” com 22%. O “Reconhecimento do grau académico no país de origem” torna-se na escolha menos forte com 16%.

Outras respostas que se destacam para a escolha da Universidade Lusófona nas diversas nacionalidades são qualidade de ensino, reconhecimento do grau académico no país de origem e possibilidade de ter uma bolsa. Ou seja, a Lusófona é distinguida pelas restantes por haver a possibilidade do reconhecimento do grau académico no país de origem do aluno CPLP e uma das vantagens apresentadas pela mesma, a criação de bolsas CPLP disponíveis para alunos que cumpram todos os requisitos.

2.2.1.2 CONCLUSÃO DA LICENCIATURA

Para os alunos **angolanos**, a maioria conseguiu concluir a licenciatura, portanto 52%, sendo 41% referente à não conclusão da mesma e 7% apontado como “talvez”.

¹³ O questionário pode ser consultado no anexo 3, 2º questionário para a Nacionalidade Angolana.

Focando as razões para a não conclusão, as que se destacam são: “falta de condições financeiras” com 32%, seguindo-se “mudança de país” com 6% e “falta de bases e conhecimentos” com 4%.

Para os alunos **brasileiros**¹⁴, 48% correspondem à conclusão da licenciatura, 47% à não conclusão e 5% como “talvez”. À semelhança dos angolanos, as razões mais votadas são “falta de condições financeiras” com 25% e “mudança de país” com 6%. Seguindo-se a “dificuldade em ambientar-se” com 5%.

Quadro significativamente diferente apresenta os alunos **cabo-verdianos**, onde 64% corresponde à conclusão da licenciatura, 34% à sua não conclusão e 2% como “talvez”.

Assim sendo, colocam como principal razão para não ter concluído a “falta de condições financeiras” com 30% e a “mudança de país” com 6%.

Refletindo sobre os valores apresentados neste tópico 2, a maioria dos alunos destas nacionalidades que responderam ao questionário concluíram a licenciatura, contudo, os restantes ficaram pela não conclusão ou “talvez”, alegando dificuldades financeiras e mudança de país, presumindo-se a dificuldade à adaptação do meio e ambiente, as razões para o fracasso. Assim, aquando das conclusões é necessário serem pensadas medidas que possam colmatar estes indicadores.

2.2.1.3 REGRESSO AO PAÍS DE ORIGEM APÓS TÉRMINO DE LICENCIATURA

Questionados os alunos sobre o desejo de regressarem ao país de origem, as respostas merecem alguma atenção e cuidado.

Quanto aos alunos **brasileiros**, 43% responderam que voltaram ao país de origem e 56% não regressaram ao país de origem.

Deste claramente minoritário número dos que pretenderam regressar ao país de origem, 41% encontrou emprego na área de licenciatura, 37% não conseguiu e 23% respondeu como “talvez”. Ou seja, a maioria dos alunos brasileiros optaram por não regressarem ao seu país de origem. Sendo que dos que foram, nem metade conseguiu

¹⁴ Estes valores não são coerentes com os valores fornecidos pelos serviços da Universidade, depreende-se que responderam mais alunos que concluíram a licenciatura do que aqueles que não a concluíram, estando os dados enviesados, remetendo-se para consulta os números sistematizados no anexo 1.

encontrar emprego na área de formação, acabando por voltarem para a Europa, conforme o parágrafo seguinte.

Sendo que apenas 34% se manteve no país de origem a trabalhar na sua área de formação, 50% não conseguiu prosseguir tendo, porventura, voltado a Portugal/ Europa, e 16% aponta como “talvez”.

Dos alunos **brasileiros** que regressaram a Portugal (Europa) são diversas as razões: 27% invoca melhores condições de vida, 13% “sem expectativas no país de origem”, 7% aponta a falta de oferta de emprego e 3% as condições mínimas comparadas ao estrangeiro.

A diferença é pouca quanto aos alunos brasileiros e angolanos. Dos alunos **angolanos**, 43% pretenderam voltar ao país de origem, e 57% dizem perentoriamente que não pretendem voltar. Ou seja, a maioria dos alunos angolanos optaram por não regressarem ao seu país de origem. Sendo que dos que foram, nem metade conseguiu encontrar emprego na área de formação, acabando por voltarem para a Europa, conforme o parágrafo seguinte.

Dos que pretenderam regressar ao país de origem, 33% encontraram emprego na sua área de licenciatura, 42% não conseguiram encontrar e 25% respondem com “talvez”.

Contudo, apenas 29% se manteve no país de origem a trabalhar na área de licenciatura, ao passo que 55% não se mantiveram e 16% apontam como “talvez”.

Apontam como razões para o seu regresso a Portugal (Europa), “melhores condições de vida para formar família” com 32%, seguindo-se ambas com 9%, “falta de oferta de trabalho” e “condições mínimas comparadas ao estrangeiro”, por fim, surge com 12% “sem expectativas no país de origem” em terceiro lugar.

A situação modifica-se radicalmente quando os inquiridos são os alunos com nacionalidade **cabo-verdiana**, 72% registaram que ficaram na Europa e os restantes 28% regressaram ao país de origem. Dos que pretenderam voltar, 50% não encontrou emprego na sua área de licenciatura, ao contrário de 26% que conseguiu e 24% apontam como “talvez”. Ou seja, mais de metade dos alunos **cabo-verdianos** optaram por não regressarem ao seu país de origem. Sendo que dos que foram, metade não conseguiu encontrar emprego na área de formação, acabando por voltarem para a Europa, conforme o parágrafo seguinte.

Contudo, apenas 22% se manteve no país de origem a trabalhar na área de formação, ao passo que 68% dos alunos cabo-verdianos não conseguiram manter-se, e porventura, regressaram a Portugal ou Europa, por fim, 10% apontam como “talvez”.

À semelhança dos alunos angolanos, as razões para o regresso a Portugal (Europa) são diversas: desde logo, com 30% “melhores condições de vida para formar família”, seguindo-se ambas com 12%, “falta de oferta de trabalho” e “condições mínimas comparadas ao estrangeiro”, por fim, com 6% “sem expectativas no país de origem”.

Refletindo sobre os valores apresentados neste tópico 3, a maioria dos alunos destas nacionalidades que responderam ao questionário não voltaram para o país de origem, contudo, os restantes que regressaram ao seu país, voltaram à Europa.

Apontam como razões para o regresso à Europa: melhores condições de vida, falta de expectativas no país de origem, falta de oferta de emprego e condições mínimas comparadas ao estrangeiro. Portanto, havendo cooperação com países da CPLP através do acolhimento dos alunos mediante diversas condições, a conclusão é que a maioria dos alunos não regressa ao país de origem, como recursos humanos qualificados, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do próprio país. Ao invés, optam por ficar na Europa, refletindo sobre as condições disponíveis e o desenvolvimento existente. Assim, aquando das conclusões é necessário serem pensadas medidas que possam colmatar estes indicadores.

2.2.1.4 TÓPICOS CONCLUSIVOS

RAZÕES PARA ESCOLHER A LUSÓFONA

- Angolanos justificam a escolha com a qualidade do ensino português;
- Brasileiros e cabo-verdianos colocam como primeira justificação terem familiares já a residir em Portugal;
- Cabo-verdianos colocam em posição semelhante a escolha da Lusófona pela “possibilidade de ter uma bolsa”, com 30%, e a “qualidade do ensino” com 22%.

CONCLUSÃO DA LICENCIATURA

Angolanos:

52% conseguirem concluir a licenciatura na Lusófona, 41% referente a não conclusão e 7% apontado como “talvez”.

- Razões para não conclusão da licenciatura na Lusófona:
 - Falta de condições financeiras
 - Mudança de país
 - Falta de bases e conhecimentos

Brasileiros:

48% conseguirem concluir a licenciatura na Lusófona, 47% referente a não conclusão e 5% apontado como “talvez”.

- Razões para não conclusão da licenciatura na Lusófona:
 - Falta de condições financeiras
 - Mudança de país
 - Dificuldade em ambientar-se

Cabo-verdianos:

64% conseguirem concluir a licenciatura na Lusófona, 34% referente a não conclusão e 2% apontado como “talvez”.

- Razões para não conclusão da licenciatura na Lusófona:
 - Falta de condições financeiras
 - Mudança de país

REGRESSO AO PAÍS DE ORIGEM APÓS TÉRMINO DE LICENCIATURA

Angolanos:

43% pretenderam voltar ao país de origem, e 57% dizem perentoriamente que não pretendem voltar.

- Razões para o retorno:
 - Melhores condições de vida
 - Sem expectativas no país de origem
 - Falta de oferta de emprego
 - Condições mínimas comparadas ao estrangeiro

Brasileiros:

43% responderam que voltou ao país de origem e 56% não regressaram ao país de origem.

- Razões para o regresso:
 - Melhores condições de vida
 - Sem expectativas no país de origem
 - Falta de oferta de emprego
 - Condições mínimas comparadas ao estrangeiro.

Cabo-verdianos:

72% registaram que ficaram na Europa e os restantes 28% regressaram ao país de origem.

- Razões para o regresso:
 - Melhores condições de vida para formarem família
 - Falta de oferta de trabalho
 - Condições mínimas comparadas ao estrangeiro
 - Sem expectativas no país de origem

Finalizando esta análise e sintetizando, denota-se que o problema em destaque é a percentagem de alunos da CPLP que não regressam ao país de origem. E mesmo os que retornam, a maioria pretende voltar, seja para Portugal ou Europa, devido às razões apontadas.

Concluir-se-á se a cooperação presente entre CPLP e a Universidade corresponde às expectativas e objetivos delineados para a concretização da missão.

3. CONCLUSÕES

O último capítulo foi dedicado às propostas e sugestões feitas em função dos dados levantados nos questionários e sua respetiva análise. Assim sendo, foi apresentado nos dois seguintes subcapítulos as principais linhas gerais sobre os resultados conseguidos e as propostas feitas mediante os mesmos. Ou seja, descrito e justificado o porquê das mesmas.

3.1 Principais linhas gerais

3.1.1. Alto índice positivo por parte dos alunos brasileiros por rejeição cultural

A maioria dos alunos brasileiros (65%) respondeu “não” à questão sobre o passado colonial, “o facto dos portugueses terem colonizado África e o Brasil, é motivo para interferir na sua relação com os alunos portugueses?”, havendo outras respostas como “sim” 13% e “talvez” 22,2%. Comparando as percentagens com as respostas dados pelos alunos angolanos, “não” teve 81,4%, “sim” correspondeu a 2,3%, e “talvez” com 16,3%. Como também, as respostas referentes aos alunos cabo-verdianos, “não” teve 71,4%, “talvez” com 28,6% e ninguém respondeu “sim”, portanto, 0%. Recuperando a questão 13, do primeiro questionário realizado, “o facto dos portugueses terem colonizado África e o Brasil é motivo para interferir na sua relação com os alunos portugueses?”, os brasileiros responderam “não” com 65%, os angolanos “não” com 81,4% e cabo-verdianos “não” com 71,4%.

Analizando estas percentagens, depreende-se que os alunos brasileiros não conseguem separar entre emoções e sentimentos vividos durante o passado colonial pelos seus familiares e terceiros, com os laços ou criação de amizades com alunos portugueses, de forma a não interferir nos seus estudos. Apesar do Brasil ser independente há 200 anos, a maioria dos alunos continua com “trauma” relativamente a Portugal, comparativamente a África, com menos anos de independências (40 anos), não existindo de forma generalizada este ressentimento colonial destacado pelos alunos brasileiros.

Infere-se assim que, tanto os alunos angolanos, como cabo-verdianos e não desprezando o passado colonial destes países, a maioria afirma não ter ficado

traumatizado pelo sucedido com os familiares. Contudo existe sempre uma solidariedade familiar.

3.1.2. Barreira entre Alunos Estrangeiros e os Nacionais

Outra das principais linhas gerais destacadas corresponde à barreira entre Alunos Estrangeiros e Nacionais. Ou seja, o sentimento de pertença ao país (universidade) é reduzido, como iremos analisar a seguir.

As respostas da pergunta 9 do primeiro questionário, “Alguma vez se sentiu discriminado/a pela Universidade?” foram as seguintes: Alunos brasileiros responderam sim, 50% e não, 33,3%; alunos angolanos responderam sim 27,9% e não, 55,8%; alunos guineenses responderam não, com 100%; alunos são-tomenses responderam não com 66,7% e talvez com 33,3%; alunos cabo-verdianos responderam não com 71,4% e sim com 14,3%; por fim, os alunos moçambicanos responderam não com 80% e sim com 20%. Acrescentando que, com a pergunta seguinte, 9.1, era dada a oportunidade para descrever a sua justificação. Embora em geral exista uma percentagem de “não” superiores ao “sim”, constata-se na pergunta 9.1, vários comentários que indicam esse sentimento de desintegração, seja com professores ou alunos nacionais.

Aliás, o artigo escrito por Cynthia Valente demonstra essa desintegração. Isto é, o não enquadramento de alunos estrangeiros com alunos nacionais:

"os estudantes, em geral, não têm os contactos que desejariam com a cultura e com os habitantes portugueses" e "identifica que a maior parte dos seus amigos em Portugal são outros estudantes internacionais", revelando, assim, a existência de "uma barreira entre os estudantes locais e os internacionais" (Valente, 2022).

Uma das conclusões a que chegamos através do primeiro questionário reflete-se na necessidade de criar interligações entre alunos estrangeiros e a universidade Lusófona. Isto é, uma grande dificuldade por estes corresponde à parte de integração, seja pelas “ideias” inculcadas, ou pela tentativa de convívio muitas vezes não conseguida. E a citação seguinte vem precisamente corroborar o já esperado: *“os estudantes inquiridos sentem a necessidade de fomentar mais ligações afetivas com os locais, para melhorarem a sua experiência. Foram apontadas ainda outras dificuldades na partilha de culturas entre estes estudantes e os habitantes portugueses” (Valente, 2022).*

Ainda assim, embora não haja um sentimento de pertença com os alunos estrangeiros, existe uma resposta positiva quanto à recomendação para as universidades portuguesas: *“Contudo, quando questionados se recomendariam a pessoas do seu país fazerem um programa de mobilidade em Portugal, a resposta foi positiva”* (Valente, 2022).

3.1.3. Questão financeira

A questão financeira é transversal a todas as nacionalidades. Embora os alunos da CPLP tenham acesso às bolsas CPLP, mediante apresentação de documentos, a maioria aponta como entrave, tanto na entrada da universidade, como na conclusão dos estudos, a incapacidade de acompanhar financeiramente o ritmo que as propinas exigem.

Um aspeto a reter é que para os alunos terem acesso à bolsa é necessário terem cumprido todos os requisitos cumulativamente.

3.1.4. Questão burocrática

A questão burocrática também é transversal a todas as nacionalidades. Aliás, ao longo da dissertação foi apontada como o principal entrave para a matrícula de alunos de diversas nacionalidades, sendo as predominantes angolana e brasileira. Um aspeto que a U. Lusófona tem conhecimento, tendo sido também uma das razões para a assinatura do Protocolo com o CLAIM. Todavia, acautela-se a burocracia dos alunos da CPLP, visto que muitas vezes a entrada na universidade ou o acesso aos documentos burocráticos, serve de “porta de entrada” para a livre circulação no Espaço Schengen.

3.1.5. Recursos Humanos qualificados não regressam ao país de origem

O segundo inquérito foi essencialmente criado para conhecer qual o caminho seguido pelos alunos pós licenciatura, procurando responder à questão de partida sobre a cooperação.

Em primeiro lugar, percebeu-se que a maioria dos alunos não consegue licenciar-se. A universidade cumpre com a sua missão ao disponibilizar condições, nomeadamente, bolsas CPLP, acolher e formar os alunos da CPLP. Contudo, muitos são os que não conseguem aproveitar os benefícios, pelas razões analisadas no capítulo dois.

Em segundo lugar, os que conseguem, a maioria não regressa ao país de origem, ficando pela Europa, onde encontram melhores condições de vida e estabilidade para formar família. Aqueles que optam por regressar, não encontram emprego na área de formação e muitos acabam por retornar.

Portanto, a cooperação estabelecida entre a Universidade Lusófona e a CPLP através dos alunos oriundos destes países caracteriza-se como intrincada. O grande entrave coloca-se nas condições de vida apresentadas pelos países CPLP e a Europa, sendo totalmente distintos. Assim sendo, a forma de inverter este ritmo começa pela inovação e desenvolvimento dos países da CPLP. E, conseqüentemente, apostar no crescimento dos diversos setores, incluindo o profissional. Visto que se Portugal (U. Lusófona) tem protocolos de cooperação e compromisso, tem de haver do outro lado compromisso para “reintegrar” os próprios cidadãos em condições aceitáveis, dado que os que regressam é pelo sentimento de patriotismo e nacionalismo que têm perante o país, “regresso para ajudar o meu país a desenvolver-se”. Todavia, é necessário equacionar a própria liberdade individual que os cidadãos têm. Ou seja, é legítimo que com a cooperação existente, se queira fomentar a liberdade, portanto o regresso dos alunos, agora formados, como Recursos Humanos para contribuírem no desenvolvimento do seu país. Mas também existe a possibilidade dos mesmos não quererem regressar ao seu país de origem, continuando a sua vida pela Europa. Aliás, os resultados do segundo inquérito realizado, específico a antigos alunos, comprovam isso mesmo, que a maioria não regressa ao seu país de origem.

Finalizando, para haver cooperação é necessário as duas partes estarem envolvidas, se a U. Lusófona apresenta condições para acolher os alunos, e os mesmos aceitam, a cooperação torna-se complexa quando os mesmos não regressam ao país de origem por preferirem e escolherem viver em condições de vida melhores. Para esta se torna eficaz é necessário da parte dos países CPLP disponibilizarem melhores condições de vida generalizada.

Esta reflexão sobre a liberdade individual de regresso ou não ao país de origem, suscita talvez a necessidade de definir de forma mais sólida os objetivos da cooperação e os instrumentos ao dispor de cada universidade. Em outras palavras, seria interessante haver um contrato que torna mais eficaz o regresso de jovens formados ao país de origem? O que suscita diversas questões: Seria legal? Pode fazer-se?

Exemplificando com o caso angolano e reforçando com os números apresentados no artigo do Professor Paulo Mendes Pinto, “(...) *nível da Licenciatura*.”

Destes 1258 diplomados, 1038 obtiveram a Licenciatura, 97 o Mestrado, 98 um Curso de Pós-Graduação, e apenas 4 o Doutoramento” (Pinto, 2018). Ou seja, questiona-se, se perante o gigante investimento feito, haveria formas legais de fomentar o regresso aos países de origem?

3.2 PROPOSTAS

3.2.1 Criação de Gabinete de Apoio ao aluno da CPLP

Para iniciar e começando pelas sugestões referentes ao primeiro questionário, a criação de um gabinete CPLP é imprescindível, visto que aquando da sua entrada, os alunos sentem necessidade de um local onde lhes possam responder a todas as questões e dotá-los de informações, evitando “saltar de lugar em lugar”.

Um dos entraves aos alunos oriundos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP, que pretendam frequentar uma Instituição de ensino superior (IES) em Portugal, seja a Universidade Lusófona ou outra, é a burocracia e, a montante, a obtenção atempada de Vistos. Para a compreensão desta matéria, é necessário conhecer o procedimento de obtenção de visto para efeitos de estudos, obedecendo a uma sequência: as Universidades enviam regularmente para a Direção Geral do Ensino Superior (DGES) a lista dos alunos matriculados nas instituições, e esta para o SEF, deste prossegue para as Embaixadas, que aguardam para poderem emitir os Vistos. Seguem na lista não só os nomes dos alunos matriculados, isto é, alunos que já fizeram o acesso ao ensino superior e que se encontram inscritos nas várias disciplinas dos seus cursos, bem como os nomes dos alunos que se encontram inscritos no Curso de Preparação para as provas que dão acesso ao ensino superior. No dia 6 de junho de 2022 foi assinado um protocolo para abertura do novo CLAIM na Universidade Lusófona. Essencialmente, o CLAIM é caracterizado como *“um serviço com funções de acolhimento, informação e apoio a cidadãos migrantes, denominado Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes”* (U. Lusófona & ACM, 2022). Ou seja, um local com período de atendimento específico, objetivando esclarecer e fornecer ferramentas não só a candidatos, mas também a alunos, migrantes, que tenham interesse em frequentar a Universidade Lusófona, ou já matriculados.

Assim sendo, com manifesta abertura do Vice-Reitor para a Investigação e a Internacionalização, Prof. Doutor Gonçalo Calado, para a criação de um gabinete de apoio aos estudantes oriundos da CPLP, as situações como procura de vistos, residência, portanto, toda a parte burocrática que é necessária para o acesso, pode ser questionado ao CLAIM, que é mais abrangente, estando, no entanto, o mesmo sujeito à Lei e às políticas de internacionalização da Universidade, salvaguardando os interesses dos alunos, desde que não sejam a livre circulação do Espaço Schengen, ou outro proveniente de intenção que não seja apenas a de estudar. Ou seja, parte das dificuldades colocadas são associadas ao receio da passagem da mobilidade estudantil para a mobilidade migratória. Isto é, a justificação dos resultados do capítulo 1.5 da dissertação, percentagem de diplomados e não diplomados, começa muitas vezes objetivando-se apenas o visto migratório para a livre circulação pela Europa. No âmbito das candidaturas, a Universidade recebe os pedidos, sendo obrigada a seguir o procedimento do envio interinstitucional com a DGES das listas dos alunos matriculados e dos inscritos no Curso Preparatório¹⁵ com vista ao acesso ao ensino superior, acrescentando, nos últimos tempos, uma outra lista respeitante aos alunos provenientes da Ucrânia. Embora seja o CLAIM uma estrutura de suporte nova, o assunto mais procurado da esfera migratória (seja CPLP, Ucrânia ou Brasil) tem sido o Reagrupamento Familiar.

Além deste aspeto, também podem ser pensadas a criação de bolsas específicas entre a Universidade Lusófona e os Estados Membros CPLP que tenham esta dificuldade. Por exemplo, os alunos manterem-se no país de origem, sem necessidade de deslocação e de adquirir vistos, sendo financiados pela Lusófona (PT).

3.2.2. Apoio a questões financeiras

O funcionamento do apoio financeiro pode estabelecer-se no gabinete do apoio do ponto anterior. Ou seja, existir possibilidade de prestações faseadas, sendo que a diferença consta na informação prévia. Atualmente, existe oportunidade dessa situação, mas é o aluno a requerer esse pedido, e não por iniciativa da Universidade informá-lo da possibilidade.

¹⁵ Curso Preparatório para as provas de ingresso internas exclusivo para estudantes internacionais que se candidatam à Universidade Lusófona e que têm de realizar provas de ingresso internas - <https://www.ulusofona.pt/curso-preparatorio-para-internacionais>

Durante a realização do primeiro questionário e com base nas respostas à pergunta 7 do primeiro questionário, “Uma vez que escolheu a Universidade Lusófona para a Licenciatura, que vantagens conhecem para alunos oriundos dos PALOP?”, a maioria das respostas foram dadas como desconhecimento das vantagens que existem. Atendendo a que vários alunos da CPLP não têm acesso e não conhecem quais os benefícios de estudar na Lusófona, seria recomendado atualizar o site da Lusófona com uma página específica para alunos da CPLP e caracterização de todas as atividades/oportunidades.

3.2.3 Criação de atividades culturais

Na sequência dos levantamentos dos questionários, notou-se a necessidade da criação de semanas temáticas e culturais para fomentar a integração dos alunos da CPLP com os restantes.

A nível das iniciativas pertencentes às dinâmicas das aulas e de modo a esclarecer e contribuir para a questão levantada pelos alunos sobre “discriminação e dificuldade em ambientar-se”, a sugestão prende-se no sentido de as aulas iniciais do ano letivo serem dedicadas apenas à opinião dos alunos/apresentação dos seus países, costumes e suas mundividências.

Neste sentido, a criação de atividades culturais através de partilhas pelos alunos da U. Lusófona, a sua mundividência, fomentando um elo académico, troca e partilha de pensamentos e cultura, afinal, esta é a missão subentendida da Universidade, não só através das aulas, mas também a convivência entre colegas resulta na maturidade do “espírito crítico”. Esta sugestão pode ser concretizada no início do ano letivo, por exemplo, nas aulas iniciais, dedicando-se a programas de integração e acolhimento aos alunos da CPLP.

Ressalvando que a elaboração de conteúdos deve atender a todos os aspetos e características dos diversos alunos da CPLP. Exemplificando com os alunos brasileiros que demonstram um ressentimento colonial muito forte, pelo que todos os conteúdos, programas, currículos culturais pensados devem ser estudados pormenorizadamente, evitando-se colocar os mesmos em situações constrangedoras.

3.2.4 Formação complementar em Empreendedorismo

Exemplificando com as nacionalidades Brasileira e Angolana, em que estes alunos se destacam numericamente como as duas nacionalidades com mais alunos, coloca-se a hipótese de criar nesta instituição cursos específicos para alunos destas nacionalidades, com benefícios: facilidade em adquirir vistos, percentagem de desconto aumentada. Isto é, valorizando a escolha destes alunos pela U. Lusófona.

Como também, oferecer aos alunos formação sobre empreendedorismo, portanto, cursos complementares gratuitos, em virtude de ensinar e dotar os alunos a usarem as ferramentas disponíveis no seu país. Ou seja, a Universidade organizar formações ligadas ao empreendedorismo, sobre matérias de gestão, estrutura de empresas, dotando os jovens de conhecimentos e ferramentas, colocando-os em prática aquando do regresso ao país de origem. Isto porque o objetivo é prover os jovens licenciados de instrumentos que possam adquirir no próprio país, pela sua facilidade em se conseguir, contribuindo com as suas capacidades para o desenvolvimento do seu país.

3.2.5 Licenciaturas por e-learning

Para os naturais da Guinéu-Equatorial e Timor que durante os anos letivos 2005 a 2021 a U. Lusófona apenas recebeu 75 alunos e 11 alunos respetivamente, a sugestão prende-se com o desenvolver nas universidades locais, cursos de escolha preferencial dos estudantes. Baseado nos levantamentos de alunos da Universidade e no subcapítulo 1.3.4. “Faculdades escolhidas por nacionalidade do 1ºciclo”, as escolhas predominantes para os nacionais da Guinéu-Equatorial são FD, FCSEA e ECEO. Já para a nacionalidade timorense a escolhida é a ECEO.

Esta sugestão implica uma reestruturação no formato que habitualmente as licenciaturas têm sido efetuadas. Ou seja, as aulas das licenciaturas na U. Lusófona são ministradas presencialmente. Assim sendo, a U. Lusófona beneficiaria na criação de licenciaturas, cursos direcionados para o país de origem, sendo as matérias lecionadas por zoom, permitindo alargar as nacionalidades e o número de alunos da CPLP dos alunos matriculados. Esta iniciativa enquadra-se na necessidade de os alunos da CPLP não terem condições de deslocarem-se à U. Lusófona (Portugal), mantendo assim a missão de cooperação com a CPLP.

3.2.6. Estágios nos países de origem

Atendendo aos resultados do segundo questionário (referente a antigos alunos), encontra-se a resposta, se é favorável ou não à cooperação existente. Este reforça o tema da dissertação, a cooperação entre U. Lusófona e CPLP é benéfica ou desfavorável para Estados Membros CPLP, porque os alunos que procuram formar-se em Portugal retornam ao país de origem como recursos humanos qualificados? Ou através da formação disponibilizada pela universidade optam por permanecer na Europa, não coadjuvando o próprio crescimento e desenvolvimento do Estado, havendo falhas neste tipo de cooperação.

Assim sendo, muitos foram os que relataram falta de empenho. De forma a contribuir, em primeiro lugar para o aumento da motivação e empenho e consequentemente conclusão dos estudos, em segundo para o regresso de recursos humanos qualificados, propõe-se a criação de estágios. Apontam-se diversas hipóteses como a existência de estágios no país de origem, contribuindo para o aumento de experiência profissional dos alunos que terminam os estudos e querem ingressar no mercado de trabalho. Sendo a tipologia deixada ao critério, se curricular para concluir a licenciatura, se extracurricular (3 meses) não remunerado para adquirir experiência ou profissional remunerado, podendo permitir uma “porta de emprego” entrando nos quadros da empresa. Como também haver parcerias entre a U. Lusófona e empresas locais dos países de origem em que, por exemplo, os alunos que se destaquem pelo percurso académico dos cursos ligados às empresas terem acesso direto à vaga disponível. E para os restantes alunos, estágios profissionais, com possibilidade de recrutamento no final de 6 meses mediante aprovação do estágio.

Salientando que o destaque não é a criação de iniciativas para suscitar competição, mas existir a possibilidade de todos, sublinho todos os alunos, terem acesso às mesmas oportunidades, isto é, igualdade na possibilidade de integração no mercado de trabalho.

CONCLUSÃO

Toda esta investigação revelou necessidade de alterações e evidenciou novas tendências para a integração e progresso dos alunos da CPLP. Ou seja, os resultados obtidos comprovaram que é imprescindível fazer modificações na forma de acolhimento aos alunos da CPLP, isto é, nas vantagens que lhes são proporcionadas. Como também, demonstrou que, mediante as conclusões retiradas dos inquéritos, para alcançar as desejadas modificações, em prol do bem-estar dos alunos e no âmbito da missão da U. Lusófona, a estrutura existente tem que ser repensada.

Assim, foi apresentada a génese da CPLP e as suas “mais-valias” e “desafios”. Incluindo a questão do subcapítulo “Cooperação pós 1996”, tendo sido um marco nesta altura e havendo a possibilidade de cooperar multilateralmente, otimizando as Relações Internacionais. Contudo, percebe-se que os programas educativos realizados bilateralmente com cada país da CPLP, ainda têm de ser aprofundados e adotadas novas estratégias para fomentar o desenvolvimento e autonomia.

No quadro de uma constante e profunda compreensão da realidade da relação com os países da CPLP, o *Ensino Lusófona*, em plena sintonia com o que foi decidido na IX Reunião de Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da CPLP Luanda (19 de janeiro de 2022), desenvolveram-se instrumentos de auscultação que permitiram compreender como se efetivavam e desenvolviam os percursos académicos dos alunos oriundos de países da CPLP.

No âmbito desta postura proativa, especialmente na procura de formas de melhoria do aproveitamento e do sucesso dos alunos oriundos de países da CPLP, decorreu um primeiro inquérito, que pretendeu perceber as dificuldades, quer de aprendizagem, quer de integração, desses alunos na Universidade Lusófona, em Lisboa.

Tratou-se, num primeiro momento, da realização de um inquérito que aspirava coadjuvar a compreender as razões da vinda para Portugal e para a Lusófona, o grau de satisfação e a representação da relação com Portugal. Assim sendo, deve-se ter em conta o peso de cada uma das nacionalidades para a Universidade, e que cerca de 17% representa a totalidade dos alunos de graduação da universidade.

Os valores apresentados no capítulo 2, permitiu-nos ter uma imagem muito mais real e profunda dos alunos oriundos da CPLP, dos seus problemas, do que valorizam e

do que os desagrada, assim como da forma como representam Portugal e como isso tem implicações nos relacionamentos, na integração e no sucesso escolar.

Num segundo momento, foi aplicado outro questionário destinado apenas aos antigos alunos da CPLP da U. Lusófona, de forma a compreender essencialmente se os mesmos regressam ao país de origem, encontrando emprego na sua área de formação, como também, encontram estabilidade ou acabam por voltar à Europa.

Do inquérito aplicado aos antigos alunos da U. Lusófona, com nacionalidade dos seguintes países, Angola, Brasil e Cabo-Verde, a principal conclusão a retirar é a ausência do regresso de recursos humanos qualificados ao país de origem, apontando como uma das razões, melhores condições de vida na Europa.

Mediante os resultados obtidos pelos questionários existem como linhas mestras:

1. alunos que entram na licenciatura e não conseguem acabar por diversas razões: questões económicas, acompanhamento e integração;
2. acabam a licenciatura e não tem emprego nas áreas de formação. A maioria dos alunos fica pela Europa, os que regressam ao país de origem não tem emprego fixo na área de licenciatura, outros acabam por regressar a Portugal ou migrar para a Europa.

Com estes dados foi possível desenhar programas e concluir sugestões/propostas direcionados para o sucesso destes alunos, reduzindo a taxa de desistência e aumentando os seus resultados, apresentados no capítulo 3: Criação do Apoio ao aluno da CPLP, Criação de atividades culturais, Formação complementar em Empreendedorismo, Licenciaturas por e-learning e Estágios nos países de origem. E acima de tudo, perceber se desta forma a Universidade irá ao encontro da sua missão: concorrer para o desenvolvimento dos países e povos lusófonos.

Destacar que as principais contribuições do projeto de investigação são significativas, visto que não havia nenhum registo, tanto estatístico como levantamentos dos sentimentos dos alunos face à U. Lusófona. Assim sendo, se antes eram quase nulas ou apenas colocadas como teorias, atualmente são confirmadas e registadas para que possamos mediante os seus resultados e contribuições melhorar a projeção e capacidade de resposta da U. Lusófona. Acrescentando que, a metodologia utilizada, nomeadamente os questionários, contribuíram para confirmar os objetivos da dissertação e todas as conclusões retiradas.

Retomando as questões levantadas inicialmente: “1. Como se caracteriza a cooperação da Universidade Lusófona com a CPLP, através dos alunos oriundos destes países?”; “2. Essa cooperação é eficaz e responde às necessidades dos alunos da

CPLP?” e “3. “Se a cooperação resulta numa efetiva valorização dos Recursos Humanos nos países de origem”, de seguida destaca-se as principais contribuições e resultados desta investigação, mediante a metodologia utilizada, isto é, o recurso a inquéritos.

Iniciando com a resposta à pergunta 1, Como se caracteriza a cooperação da Universidade Lusófona com a CPLP, através dos alunos oriundos destes países? A cooperação é feita através de vantagens e benefícios disponíveis aos alunos da CPLP, nomeadamente Bolsa CPLP (mediante cumprimento de todos os requisitos); facilidade na questão da burocracia, através de curso preparatório durante 1 ano e pagamento de propinas; disponibilidade pelo CLAIM para esclarecer todas as questões referentes a assuntos académicos e demais.

2. “Essa cooperação é eficaz e responde às necessidades dos alunos da CPLP?”.

As principais conclusões sobre a eficácia da cooperação podem ser divididas em três.

1. Recorrendo ao gráfico 8 (apresentado no capítulo 2), a maioria dos alunos não consegue terminar o curso em que se matricula. Ou seja, exemplificando com o ano letivo 2020-2021, houve 85% dos alunos que não se licenciaram, significando que apenas 15% conseguiu concluir o curso. Portanto, é clara a elevada percentagem de alunos da CPLP que não terminaram os cursos.

2. A maioria dos alunos não regressa ao país de origem, ficando pela Europa.

3. Dos alunos que regressam ao país de origem, encontram emprego em áreas que não correspondem à sua área de formação.

Quanto à resposta dada pela U. Lusófona às necessidades dos alunos da CPLP mediante os resultados obtidos pelos questionários, várias foram as respostas que evidenciavam temas como racismo e xenofobia para com alunos da CPLP. Como também a própria consciência dos mesmos ainda sobre o processo de descolonização face aos seus países de origem. Não obstante, existem vantagens criadas pela U. Lusófona para que os alunos da CPLP se possam sentir integrados, as próprias bolsas.

Essencialmente, conclui-se que existe um grande desperdício de meios, o que significa que é necessário rever os mesmos e criar metodologias mais eficazes, isto é, melhor a eficácia por ser quase nula. Para isso, foram pensadas e estruturadas no capítulo das conclusões (capítulo 3), propostas que possam responder aos levantamentos feitos durante a realização da dissertação, tendo sempre como o objetivo principal a identificação e apresentação de propostas exequíveis e realizadas a curto prazo.

3. “Se a cooperação resulta numa efetiva valorização dos Recursos Humanos nos países de origem?”. Segundo as respostas obtidas no questionário sobre o regresso ao país de origem ou permanência na Europa, a maioria fica pela Europa, apontando como melhores condições de vida, estabilidade para criar família, conseqüentemente, emprego na área de formação. Os que manifestam interesse em regressar ao seu país, em curto prazo retornam à Europa, precisamente porque não encontram as condições e razões apontadas anteriormente. Para concluir, muitos dos alunos da CPLP que se matriculam, não concluem a licenciatura, sendo não contabilizado como Recursos Humanos qualificados.

Em suma, percebe-se que os alunos da CPLP enfrentam diversos constrangimentos, contudo também existem vantagens e vontade por parte da U. Lusófona para acolher os próprios.

Frente ao panorama exposto, o maior constrangimento deparado foi a dificuldade ao propor sugestões que possam ir de encontro às dificuldades dos alunos da CPLP, não ficando apenas no papel, podendo ser aplicadas. Dado que esta dissertação corresponde a uma primeira investigação e levantamento de dados sobre alunos da CPLP, termina com sugestões que possam ser aplicadas a curto prazo, por forma a responder às necessidades imediatas. Outro constrangimento que se prende com o primeiro é a questão da burocracia que os alunos da CPLP estão sujeitos quando inscrição na U. Lusófona. Este assunto foi abordado no seu devido capítulo, mas constata-se que para se conseguir simplificar a questão dos vistos, permite-se indiretamente a facilidade de circulação no Espaço Schengen.

Desta forma, no decurso da investigação surgiram outras questões que permitem a realização futura de investigação desta trajetória. Desde logo, compreender mais profundamente as motivações que fazem com que os alunos da CPLP procurem a U. Lusófona. Quais os resultados das sugestões propostas? Qual a razão por haver poucos acordos de cooperação educacional entre Brasil e Portugal? Perante o gigante investimento feito, haveria formas legais de fomentar o regresso aos países de origem?

No seguimento do parágrafo anterior, é necessário realizar uma pesquisa aprofundada quanto à posição da U. Lusófona e o dilema de burocracia CPLP vs facilidade no espaço Schengen. Ou seja, será solução continuar com a alternativa adotada, recurso ao Curso Preparatório? Estará ainda a política de cooperação educacional atualizada? Virá o Acordo de Mobilidade facilitar a resposta a estas questões?

Sintetizando, existem várias direções futuras a seguir, mas que por agora não existe resposta, visto que, o objetivo desta investigação era fazer um levantamento, caracterizando o desempenho dos alunos da CPLP, descrevendo quais os contributos e benefícios/ vantagens que os mesmos têm na U. Lusófona e consequentemente redigir sugestões em função dos resultados adquiridos.

E assim se conclui, existirá sempre uma futura investigação pois terão de ser registados os resultados destas propostas, analisados continuamente todas as categorias existentes e atualizada e melhorada cada medida implementada no seguinte ano letivo, em virtude de adaptar-se e acompanhar o progresso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCB [Apec Learning Community Builders], (2013). *Understanding of International Cooperation* (on line). Recuperado de http://www.alcob.org/web/vod/lectures/05_Understanding%20of%20International%20Cooperation.pdf

Bernardino, L. M. B. & Azevedo, F. D., (2016). *A Nova Identidade Da CPLP No Domínio Da Defesa: impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal* (on line). Recuperado de <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lpis/article/view/2268>

Burity, C. R. T., (2018). *A Liderança De Brasil E Portugal Na CPLP: Uma Análise a partir da Cooperação em Ciência, Tecnologia e Ensino Superior* (on line). Recuperado de <https://run.unl.pt/bitstream/10362/107066/1/BURITY.CAROLINE.%20TESE%20DE%20DOUTORAMENTO.pdf>

Carvalho, O., (2021). *Inclusão, da utopia à realidade; Angola e Portugal em caminhos paralelos* (on line). Recuperado de <http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/3849/1/document.pdf>

Coutinho, F. P., (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa], (2007a). *A CPLP e a Educação* (on line). Recuperado de http://www.cplp.org/Admin/Public/Download.aspx?file=Files%2FFiler%2Fcplp%2FScrExec%2FDiscursos%2FDISCSE-EDU-Palestra_CPLPeaEduc.pdf

CPLP, (2014). *Espaço de Inovação* (online). Recuperado de <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=4648>

CPLP, (2007b). *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (on line). Recuperado de http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf

CPLP, (2017). *Marcolino Moco*, (on line). Recuperado de <https://www.cplp.org/id-2443.aspx>

CPLP, (2018). *MPs dos países lusófonos criam redes de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao tráfico de drogas* (on line). Recuperado de <http://www.ministeriospublicoscplp.org/en/node/239>

CPLP, (2008). *O Conceito de Lusofonia e a Cooperação na Promoção e Difusão da Língua Portuguesa* (on line). Recuperado de https://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Domingos_Simoes_Pereira/Discursos_DSP/SE_TNOVAS_13NOV08.pdf

Dai, X.; Snidal, D., & Sampson, M. (2017). *International Cooperation Theory and International Institutions* (on line). Recuperado de <https://oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190846626.001.0001/acrefore-9780190846626-e-93>

DRE [Diário da República Eletrónico], (1998). *Decreto-Lei n.º 92/98, de 14 de abril* (on line). Recuperado de <https://dre.tretas.org/dre/91897/decreto-lei-92-98-de-14-de-abril>

DRE, (1979). *Lei n.º 6/79 de 9 de fevereiro de 1979* (on line). Recuperado de <https://dre.tretas.org/dre/33366/lei-6-79-de-9-de-fevereiro>

DRE, (2021). *Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021* (on line). Recuperado de https://dre.pt/dre/detalhe/tipo/313-2021-175595589?_ts=1661904000034

DRE, (2005). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 196/2005* (on line). Recuperado de <https://dre.tretas.org/dre/192675/resolucao-196-2005-de-22-de-dezembro>

Ferreira, N. M., (2022). *Universidade Lusófona | Os primeiros 25 anos ao serviço do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Universidade Lusófona.

Governo, (2022b). *Assembleia da República aprova alterações à «Lei dos Estrangeiros»* (on line). Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=assembleia-da-republica-aprova-alteracoes-a-lei-dos-estrangeiros>

Governo, (2022c). *Alterações à Lei dos Estrangeiros simplificam procedimentos* (on line). Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc23/comunicacao/noticia?i=alteracoes-a-lei-dos-estrangeiros-simplifica-procedimentos>

Governo, (2022a). *Reunião dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (on line). Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/comunicado?i=reuniao-dos-ministros-da-ciencia-tecnologia-e-ensino-superior-da-comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa>

Instituto Camões, (2016c). *20 Anos da CPLP | A Cooperação Na Educação E Na Língua Portuguesa* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/pdf_encarte/encartejl233.pdf

Instituto Camões, (2011). *Estratégia Da Cooperação Portuguesa Para A Educação* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/estrategia_educacao_desenvolvimento.pdf

Instituto Camões, (2021b). *Guiné-Bissau: Projeto de cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau – Curso de Pós-Graduação em Direito dos Contratos Comerciais* (on line). Recuperado de <https://instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/guine-bissau-projeto-de-cooperacao-entre-a-faculdade-de-direito-da-universidade-de-lisboa-e-a-faculdade-de-direito-de-bissau-curso-de-pos-graduacao-em-direito-dos-contratos-comerciais>

Instituto Camões, (2016a). *Programa de Apoio ao Reforço do Ensino Secundário em Angola – Saber Mais* (on line). Recuperado de <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-projetos/apoio-ao-reforco-do-ensino-secundario-em-angola-saber-mais>

Instituto Camões, (2012b). *Programa de Ensino de Qualidade na Guiné-Bissau* (on line). Recuperado de <https://www.instituto-camoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-na-pratica/todos-os-projetos/programa-de-ensino-de-qualidade-na-guine-bissau>

Instituto Camões, (2018). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Angola* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/C%C3%B3pia_certificada_PEC_Angola.PDF

Instituto Camões, (2022a). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Cabo Verde* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Programa_Estrat%C3%A9gico_Coopera%C3%A7%C3%A3o_PEC_Portugal_-_Cabo_Verde_2022-2026.pdf

Instituto Camões, (2021c). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Guiné Bissau 2021-2025* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_POR-GB_2021-2025_VF.pdf

Instituto Camões, (2022b). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Moçambique (2022-2026)* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/Programa_Estrat%C3%A9gico_Coopera%C3%A7%C3%A3o_PEC_Portugal_-_Cabo_Verde_2022-2026.pdf

Instituto Camões, (2021a). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - São Tomé e Príncipe 2021-2025* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/PEC_PT-STP_2021-2025.pdf

Instituto Camões, (2019). *Programa Estratégico de Cooperação Portugal - Timor Leste 2019-2023* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/PEC_Portugal-Timor-Leste_2019-2023.pdf

Instituto Camões, (2008). *Programa Indicativo de Cooperação 2008-2010* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf

Instituto Camões, (2012a). *Programa Indicativo de Cooperação 2012-2015* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_portugal_caboverde_2012_2015.pdf

Instituto Camões, (2016b). *Relatório de Atividades* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/sobre_nos/relat_ativ2016.pdf

IPAD [Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento], (2005). *Glossário Da Cooperação Para o Desenvolvimento* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/av_au_glossario_coop.pdf

IPAD, (2008). *Programa Indicativo de Cooperação* (on line). Recuperado de https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_angola0710_pt.pdf

Lapão, M., (2016). *The functional power of the CPLP in the framework of development cooperation in food security and nutrition (FSN)* (on line). Recuperado de <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/10013/1/artigo1.pdf>

Leite, I. C., (2020). *A CPLP, Portugal e a Guiné Equatorial: uma encruzilhada na era dos Direitos Humanos* (on line). Recuperado de https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/numero-atual-1/populacao-e-sociedade-n-o-34/a-cplp-portugal-e-a-guine-equatorial-uma-encruzilhada-na-era-dos-direitos-humanos/pdf-a-cplp-portugal-e-a-guine-equatorial-uma-encruzilhada-na-era-dos-direitos-humanos/@@display-file/file/Revista%2034_Artigo%205.pdf

Menezes, P. R., (1997). *As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal* (on line). Recuperado de <https://core.ac.uk/download/pdf/268346704.pdf>

Ministério da Educação e Ensino Superior (2017). *Plano Sectorial da Educação (2017-2025)* (on line). Recuperado de <https://fecongdl.org/pdf/crianca/PlanoSectorialEducacao.DOC>

Nações Unidas, (2019). *Pobreza* (online). Recuperado de: <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>

Observador, (2021). *TV da Guiné Equatorial vai transmitir programa em português 'Hora de Agir'* (on line). Recuperado de <https://observador.pt/2021/02/17/tv-da-guine-equatorial-vai-transmitir-programa-em-portugues-hora-de-agir/>

Paulo, S., (2014). *International Cooperation and Development* (on line). Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2430206

Pereira, L., (2022). *Saiba quais são os 10 países mais pobres do mundo em 2022* (on line). Recuperado de <https://www.dicionariofinanceiro.com/paises-mais-pobres-do-mundo/>

PGDL [Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa], (2022). *Lei n.º 18/2022, de 25 de agosto* (on line). Recuperado de https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=3561&tabela=leis&ficha=1&pagina=1&so_miolo=

Pinto, P. M., (2018). *A “pegada académica” da Universidade Lusófona em Angola* (on line). Recuperado de <https://bomdia.eu/a-pegada-academica-da-universidade-lusofona-em-angola/>

Pinto, J., (2016). *Da CPLP à comunidade lusófona* (on line). Recuperado de http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/1348868_jose-filipe-pinto---cplp.pdf

Pinto, J., (2011). *Da CPLP à Comunidade Lusófona: o futuro da lusofonia* (on line). Recuperado de <https://journals.openedition.org/ras/1212?lang=en>

Pinto, J., (2005). *Do Império Colonial à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Continuidades e Descontinuidades*. Lisboa: MNE-ID.

Portal Diplomático, (2018). *Camões I. P. e Universidade Nacional da Guiné Equatorial assinaram Protocolo que cria um Leitorado de Português e um Centro de Língua Portuguesa* / *Camões I.P* (on line). Recuperado de: <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/comunicacao-e-media/noticias/camoes-i-p-e-universidade-nacional-da-guine-equatorial-assinaram-protocolo-que-cria-um-leitorado-de-portugues-e-um-centro-de-lingua-portuguesa-camoes-i-p>

Redondo, J., (2008). *A importância de alianças assentes nas similitudes linguísticas: o caso da CPLP* (on line). Recuperado de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/colecoes/working-papers/relacoes-externas-de-portugal/a-importancia-de-aliancas-assentes-nas-similitudes-linguisticas-o-caso-da-cplp/A-importancia-de-aliancas-assentes-nas-similitudes.pdf>

Rodrigues, A. F. M., (2015). *O Desenvolvimento de um Pensamento Estratégico Lusófono* (on line). Recuperado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/17421/1/TII_MAJ%20Eng%20Rodrigues_Pensamento_Estrategico_Lusofono_Corrigido.pdf

Silva, R. & Oliveira, J., (2020). *Impactos e Efeitos de Programas de Cooperação para o Desenvolvimento em Escolas: Um olhar focado sobre o programa de apoio ao sistema educativo da Guiné-Bissau* (on line). Recuperado de <https://journals.openedition.org/cea/4826>

U. Lusófona & ACM, [Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias & Alto Comissariado para as Migrações] (2022). *Protocolo de Cooperação entre o Alto Comissariado para as migrações, I.P. e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*. Lisboa: Universidade Lusófona.

Universidade Lusófona, (2021a). *Despacho Conjunto N°10/2021* (on line). Recuperado de <https://www.ulusofona.pt/acao-social-escolar>

Universidade Lusófona, (s.d), *História da Universidade Lusófona* (on line). Recuperado de <https://www.ulusofona.pt/historia-da-universidade>

Universidade Lusófona, (2021b). *Regulamento de Ação Social* (on line). Recuperado de https://www.ulusofona.pt/media/regulamento_acao_social.pdf

Valente, C., (2022). *Recorde. Há 69.965 jovens estrangeiros a estudar em Portugal* (on line). Recuperado de <https://www.dn.pt/sociedade/recorde-ha-69965-jovens-estrangeiros-a-estudar-em-portugal-15389191.html>

Vaz, I., (2016). *Os Desafios De Uma Comunidade de Gente Dispersa - CPLP* (online). Recuperado de <https://www.linkedin.com/pulse/os-desafios-de-uma-comunidade-gente-dispersa-cplp-ireneu-vaz>

Vieira, J., (2014). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

APÊNDICES – 1

Faculdades escolhidas por nacionalidade do 1ºciclo

No ano letivo 21-22, a nacionalidade Brasileira está presente em 4 faculdades: EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, nomeadamente curso de Biologia; de psicologia e Psicologia Clínica e da Saúde e Psicologia Social e das Organizações.

FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm, nomeadamente curso de CPRI, Museologia. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria e turismo. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de direito

Quanto à nacionalidade Angolana foram escolhidas mais áreas de formação: FE - Faculdade de Engenharia - Biotecnologia. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. curso de Ciência Política e Relações Internacionais. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas e Engenharia Informática, Redes e Telecomunicações; curso de arquitetura. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão Aeronáutica e Gestão de Empresas. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de psicologia. ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Os alunos Guineenses tiveram preferência por 4 nacionalidades: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI - Comunicação e Jornalismo; Engenharia Informática. FE - Faculdade de Engenharia -- Engenharia Civil. ISS - Instituto de Serviço Social - Serviço Social. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações -- Turismo.

Os alunos de Cabo verde escolheram apenas duas faculdades: FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de direito e ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações - Gestão de Recursos Humanos - na Perspetiva da Gestão com Pessoas); Contabilidade e Fiscalidade (M).

Já os alunos de Moçambique e São Tomé, a sua escolha foram só por uma faculdade, FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de direito e ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Empresas e Organizações (Para não Gestores) (e-learning) (PG), respetivamente.

No ano letivo 20-21, a nacionalidade Brasileira está presente em 6 faculdades: EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, cursos de Ciberterapia e Reabilitação Neurocognitiva; Psicologia; Psicologia Clínica e da Saúde; Psicologia Social e das Organizações. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas; Comunicação nas Organizações (M); Design de Comunicação; Engenharia Informática; Engenharia Informática e Sistemas de Informação. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade e Fiscalidade (M); Economia; Gestão Aeronáutica; Turismo. FD - Faculdade de Direito (ULHT), cursos de Direito. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia Civil; Engenharia Civil (2ºCiclo); Engenharia do Ambiente (M)

O mesmo acontece com a nacionalidade Angolana: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Arquitetura. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor (M). FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações - cursos de Economia [M]; Gestão de Empresas (M). FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia Eletrotécnica. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia Clínica e da Saúde. ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Já os alunos Guineenses, escolheram apenas duas faculdades: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia do Ambiente (M).

Para a nacionalidade Cabo-Verdiana, as escolhas centraram-se em áreas de Engenharias, Direito e Ciências Sociais e económicas: ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Contabilidade e Fiscalidade (M). FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito (M). FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia do Ambiente (M). FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - curso de Ensino de Artes Visuais no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário.

Para a nacionalidade São-Tomense, as 3 escolhidas foram ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Contabilidade e Fiscalidade (M). FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Diplomacia e Relações Internacionais; ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Por fim, a FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito foi a única escolhida por Guiné-Equatorial.

No ano letivo 19-20, os alunos Brasileiros inscreveram-se em faculdades como: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Arquitetura; Artes da Animação; Ciências da Comunicação e da Cultura; Ciências da Comunicação, Marketing e Publicidade (M); Design de Comunicação; Engenharia Informática; Engenharia Informática e Sistemas de Informação; Marketing Digital. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, cursos de Biologia; Psicologia. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais; Europeus e Relações Internacionais. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade e Fiscalidade (M); curso de Economia; Gestão Aeronáutica; Gestão de Recursos Humanos. FD - Faculdade de Direito (ULHT), cursos de Direito; Direito (M). FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia Civil; Engenharia do Ambiente (M).

Como também, os alunos Angolanos tiveram preferências semelhantes: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Arquitetura. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais

FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Economia [M]; Gestão Aeronáutica (M)

EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia Clínica e da Saúde. ISS - Instituto de Serviço Social Serviço Social

Já os alunos Guineenses, limitaram-se a escolher apenas 3 faculdades: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia do Ambiente (M)

As faculdades escolhidas por alunos da Guiné Equatorial foram: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais; Diplomacia e Relações Internacionais. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Empresas (M).

Os alunos de Cabo verde escolheram faculdades como: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Ciências da Comunicação, Marketing e Publicidade (M). FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. FE -

Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia do Ambiente (M). ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Empresas (M).

Alunos de São Tomé e Timor Leste escolheram apenas uma faculdade: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Estudos Europeus e Relações Internacionais e ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão Aeronáutica, respetivamente.

No ano letivo 18-19, a nacionalidade Angolana teve mais presença nas faculdades de: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Arquitetura; Engenharia Informática; Informática de Gestão. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; Economia. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia do Ambiente (M); Engenharia; Engenharia Eletrotécnica. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia.

Para o Brasil, os números de alunos brasileiros foram significativos nas faculdades de ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Arquitetura; Artes da Animação; Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas; Design (2º Ciclo); Engenharia Informática; Engenharia Informática e Sistemas de Informação; Informática de Gestão. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. -- Ciência Política e Relações Internacionais; Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor (M); Estudos Europeus e Relações Internacionais. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações -- Economia; Gestão Aeronáutica; Gestão de Empresas (M); Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria. FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia e Gestão Industrial. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia.

A nacionalidade Cabo-Verdiana esteve presente apenas em 2 faculdades: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Arquitetura. E ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; Gestão de Empresas (M).

O mesmo acontece com a nacionalidade Guinéu-Equatoriana: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. E ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Empresas (M).

Já para a nacionalidade São-Tomense teve a sua presença nas faculdades de: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Ciências da Comunicação, Marketing e Publicidade (M). ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão Aeronáutica; Gestão de Empresas. ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Por fim, os alunos Moçambicanos escolheram faculdades como ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Ciências da Comunicação, Marketing e Publicidade (M); Engenharia Informática; Engenharia Informática e Sistemas de Informação. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Empresas

No ano letivo 17-18, a preferência dos alunos angolanos foi por 5 faculdades:

ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Arquitetura; Engenharia Informática. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; economia; Gestão de Empresas. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia Biotecnológica; Engenharia Eletrotécnica. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia; Psicologia Forense.

À semelhança da nacionalidade Angola, a Brasileira escolheu também 5 faculdades: ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, cursos de Artes da Animação; Ciências da Comunicação, Marketing e Publicidade (M); Comunicação e Jornalismo; Engenharia Informática; Informática de Gestão. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor (M). ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria; Gestão de Recursos Humanos. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia.

Para as nacionalidades Guinéu-Equatoriana e Moçambicana foram escolhidas apenas 1 faculdade: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais e ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Engenharia Informática e Sistemas de Informação, respetivamente.

Os alunos são-Tomenses escolheram faculdades como FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Ciências da Comunicação,

Marketing e Publicidade (M). FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia Biomédica; Engenharia Eletrotécnica. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Gestão de Empresas. ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Já os alunos Guineenses escolheram apenas duas faculdades: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciências da Educação - Educação Social e ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade e Fiscalidade (M); Economia [M].

Por fim, a nacionalidade Cabo-Verdiana esteve presente em faculdades como ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade e Fiscalidade (M); Economia; Gestão de Empresas (M). FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia da Energia. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Psicologia.

Quanto ao último ano letivo 16-17 a ser analisado, o Brasil teve maior número de alunos nas faculdades de: EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, curso de Biologia; Psicologia. FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Diplomacia e Relações Internacionais. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Recursos Humanos. ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Informática de Gestão.

Semelhantemente Angola, teve a presença de alunos angolanos nas faculdades de ECATI - Esc.Comunicação, Arquitetura, Artes e TI, curso de Arquitetura. FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia Eletrotécnica. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Gestão de Empresas; Gestão de Recursos Humanos.

Para nacionalidades como Guinéu-Equatoriana e Moçambique, as suas escolhas foram por FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais e ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, curso de Gestão de Recursos Humanos, respetivamente.

Os alunos Cabo-Verdianos escolheram faculdades como: FD - Faculdade de Direito (ULHT), curso de Direito (M). ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Economia; Gestão de Empresas. FE - Faculdade de Engenharia, curso de Engenharia da Energia. EPCV - Escola de Psicologia e Ciências da Vida, cursos de Psicologia; Psicologia Clínica e da Saúde Psicologia Forense.

A nacionalidade Guineense esteve presente apenas em 3 faculdades: FCSEA - F. Ciências Sociais, Educação e Adm. - Ciência Política e Relações Internacionais. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Contabilidade e Fiscalidade (M); Economia [M]. ISS - Instituto de Serviço Social, curso de Serviço Social.

Por fim, os alunos de São Tomé escolheram só 3 faculdades: FE - Faculdade de Engenharia, cursos de Engenharia Biomédica; Engenharia Eletrotécnica. ECEO - Escola Ciências Económicas e Organizações, cursos de Gestão de Empresas; Turismo. ISS - Instituto de Serviço, curso de Social Serviço Social.

ANEXOS

ANEXO 1

Dados sobre conclusão ou interrupção dos estudos

Ano Lectivo	Grau	Nacionalidade	Nº Diplomados	Nº Não Diplomados
201617	1º ciclo	Angolana	2	
			1	
			2	8
			4	1
			2	3
			3	4
		Brasil	2	1
			1	3
				1
			2	4
			2	
			1	
			1	
			1	
		Cabo-Verdiana	1	1
				2
			1	
			2	
			4	7
			2	
				1
		Guineense		1
		Moçambicana	1	
			2	
			1	1
				2
				2
		São-Tomense		2
			2	3
			2	1
			2	
			1	2
	2º ciclo	Angolana	2	

				1
				1
			1	
			2	2
		Brasil		4
				1
				1
			1	
			2	
		Cabo-Verdiana		4
				2
				1
				2
		Guineense		2
			4	4
			1	1
	3º ciclo	Angolana		1
				4
		Brasil		1
				10
				1
				1
				1
			1	2
			5	3
		Cabo-Verdiana		3
		Guineense		1
		Moçambicana		1
		São-Tomense		1
	Externos 1º ciclo	Angolana		4
				2
				16
				6
				6
				5
				4
		Brasil		2
				2
				1
				2
		Moçambicana		6
		São-Tomense		1
				2
	Externos 2º	Brasil		1

	ciclo			
	Externos 3º	Brasil		4
	ciclo			
	MI	Angolana		2
			1	
				1
		Cabo-Verdiana	1	
201718	1º ciclo	Angolana	3	
			1	
			2	5
			2	5
			3	2
				1
			3	3
		Brasil	2	3
				2
			1	4
			1	
			1	
			1	1
		Cabo-Verdiana	1	
				2
			2	
			9	4
			1	
				1
		Guineense		2
		Moçambicana	1	
			1	1
				1
			2	
		São-Tomense		3
				4
			5	
				3
	2º ciclo	Angolana		1
			2	
			1	3
				1
		Brasil	2	1
				1
				2
				2
			4	3
		Cabo-Verdiana	1	2

				1
		Guineense		1
				2
			1	1
			1	
		Moçambicana		3
				1
		São-Tomense		1
			2	
	3º ciclo	Angolana		3
		Brasil		1
				1
				2
				1
			1	6
		Cabo-Verdiana		2
		Guineense		1
		São-Tomense		2
	Externos 1º ciclo	Angolana		3
				13
				1
				5
				7
				4
		Brasil		3
				3
				1
				1
		Guineense		4
		Moçambicana		1
				3
				6
		São-Tomense		1
	Externos 3º ciclo	Angolana		2
		Guineense		1
	MI	Angolana		1
			2	
			1	
		Brasil		2
			1	
		Cabo-Verdiana	1	
201819	1º ciclo	Angolana	1	
			5	2

			1	
			3	4
			2	3
				2
			3	2
		Brasil	3	
				1
				2
			4	6
			1	
			2	1
				2
			1	
			1	
		Cabo-Verdiana	2	
			4	1
			1	
		Guineense	1	
		Moçambicana	4	
			1	
				1
				2
			4	
		São-Tomense		2
				1
			1	
				1
	2º ciclo	Angolana	2	1
				3
		Brasil		1
				2
				2
				3
			2	2
		Cabo-Verdiana		2
			1	3
		Guineense	2	
		Moçambicana		1
			1	3
		São-Tomense		1
			1	
	3º ciclo	Angolana		1
		Brasil		1
				1
				2

				6
		Cabo-Verdiana		3
	Externos 1º ciclo	Angolana		7
				6
				3
				3
				5
				2
		Brasil		1
				2
				1
				1
				1
		Cabo-Verdiana		2
				2
				1
		Guineense		2
				1
		Moçambicana		2
				2
	MI	Angolana		1
				2
				2
		Brasil		3
			2	
		Cabo-Verdiana		2
201920	1º ciclo	Angolana		1
				2
			1	2
			2	4
				3
		Brasil		2
				1
				2
			5	2
			2	3
			1	4
			1	
			2	
			2	
			1	1
		Cabo-Verdiana		1
			1	
		Guineense	1	

				1
		Moçambicana	1	
				1
			5	
		São-Tomense		2
				1
	2º ciclo	Angolana		3
			2	2
				2
				3
		Brasil		2
				2
				1
				1
		Cabo-Verdiana		1
				2
				1
				4
		Guineense		2
			3	2
				5
		Moçambicana	1	
	3º ciclo	Angolana		4
		Brasil		1
				1
				2
				1
				7
		Cabo-Verdiana		8
	Externos 1º ciclo	Angolana		1
				7
				2
				1
				3
				1
		Brasil		1
		Guineense		1
				2
				2
				3
		São-Tomense		2
	Externos 2º ciclo	Guineense		1
	Externos 3º ciclo	Angolana		4

	MI	Angolana		1
				2
				2
		Brasil	1	
202021	1º ciclo	Angolana		2
			1	3
				3
				1
			2	
			2	8
		Brasil	2	
			1	3
			2	1
				2
			2	
				1
		Cabo-Verdiana		2
		Guineense		1
			2	
		Moçambicana		1
			1	
			4	
		São-Tomense		2
				1
	2º ciclo	Angolana		2
				2
				2
				1
				6
				3
				2
		Cabo-Verdiana		2
				4
				2
				1
				2
		Guineense		1
				6
			1	3
		Moçambicana		2
		São-Tomense		2
				4
	3º ciclo	Angolana		5
				6
		Brasil		1

		Cabo-Verdiana		4
		Moçambicana		2
	Externos 1º ciclo	Angolana		4
				2
				1
				1
		Cabo-Verdiana		1
		Guineense		4
		Moçambicana		4
		São-Tomense		2
	MI	Angolana		1

Anexo 2

Primeiro Questionário

Apresentação:

Sou aluna do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais na Universidade Lusófona, e venho, por este meio, solicitar a sua colaboração para um trabalho académico que presentemente tenho em curso, no âmbito da Cooperação entre a Universidade Lusófona e a CPLP.

Não existem boas ou más respostas, apenas a sua opinião é para mim importante. Informamo-lo, ainda, que é garantido o total anonimato.

Este questionário destina-se a alunas e alunos de licenciatura da Universidade Lusófona, com cidadania CPLP.

Responda apenas se estiver nestas condições.

Obrigada pela sua colaboração.

Perguntas gerais:

Género: ☐ Feminino / ☐ Masculino / ☐ Não binário / ☐ Prefere não responder

Idade: ☐ 18-25 / ☐ 25 a 34 / ☐ 34 a 44 / ☐ 44 a 54 / ☐ Mais de 55

Estado-civil: Solteiro(a) /Casado(a) /Divorciado(a) /União de facto / Viúvo/ Vive junto

Perguntas questionário:

1. Qual a razão para escolher Portugal, se outros países que fazem parte da CPLP, também têm universidades? (pode escolher várias opções)

- ☐ Porque o ensino é de qualidade
- ☐ Porque a emigração é tradicional para Portugal
- ☐ Porque tenho amigos que me aconselharam
- ☐ Tenho familiares em Portugal
- ☐ Há formas de apoio que posso beneficiar (bolsas)
- ☐ Porque sinto afinidade com Portugal

2. Qual a razão para escolher a Universidade Lusófona para iniciar os seus estudos superiores (pode escolher várias opções)?

- ☐ pela quantidade do ensino
- ☐ por indicação de familiares
- ☐ por indicação de amigos
- ☐ pela possibilidade de ter uma bolsa
- ☐ pelo reconhecimento do grau académico no meu país de origem

3. Quais as dificuldades sentidas no primeiro mês de frequência do curso (pode escolher várias opções)?

- ☐ Falta de condições financeiras
- ☐ Dificuldade em acompanhar o ensino Português
- ☐ Falta de bases / conhecimentos
- ☐ Dificuldade em ambientar-se
- ☐ Dificuldade de acompanhamento e integração
- ☐ Dificuldade em obter o Visto
- ☐ Dificuldade em obter residência
- ☐ Dificuldade em obter documentação legal exigida

4. E durante o percurso, quais os problemas sentidos (pode escolher várias opções)?

- ☐ Problemas económicos
- ☐ Dificuldade em acompanhar o ensino Português
- ☐ Dificuldade em ambientar-se e relacionar-se com alunos portugueses
- ☐ Dificuldade em adaptar-se às dinâmicas existentes
- ☐ Exigência dos professores e das matérias
- ☐ Falta de empenho e motivação

5. Qual o curso que frequentou?

- ☐ Licenciatura em Gestão Aeronáutica
- ☐ Licenciatura em Artes Visuais
- ☐ Licenciatura em Design de Comunicação
- ☐ Licenciatura em Design e Produção de Moda
- ☐ Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais
- ☐ Licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais
- ☐ Licenciatura em Sociologia
- ☐ Licenciatura em Animação Digital
- ☐ Licenciatura em Ciência e Tecnologia do Som
- ☐ Licenciatura em Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia
- ☐ Licenciatura em Fotografia
- ☐ Licenciatura em Videojogos
- ☐ Licenciatura em Ciências da Comunicação
- ☐ Licenciatura em Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas
- ☐ Licenciatura em Comunicação e Jornalismo
- ☐ Licenciatura em Educação Física e Desporto
- ☐ Licenciatura em Direito
- ☐ Licenciatura em Criminologia
- ☐ Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria
- ☐ Licenciatura em Economia
- ☐ Licenciatura em Gestão de Empresas
- ☐ Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- ☐ Licenciatura em Ciências da Educação - Educação Social
- ☐ Licenciatura em Biotecnologia
- ☐ Licenciatura em Engenharia Biomédica
- ☐ Licenciatura em Engenharia Civil
- ☐ Licenciatura em Engenharia do Ambiente
- ☐ Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- ☐ Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica
- ☐ Licenciatura em Engenharia Informática

- ☐ Licenciatura em Engenharia Informática, Redes e Telecomunicações
- ☐ Licenciatura em Informática de Gestão
- ☐ Licenciatura em Psicologia
- ☐ Licenciatura em Ciências da Nutrição
- ☐ Licenciatura em Biologia
- ☐ Licenciatura em Bioquímica
- ☐ Licenciatura em Estudos de Segurança
- ☐ Licenciatura em Serviço Social
- ☐ Licenciatura em Turismo

6. Se pretender prosseguir com os estudos para Mestrado, pretende fazê-lo na Lusófona?

- ☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

6.1 Se NÃO, qual a razão para escolher outra universidade? (responda apenas se a sua resposta à questão anterior foi NÃO; pode escolher várias opções)

- ☐ Falta de recursos financeiros
- ☐ Falta de qualidade do ensino
- ☐ Falta de competência do corpo docente
- ☐ Inexistência da área que quero aprofundar
- ☐ Ausência de acompanhamento e atenção aos alunos PALOPS

6.2 Se SIM ou TALVEZ, qual a razão para continuar a estudar na Lusófona? (responda apenas se a sua resposta à questão 6 foi SIM; pode escolher várias opções)

- ☐ Qualidade de ensino
- ☐ Competência do corpo docente
- ☐ Possibilidade de estudar na área que queria aprender
- ☐ Acompanhamento e atenção aos alunos PALOPS

7. Uma vez que escolheu a Universidade Lusófona para a Licenciatura, que vantagens conhece para alunos oriundos dos PALOPS?

Resposta Aberta _____

8. Acha que deveria haver mais atenção para alunos PALOPS? De que sente a falta? (pode escolher várias opções)

- ☐ Apoio escolar de língua portuguesa
- ☐ Acompanhamento no funcionamento da instituição
- ☐ Integração com atividades culturais
- ☐ Criação de núcleos por nacionalidades
- ☐ Um "guia", com a finalidade de esclarecer as dúvidas iniciais, as dificuldades

das primeiras aulas, etc

9. Alguma vez se sentiu discriminado/a pela Universidade?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

- 9.1. Se já se sentiu discriminado/a, pode descrever?

Resposta Aberta _____

10. Alguma vez se sentiu abandonada pelo seu país?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

- 10.1. Se já se sentiu discriminado/a, pode descrever?

Resposta Aberta _____

11. Que as alterações fazia para melhorar o relacionamento aluno oriundo dos PALOP com a Universidade? (pode escolher várias opções)

- ☐ Existência de um serviço para a área da CPLP, à disposição dos alunos para as diversas questões.
- ☐ Apoio para a compreensão do Português e melhorar a escrita
- ☐ Professores mais predispostos a apoiar os alunos PALOP
- ☐ Adoção de matérias sobre/aplicada à realidade da CPLP como dos PALOP
- ☐ Introdução de interações culturais para dinamizar o relacionamento entre alunos
- ☐ Renovação dos métodos de avaliação, tendo em conta o ensino que os alunos PALOP tiveram nos seus países.
- ☐ Apoio à investigação, metodologia e redação de trabalhos

12. O colonialismo Português interferiu ou interfere com os seus estudos?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

12.1 Se SIM, pode descrever?

Resposta Aberta _____

13. O facto dos portugueses terem colonizado África e o Brasil, é motivo para interferir na sua relação com os alunos portugueses?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

14. O facto dos portugueses terem colonizado África é motivo para se sentir desmotivado para estudar em Portugal?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

14.1 Se SIM, pode explicitar?

Resposta Aberta _____

15. Atualmente, sente-se humilhado pelo passado colonial português?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

15.1 Se SIM, pode explicitar?

Resposta Aberta _____

16. Consegue separar o que foi vivido pelos seus familiares, terceiros, e a sua ligação atual com Portugal?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

17. Considera as atitudes dos portugueses como uma ameaça aos PALOP?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

18. Considera que ainda hoje são tomadas atitudes de engrandecimento do passado colonial?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

19. Acha que existem algum ressentimento dos cidadãos oriundos dos PALOP para com os portugueses?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

20. Que ações proporia para uma vivência mais fraterna entre cidadãos portugueses e cidadãos oriundos dos PALOP?

Resposta Aberta _____

Anexo 3

Segundo Questionário

Apresentação:

Sou aluna do Mestrado em Diplomacia e Relações Internacionais na Universidade Lusófona, e venho, por este meio, solicitar a sua colaboração para um trabalho académico que presentemente tenho em curso, no âmbito da Cooperação entre a Universidade Lusófona e a CPLP. Não existem boas ou más respostas, apenas a sua opinião é para mim importante. Informamo-lo, ainda, que é garantido o total anonimato. Ou seja, não são recolhidos dados que permitam a identificação dos respondentes! (<https://www.ensinolusofona.pt/pt/politica-de-privacidade/>)

Este questionário destina-se aos antigos alunos de licenciatura da Universidade Lusófona, com cidadania de países CPLP, neste caso Cabo Verdiana.

Deixo disponível um contacto para esclarecimento de eventuais dúvidas, bfr.trabalho@gmail.com

Obrigada pela sua colaboração.

Perguntas gerais:

É antigo aluno de uma licenciatura na Universidade Lusófona? Se sim, continue a responder ao inquérito.

☐ Sim / ☐ Não

Género: ☐ Feminino ☐ Masculino / ☐ Não binário / ☐ Prefere não responder

Idade: 18 -25 ☐ / 25 a 34 ☐ / 34 a 44 ☐

Estado-civil: Solteiro(a) /Casado(a) /Divorciado(a) /União de facto / Viúvo/ Vive junto

Perguntas questionário:

1. Qual a razão para ter escolhido Portugal, se outros países que fazem parte da CPLP, também tinham universidades?

- ☐ porque o ensino é de qualidade
- ☐ porque a emigração é tradicional para Portugal
- ☐ porque tenho amigos que me aconselharam
- ☐ tenho familiares em Portugal
- ☐ há formas de apoio que posso beneficiar (bolsas)

2. Qual a razão para ter escolhido a Universidade Lusófona, na altura, para iniciar os seus estudos?

- ☐ pela quantidade do ensino
- ☐ pela possibilidade de ter uma bolsa
- ☐ pelo reconhecimento do grau académico no meu país de origem

3. Qual o curso que frequentou?

- ☐ Licenciatura em Gestão Aeronáutica
- ☐ Licenciatura em Artes Visuais
- ☐ Licenciatura em Design de Comunicação
- ☐ Licenciatura em Design e Produção de Moda
- ☐ Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais
- ☐ Licenciatura em Estudos Europeus e Relações Internacionais
- ☐ Licenciatura em Sociologia
- ☐ Licenciatura em Animação Digital
- ☐ Licenciatura em Ciência e Tecnologia do Som
- ☐ Licenciatura em Cinema, Vídeo e Comunicação Multimédia
- ☐ Licenciatura em Fotografia
- ☐ Licenciatura em Videojogos
- ☐ Licenciatura em Ciências da Comunicação
- ☐ Licenciatura em Comunicação Aplicada: Marketing, Publicidade e Relações Públicas
- ☐ Licenciatura em Comunicação e Jornalismo
- ☐ Licenciatura em Educação Física e Desporto

- ☐ Licenciatura em Direito
- ☐ Licenciatura em Criminologia
- ☐ Licenciatura em Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria
- ☐ Licenciatura em Economia
- ☐ Licenciatura em Gestão de Empresas
- ☐ Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos
- ☐ Licenciatura em Ciências da Educação - Educação Social
- ☐ Licenciatura em Biotecnologia
- ☐ Licenciatura em Engenharia Biomédica
- ☐ Licenciatura em Engenharia Civil
- ☐ Licenciatura em Engenharia do Ambiente
- ☐ Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
- ☐ Licenciatura em Engenharia Eletrotécnica
- ☐ Licenciatura em Engenharia Informática
- ☐ Licenciatura em Engenharia Informática, Redes e Telecomunicações
- ☐ Licenciatura em Informática de Gestão
- ☐ Licenciatura em Psicologia
- ☐ Licenciatura em Ciências da Nutrição
- ☐ Licenciatura em Biologia
- ☐ Licenciatura em Bioquímica
- ☐ Licenciatura em Estudos de Segurança
- ☐ Licenciatura em Serviço Social
- ☐ Licenciatura em Turismo

4. Conseguiu concluir a Licenciatura?

- ☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

4.1 Se não, qual a razão para ter não ter concluído?

- ☐ Falta de condições financeiras
- ☐ Dificuldade para acompanhar o ensino Português
- ☐ Falta de bases / conhecimentos
- ☐ Dificuldade em ambientar-se

- ☐ Dificuldade de acompanhamento integração
- ☐ Falta de empenho e motivação
- ☐ Mudança de País

5. Voltou para o país de origem depois de concluído a licenciatura? Qual o objetivo?

Resposta Aberta _____

5.1 Se sim, porquê?

Resposta Aberta _____

5.2 Se não, qual a razão?

Resposta Aberta _____

6.No país de origem, encontrou emprego na sua área de licenciatura?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

7. Manteve-se no país de origem a trabalhar na área de licenciatura?

☐ Sim / ☐ Não / ☐ Talvez

7.1 Se sim, porquê?

Resposta Aberta _____

7.2 Se não, qual a razão para ter voltado para Portugal (Europa)?

- ☐ Sem expectativas no país de origem
- ☐ Falta de oferta de emprego
- ☐ Condições mínimas comparadas ao estrangeiro

() Melhores condições de vida para formar família

8. Há quanto tempo terminou a licenciatura?

Resposta Aberta _____

8.1. Conseguiu emprego na área de formação? Em que país?

Resposta Aberta _____

8.2. Qual o contributo da Univ. Lusófona na procura de emprego?

Resposta Aberta _____